



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Análise das formações discursivas sobre pessoas trans a partir das matérias
sobre travestis e transexuais publicadas no Portal G1**

Aline Czezacki Kravutschke

BRASÍLIA – DF
2023



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Análise das formações discursivas sobre pessoas trans a partir das matérias sobre travestis e transexuais publicadas no Portal G1

Aline Czezacki Kravutschke

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Exame de dissertação como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Liliane Maria Macedo Machado.

BRASÍLIA – DF
2023

Aline Czezacki Kravutschke

Análise das formações discursivas sobre pessoas trans a partir das matérias sobre travestis e transexuais publicadas no Portal G1

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Exame de Dissertação como requisito para obtenção do grau de Mestra em Comunicação.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado – PPGCom FAC/UnB
Orientadora

Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito – UEM
Membro

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira – PPGCom FAC/UnB
Membro

Profa. Dra. Fernanda Casagrande Martinelli L. G. Xavier – PPGCom FAC/UnB
Membro Suplente

Dedico esta dissertação à minha preciosa avó, Rosália Czezacki, que sempre acreditou em mim e vibrou pelas minhas conquistas. Sinto sua falta todos os dias. Te amo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Angelita e Julio Cesar Kravutschke, por incentivar e valorizar os meus estudos. Em especial agradeço minha mãe, dedicada professora de metodologia, que criou meu currículo Lattes quando eu tinha 12 anos e sempre foi minha maior inspiração acadêmica. Obrigada por todas as trocas sobre a pesquisa e em especial sobre a Análise de Discurso.

A minha excepcional orientadora, Liliane Machado, que fez o caminho de desenvolvimento da pesquisa ser tranquilo e agradável. Obrigada por acreditar no meu potencial e por todas as suas contribuições.

As mulheres transexuais e travestis que passaram pela minha vida, que são minhas amigas, e que me ensinaram tanto. Em especial agradeço a Ariadne Ribeiro, uma das mulheres mais incríveis que conheço e que me encorajou a realizar esta pesquisa quando eu ainda tinha dúvidas sobre o projeto.

Aos meus colegas do grupo Madalenas em Ação: estudos feministas e de gênero em comunicação pela oportunidade de troca conhecimentos. Cito nominalmente as colegas Mariana Fagundes e Dandara Lima, e o colega Lucas Jansen, pelas conversas que enriqueceram não só minha pesquisa, mas também meu olhar sobre a vida.

Por fim, agradeço ao meu companheiro de vida, Kelvin Vieira, por todas as consultorias sobre word e sobre como fazer quadros, e por tantas vezes ter me dado suporte emocional para que eu conseguisse terminar a minha pesquisa. Obrigada por tudo!

"Uma revolução está acontecendo. Não apenas dentro de mim, mas em todo o mundo (...) a revolução está acontecendo agora, na sua frente. Você está no meio dela e, consciente ou não, você faz parte dela. Transfeminismo é o nome dessa revolução".

*Paul Preciado
(Transfeminismo, 2015, p.5)*

RESUMO

Esta dissertação articula teóricos e estudiosos das teorias de gênero e feminismos, do campo da comunicação e teorias do jornalismo com a análise dos discursos presentes nas matérias publicadas sobre pessoas transgênero (travestis e transexuais) no **Portal de Notícias G1** entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 2021. Mais especificamente, o objetivo é entender como os processos comunicacionais têm sido afetados pela normatividade cisgênero, e se isso interfere nos estigmas relacionados a pessoas transexuais e travestis, principalmente em matérias que tratam de contextos de violência. Parte-se do pressuposto que as práticas jornalísticas, fortemente vinculadas ao uso da objetividade, tendem a tornar a cobertura sobre travestis e transexuais majoritariamente vinculadas a estigmas de violência, seja de forma principal ou secundária. Isso limita a construção de matérias que proponham novos sentidos, e prejudica a desconstrução dos estigmas que favorecem as desigualdades de gênero. A pesquisa tem como abordagem teórico-metodológica a análise de discurso de vertente francesa e partiu, especialmente, das interdiscursividades e dos silenciamentos para identificar os principais sentidos da cobertura sobre transgeneridades na imprensa. As três principais formações discursivas encontradas estão vinculadas aos temas direitos humanos, saúde, e violência e morte. Se os enunciados, em geral, parecem condizentes com a relevância das expressões das transgeneridades, as pautas deixam a desejar no quesito representatividade, partindo quase sempre dos mesmos enquadramentos.

Palavras-chave: Análise de Discurso Francesa; Transexualidade; Estudos Feministas e de Gênero; Processos Comunicacionais; Jornalismo

ABSTRACT

This dissertation articulates theorists and scholars of gender theories and feminism, of the communication field and theories of journalism with the analysis of the discourses present in the articles published about transgender people ('travestis' and transsexuals) in the **G1 News Portal** between the months of January and February 2020 and 2021. More specifically, the objective is to understand how communication processes have been affected by cisgender normativity, and if this interferes with the stigmas related to transgender people and 'travestis', especially in matters that deal with violence contexts. It starts from the assumption that journalistic practices, strongly linked to the use of objectivity, tend to make the coverage of 'travestis' and transsexuals mostly linked to stigmas of violence, whether in a main or secondary way. This limits the construction of stories that propose new meanings, and undermines the deconstruction of the stigmas that favor gender inequalities. The research has as a theoretical-methodological approach the French discourse analysis and departed, especially, from interdiscursivities and silencing to identify the main meanings of coverage about transsexuality in the press. The three main discursive formations found are linked to the themes of human rights, health, and violence and death. If the statements, in general, seem consistent with the relevance of the transsexuality expressions, the journalistic agenda fall short in terms of representativeness, almost always starting from the same frameworks.

Keywords: French Discourse Analysis; Transsexuality; Feminist and Gender Studies; Communication Processes; Journalism.

RESUMEN

Esta disertación articula teóricos y estudiosos de las teorías de género y feminismo, del campo de la comunicación y teorías del periodismo con el análisis de los discursos presentes en los artículos publicados sobre personas transgénero (travestis y transexuales) en el **Portal de Noticias G1** entre los meses de enero y febrero de 2020 y 2021. Más específicamente, el objetivo es comprender cómo los procesos de comunicación se han visto afectados por la normatividad cisgénero, y si esta interfiere con los estigmas relacionados con las personas transgénero y travestis, especialmente en lo que se refiere a contextos de violencia. Se parte del supuesto de que las prácticas periodísticas, fuertemente ligadas al uso de la objetividad, tienden a hacer coberturas de travestis y transexuales mayoritariamente ligadas a estigmas de violencia, ya sea de forma principal o secundaria. Esto limita la construcción de relatos que propongan nuevos sentidos y daña la deconstrucción de los estigmas que favorecen las desigualdades de género. La investigación tiene como enfoque teórico-metodológico el análisis del discurso francés y partió, especialmente, de las interdiscursividades y los silenciamientos para identificar los principales significados de la cobertura sobre las transgéneros en la prensa. Las tres principales formaciones discursivas encontradas están vinculadas a los temas de derechos humanos, salud, y violencia y muerte. Si los enunciados, en general, parecen coherentes con la relevancia de las expresiones de los transgenerismos, los lineamientos se quedan cortos en términos de representatividad, partiendo casi siempre de los mismos marcos.

Palabras clave: Análisis del discurso francés; Transexualidad; Estudios Feministas y de Género; Procesos de Comunicación; Periodismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TEORIAS DO GÊNERO E SEXUALIDADE	15
1.1 A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA BIOPOLÍTICA E DE UMA BIOPOLÍTICA DE GÊNERO.....	15
1.2 A 3ª ONDA DO FEMINISMO E A DESCONSTRUÇÃO DA BINARIDADE SEXO-GÊNERO	24
1.3 IDENTIDADE DE GÊNERO, FEMINISMO E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO TRANSFEMINISTA.....	33
2. TEORIAS DO JORNALISMO	41
2.1 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE E VALORES-NOTÍCIA	41
2.2 SUBJETIVIDADE NO JORNALISMO	47
2.3 O JORNALISTA E SEU LUGAR DE FALA	56
3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS	62
3.1 A ANÁLISE DE DISCURSO (AD) COMO PROPOSTA METODOLÓGICA NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO	62
3.2 AS RELAÇÕES DE SABER PODER NO JORNALISMO.....	69
4. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE PESSOAS TRANS NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1	78
4.1 O DISCURSO SOBRE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1	78
4.1.1 OS DIREITOS HUMANOS E AS IDENTIDADES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	78
4.1.2 SAÚDE COMO UM DIREITO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS	109
4.1.3 AS IDENTIDADES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS ATRAVESSADAS PELA VIOLÊNCIA E MORTE.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXO A – LISTA DE QUADROS COM LINKS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS	160

INTRODUÇÃO

A inquietação do tema desta dissertação, que busca estudar os efeitos de sentido do discurso utilizado sobre pessoas transgênero (transexuais e travestis) nas matérias publicadas no **Portal de Notícias G1** entre janeiro e fevereiro de 2020 e 2021, surgiu após anos de trabalho na elaboração de um clipping de notícias diário, onde passei a notar a presença majoritária de matérias com pessoas transgênero, principalmente travestis, em contexto de violência nos portais de notícia. A observação deste fato despertou minha atenção e reflexões sobre contextos de vulnerabilidade e construções discursivas às quais pessoas trans estão expostas todos os dias, principalmente na imprensa.

Inicialmente, não me identificar enquanto pessoa trans me despertou dúvidas sobre a capacidade de desenvolver o tema de pesquisa, mas como profissional da comunicação considero relevante propor discussões sobre como o jornalismo contribui com a imagem do que é ser uma pessoa transgênero na sociedade e como determinadas narrativas e escolhas discursivas podem influenciar diretamente na construção e na consolidação de estigmas no imaginário social.

Os jornalistas e demais profissionais da comunicação contribuem para a formação da opinião pública sobre vários temas, incluindo aqueles que envolvem o respeito à diversidade de gênero. Assim, é importante entender o papel do jornalista enquanto formador de opinião e agente capaz de reforçar ou enfraquecer estigmas, principalmente porque o jornalismo não é só um instrumento de comunicação, com o objetivo de divulgar informações e fatos, mas também atua como construtor da cidadania.

Como veremos ao longo do trabalho e na análise, o próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros dispõe sobre o papel do jornalismo e seu dever de respeitar os direitos humanos. Ocorre que, os processos comunicacionais têm se mostrado frágeis na garantia desse respeito, principalmente em relação aos direitos das pessoas transgênero. A hipótese é de que esta fragilidade pode estar relacionada ao o *modus operandi* comunicacional, relacionado aos processos de construção da notícia e aos critérios de noticiabilidade, que “invadem’ todo o processo de produção e não se restringem a fatores individuais” (DARDE, 2012, p.58), e ao avanço das ameaças à diversidade sexual e de gênero, bem como o crescente número de casos de violência contra pessoas trans.

Segundo o **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**¹, lançado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre os anos de 2017 e 2022, foram registrados “um total de 912 (novecentos e doze) assassinatos de pessoas trans e não binárias brasileiras” (BENEVIDES, 2023). Destes assassinatos registrados, 140 ocorreram em 2021, e 175 em 2022, anos que usaremos de referência para a análise. O país lidera há 14 anos consecutivos o ranking de países com maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo segundo a Organização Não-Governamental (ONG) **Transgender Europe**².

Nas notícias veiculadas pela imprensa nacional, vemos uma prevalência de pessoas identificadas como travestis e transexuais em casos diretamente relacionadas a marcadores de violência, sendo ainda possível identificar uma tendência de classificar as identidades muitas vezes de forma equivocada, classista e estereotipada. Com isso, contribui para o processo de acirramento da marginalização da imagem de pessoas trans, e mais ainda das identidades travestis, como veremos na análise. Este atributo de conotação depreciativa, segundo Veras (2019), ganhou força na virada da década de 1970 para a década de 1980, pois é nesse contexto que surge um novo sujeito (auto)denominado travesti, que “extrapolou o espaço das festas privadas, concursos de fantasia, apresentações teatrais e do carnaval; invadiu as ruas e os meios de comunicação, transformando-se em personagem público-midiatizada” (VERAS, 2019, p.99).

A partir, então, do contexto de violência e marginalização ao qual ainda são expostas as pessoas trans, bem como das reflexões sobre a resignificação de estigmas trans pelos meios de comunicação, é possível perceber que há uma relevância no desenvolvimento de uma pesquisa que busque refletir sobre os sentidos produzidos pelo discurso midiático ao tratar de pessoas trans, e que também busque problematizar qual o papel do jornalismo no processo de formação da opinião sobre as identidades transexuais e travestis.

Cabe destacar que os termos “Transgênero”, “Transexual” e “Travesti” seguem neste trabalho a definição apresentada no Manual de Comunicação LGBTI+

¹ BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**, 2023. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em 1 fev 2023

² KER, João. **Brasil é líder mundial de assassinatos trans pelo 14º ano**. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/brasil-lider-assassinatos-trans/> Acesso em 1 fev 2023

(2018), de que "travestis e transexuais são transgênero por definição" (REIS, 2018), portanto, o uso da expressão "transgêneros" ou "pessoas trans", engloba estas duas nomenclaturas. Já os conceitos de "Transexual" e "Travesti" divergem em seu sentido. Enquanto transexual é um indivíduo que se identifica como pertencente ao sexo oposto, e sua identidade de gênero não está de acordo com o sexo que lhe foi atribuído na certidão de nascimento, o termo travesti ganhou um teor político, após ser usado historicamente como pejorativo (REIS, 2018). No presente trabalho, a nomenclatura poderá variar de acordo com o contexto utilizado para se referir à figura de pessoas transexuais em seus diversos contextos sociais ou políticos.

Para alcançar o objetivo de estudar os efeitos de sentido do discurso utilizado sobre pessoas transgênero (transexuais e travestis) nas matérias publicadas no **Portal de Notícias G1** entre janeiro e fevereiro de 2020 e 2021, nesta dissertação utilizaremos como aporte teórico/metodológico a análise de discurso de vertente francesa, pois atua no campo da investigação que transcende a literalidade dos signos e da discursividade para permitir que os efeitos de sentidos dos enunciados sejam observados por meio da associação entre texto e contexto, entre a linguagem e sua temporalidade. O *corpus* foi consolidado através de uma busca no Portal, centrada nos meses de janeiro e fevereiro que tivessem citados os termos "travesti" e "transexual". A definição do recorte temporal partiu de dados publicados pela ANTRA, de que os meses de janeiro e fevereiro de 2020 se destacam entre os que tiveram maior número de assassinatos, e por 29 de janeiro ser o Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado **Teorias do Gênero e Sexualidade**, procurei resgatar a história da sexualidade e quais fatores sociais influenciaram a construção de um sistema sexual binário, bem como refletir a partir de autoras feministas e transfeministas sobre a importância de um novo olhar a respeito de sexo e gênero enquanto construção cultural para uma sociedade mais inclusiva. No segundo capítulo, **Teorias do Jornalismo**, propus uma discussão sobre o fazer jornalístico enquanto ferramenta crítica que tem o poder de consolidar ou dirimir determinados estigmas em relação a grupos muitas vezes marginalizados, bem como o papel da subjetividade de propor outras formações discursivas sobre pessoas transgênero.

No terceiro capítulo, **Reflexões Metodológicas**, discuto sobre o método da Análise de Discurso de vertente francesa na comunicação, exponho conceitos e

explico como o *corpus* foi construído. Por fim, no capítulo **As formações discursivas sobre pessoas trans no Portal de Notícias G1**, apresento a análise das três principais formações discursivas identificadas na cobertura do **G1** sobre pessoas travestis e transexuais: 1. Os direitos humanos e as identidades transexuais e travestis; 2. Saúde como um direito de pessoas transexuais e travestis; 3. As identidades transexuais e travestis atravessadas pela violência e morte.

1. TEORIAS DO GÊNERO E SEXUALIDADE

1.1 A história da sexualidade e a construção da biopolítica e de uma biopolítica de gênero

Foucault analisa as estruturas sociais que regem o Ocidente, principalmente a partir de sua crítica aos mecanismos silenciosos que se reproduzem e naturalizam determinadas construções históricas e segmentações sociais. Foucault (2008) nos leva a refletir sobre como a dinâmica social cria determinados contextos de exclusão, motivados por práticas de controle, principalmente pela produção de padrões sociais que instrumentalizam o indivíduo, buscando determinar uma finalidade útil que exclui os destoantes, partindo de uma intervenção político-econômica na sexualidade humana.

A construção social, também observada em forma de opressão, elaborada em torno de um sistema sexual binário³, influencia a formação identitária dos sujeitos, principalmente àqueles que não se enquadram em uma binariedade de gênero, reforçando o estigma e a discriminação social que invisibiliza esses corpos, seja no campo biológico, político ou laboral.

Ao definir biopoder, Foucault (2008) menciona que este é uma série de fenômenos relevantes, “a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p.3). Para Tótorá (2011), é possível perceber que Foucault classifica como biopoder a irrupção de uma tentativa de naturalização da espécie humana como estratégia das relações de poder.

Em sua aula de 11 de janeiro de 1978, Foucault (2008) perpassa por cinco pontos principais acerca de como se entendem os conjuntos de procedimentos que constituem o biopoder: o início de uma teoria do poder; o conjunto de relações; a análise das relações de poder, o discurso no imperativo, e a relação entre luta e verdade.

Primeiro, a análise dos mecanismos de poder proposta por Foucault (2008) não tem como objetivo teorizar sobre o que é poder, mas observar e saber por onde

³ Segundo a definição de “binarismo de gênero”, do Manual de Comunicação LGBTI+, esta é a ideia de que só existe macho [fêmea, masculino | feminino, homem | mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não-binárias. Disponível em: <www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>

passa, como e entre quem, quais pontos, segundo quais procedimentos e com quais efeitos (2008, p.4). Em segundo lugar, o autor explica que “esse conjunto de procedimentos que têm como papel estabelecer, manter, transformar os mecanismos de poder, pois bem, essas relações não são autogenéticas⁴, não são auto-subsistentes** (sic)⁵, não são fundadas em si mesmas”. (FOUCAULT, 2008, p. 4)

Em terceiro lugar, o autor destaca que as relações de poder podem se articular a partir de uma visão da transformação econômica, e “essa análise tem [...] o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008, p.5). Em quarto lugar, afirma que “não há discurso teórico ou simplesmente análise que não seja de uma maneira ou de outra percorrida ou embasada em algo como um discurso no imperativo” (FOUCAULT, 2008, p.5). Por fim, Foucault (2008) chega ao quinto ponto, onde reforça que a relação entre luta e verdade não faz “nada mais que se teatralizar, se descarnar, perder o sentido e a eficácia nas polêmicas internas ao discurso teórico” (2008, p.6), e propõe em “um só imperativo, mas que será categórico e incondicional: nunca fazer política” (2008, p.6).

A partir disso Foucault estabelece a diferença entre os mecanismos disciplinares e os de segurança. A segurança aparece sobre o conjunto de uma população apoiada sobre um conjunto de dados materiais (TÓTORA, 2011, p.86). Já a disciplina seria exercida sobre o corpo individualizando uma multiplicidade e construindo um espaço de vigilância, e a nova forma de poder, denominado disciplinar, surge com o Estado Moderno. Este poder inaugura uma lógica da sujeição, cuja finalidade é a utilização útil e dócil da capacidade humana (FOUCAULT, 2010 Apud BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020).

Assim, a disciplina torna-se um dos principais elementos dos dispositivos de controle, e as relações saber-poder dos dispositivos, tanto disciplinares como de segurança, passaram a valer da norma para “distinguir o normal e o anormal de acordo com ela” (FOUCAULT, 2008, p. 74-75). É a partir das noções de norma e normalização de condutas que se reúnem uma gama de estados e situações que se vinculam ao exercício do poder disciplinar “produtor de condutas, gestos, discursos,

⁴ Conforme o livro, o termo “autogenéticas” está entre aspas no manuscrito.

⁵ Conforme o livro, o termo “auto-subsistentes” (sic) está entre aspas no manuscrito.

subjetividades” (FONSECA, 2012, p. 90 Apud BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020, p. 9), de modo que a norma constitui a forma como o exercício desse poder é possível.

Objeto de pesquisa deste estudo, os efeitos de sentido do discurso sobre pessoas trans também são atravessados por este conjunto de mecanismos que mencionamos anteriormente. No caso das transexualidades⁶, é possível afirmar que seu surgimento enquanto prática social passou ainda por uma série de condições e determinantes estabelecidas em um contexto de dominação dos corpos. Como explica Lima (2013), as transformações nos discursos e práticas a respeito do sexo, do corpo, da sexualidade e do desejo, o que Foucault chama de “dispositivo da sexualidade”, passaram a ser controlados cada vez mais pelo Estado, que via no controle da vida afetiva e sexual, uma possibilidade de controle dos indivíduos e da população. Cabe aqui ressaltar que

O conceito de ‘dispositivo’ apresentado por Foucault (2002) oferece uma ferramenta conceitual e prática importante para pensarmos os processos de controle na biolítica contemporânea. Seus estudos voltados para a passagem da soberania ao biopoder (o poder sobre a vida), a consolidação das sociedades disciplinares, e consequentemente a biopolítica revelaram inúmeros processos de controle dos viventes e das expressões de vida, entre elas, o controle dos corpos, gêneros, sexualidades e desejos (LIMA, 2013, p.5).

Ainda no que diz respeito à disciplina, Fonseca (2012) indica que ela qualifica os elementos analisados de acordo com finalidades pré-estabelecidas. Posteriormente, fixa procedimentos de adestramento e de controle permanentes. Essa sequência, quando verificada, divide as pessoas entre ‘normal’ e ‘anormal’, a partir de um modelo de referência, fornecido pela norma e elaborado em razão de certo resultado esperado. Logo, é por meio do controle direcionado aos espaços institucionais que os mecanismos de normalização disciplinar se tornam possíveis.

Para Foucault (2008), o estabelecimento de uma norma que classifica e distribui os indivíduos impõe uma hierarquia que se baseia na desqualificação de alguns em comparação com outros. No que tange às pessoas transexuais, principalmente a vigilância constante, a atribuição de patologias e a exclusão do

⁶ Neste trabalho, o uso da palavra transexualidade no plural parte da definição de Lima (2013) de que a transexualidade deve ser compreendida a partir de seu caráter plural, marcado não só por “assujeitamentos, mas também por resistências, reinvenções, desestabilizações da matriz de inteligibilidade dos gêneros que estabelece compulsoriamente o contínuo corpo-gênero-sexualidade-desejo” (2013, p.2).

diferente, acabam se tornando ferramentas que as estigmatizam e que são utilizadas pelo poder disciplinar para garantir que a norma siga vigente.

Em 1963, Goffman definiu o estigma como um atributo profundamente depreciativo. Esta definição parte da ideia de que o estigma é motivado por uma crença de que o outro possui “um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca” (GOFFMAN, 1963, p.6).

O autor observa ainda que o estigma é caracterizado especialmente “quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 1963, p.6). Além disso, ainda traz três categorias que estariam ligadas ao estigma. Como explica Podestá (2019), o primeiro deles se refere às “abominações do corpo”, o segundo às “culpas de caráter individual”, e o terceiro aos “estigmas tribais de raça, nação, religião” (PODESTÁ, 2019). A saber sobre cada uma delas:

[...] as abominações do corpo, em que estariam as características socialmente classificadas como deformidades corporais; as culpas de caráter individual, relacionadas a algum nível de escolha ou vontade pessoal ou de intenção moral, o autor cita a homossexualidade, adicção, loucura, vícios, prisão, radicalismo político; e por último, os stigmas tribais de raça, religião, relacionados a uma “transmissão através de linhagem”. “O estigma é (...) um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. (GOFFMAN, 1988, p.13 Apud PODESTÁ, 2019, p.365)

Historicamente, segundo Veras (2019, p.151), as identidades travestis recebem atributos de conotação depreciativa relacionados, principalmente, ao fato de que a identidade travesti, deixou de ‘estar’ para ‘ser’, mas a “ambiguidade” apareceu como prática suspeita, e o julgamento social usava a ‘aparência’ como parâmetro de reconhecimento e (pré)julgamento, o que justificou a inserção das travestis no rol da criminalização. É a partir desse contexto que podemos atribuir o estigma às pessoas trans tanto com a categoria de “abominações do corpo”, quanto “às culpas de caráter individual”. Como visto anteriormente e defendido por Veras (2019), a ideia de “ambiguidade” gerada pelos corpos travestis e transexuais transcende à binariedade de gênero, e isso se reflete diretamente na forma como esses corpos são vistos e tratados. Além disso, socialmente, as identidades trans ainda são vistas nos dias de

hoje como uma questão de escolha pessoal de transição de gênero, levando a um discurso de patologização das transexualidades.

É comum observamos uma tentativa constante da associação entre travestis e atividades ilícitas para justificar a violência e/ou os assassinatos dos quais são vítimas, reforçando velhos estigmas sobre o mito da travesti violenta que aprendemos a temer desde muito cedo. Benevides e Nogueira (2020) apontam que as associações recorrentes são o uso de drogas, disputa de território, tentativa de extorsão e roubo. Esta constante exposição das identidades trans que reforça estigmas ao longo das décadas, criou no “imagético brasileiro uma ideia pré-estabelecida do que é ser uma pessoa trans/travesti” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p.102), e há décadas se reproduzem estes conjuntos de atributos depreciativos, inclusive nos dispositivos midiáticos, sendo muitas vezes o principal meio pelo qual “muitas pessoas não-trans tiveram contato/conhecimento sobre pessoas trans/travestis pela primeira vez” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p.102).

Nesse contexto, a consolidação de atributos negativos e estigmatizantes designados às pessoas transexuais e travestis ajudou no fortalecimento de uma identidade cisgênero, termo utilizado para descrever o indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer” (REIS, 2018, p.27), e/ou heterossexual, termo que define um indivíduo atraído afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto (REIS, 2018, p.22), como normal, o que acirrou ainda mais o discurso de transexualidade enquanto doença e patologia. Esse processo de exclusão também agravou discursos de ódio, marginalização e perseguição de pessoas trans, uma vez que corpos transgênero passaram a ser considerados ‘anormais’ e fora dos padrões adequados socialmente como comportamentos desse ou daquele gênero (JESUS, 2013).

No contexto de transição do biopoder para a biopolítica, o elevado crescimento populacional do século XVIII fez com que fosse necessária uma remodelação das técnicas de poder, expandindo seu alcance para potencializar não só a obediência da norma, mas também outros resultados. É neste contexto que acontece uma transição entre biopoder e biopolítica. Foucault (2021, p.132) indica que as técnicas de controle como taxa de natalidade, morbidade, fecundidade, estado de saúde, formas de alimentação e de *habitat*, foram inseridas nas técnicas de controle. É nesse contexto que “a arte de governo”, denominada Biopolítica, toma corpo e passa

o controle do indivíduo para a espécie humana, possuindo aptidões de abrangência ainda maiores.

Neste mesmo período, segundo Foucault (2021), a homossexualidade começa a aparecer como prática essencialmente problemática, que não era aplicada dentro das normas estabelecidas para as práticas sexuais que tinham como fim gerar força produtiva econômica e política. Surgem, neste aspecto, os “principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo ‘psicologizar’ ou ‘psiquiatrizar’ as relações de aliança” (FOUCAULT, 2021, p.120).

Balem, Souza e Nascimento (2020) destacam que a sexualidade foi utilizada como ferramenta de atribuição de patologias a algumas pessoas, enquanto alçava outras à condição sexual ideal, aliada a uma posição social digna e majoritária, servindo como instrumento de diversas estratégias políticas e econômicas por meio de coerção legal e moral. Nesse sentido, as repressões e interdições sexuais ocorreram com maior intensidade sobre aquelas sexualidades que não se enquadravam nos objetivos estabelecidos pelo Estado. Ou seja, daqueles indivíduos que não se definiam como cisgênero e/ou heterossexual, por exemplo.

Esses movimentos contribuíram para consolidação da transexualidade enquanto patologia, com contorno definido, características diagnósticas específicas e uma condução terapêutica definida. Quando Foucault nos coloca que, entre suas características, os dispositivos emergem num determinado momento histórico para responder a uma urgência, talvez possamos pensar que a invenção da transexualidade, enquanto patologia, emergiu da necessidade urgente de classificar e de diferenciá-la da homossexualidade e dos estudos intersexuais. Era preciso definir e caracterizar o fenômeno. O principal, neste conjunto de discursos e práticas, foi a separação do que poderia ser definido como “transexualismo” de qualquer outro distúrbio psiquiátrico bem como dos travestimentos e das intersexualidades (LIMA, 2013, p.10).

Um exemplo claro dessa insistente tentativa de tratar os corpos trans como ‘anormais’, é a permanência por 28 anos da transexualidade enquanto doença na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. No CID 10, a classificação definia a transexualidade como “transtornos da identidade sexual”, sendo o F64.0 uma referência ao “transexualismo”⁷ (OMS, 2019). Foi só em 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou sua nova

⁷ OMS. Organização Mundial da Saúde. **ICD-10 Version:2019**. Disponível em: [ICD-10 Version:2019 \(who.int\)](https://www.who.int/icsd10/) Acesso em 23 jul 2022.

Classificação, a CID 11, em que a transexualidade deixou de ser entendida como um transtorno e passou a ser classificada como “incongruência de gênero”⁸ (OMS, 2022).

Mas mesmo com a importante vitória da despatologização da transexualidade, ainda é possível identificar uma constante perseguição das sexualidades periféricas, tidas como desviantes na categorização das pessoas de acordo com as suas ‘perversões’ (BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020). É a partir deste movimento, e da repressão à sexualidade na sociedade ocidental a partir do século XVII que se costurou um dos mais cruéis preconceitos ainda existentes: o da discriminação sexual, sendo que diariamente travestis e transexuais ainda precisam lutar pelos seus direitos civis básicos, incluindo desde o reconhecimento do nome social até o próprio direito à vida (JESUS, 2013).

Crimes de ódio transfóbicos motivados por crenças discriminatórias ocorrem frequentemente contra pessoas trans, sendo elas vítimas de violências que muitas vezes carregam requintes de crueldade, a exemplo da travesti Dandara⁹, que em 2017 foi espancada até a morte por três homens que filmaram a violência e expuseram o ato em redes sociais. O uso do termo transfobia, inclusive, se faz necessário para caracterizar especificamente os atos que envolvam preconceitos e/ou discriminações enfrentados pelas pessoas transexuais, pois partem da identidade de gênero como justificativa para atos que geralmente envolvem violência, seja em nível discursivo ou físico. Como defende Bruna Benevides, Segunda Sargenta da Marinha do Brasil e Secretária de Articulação Política da ANTRA, em uma entrevista ao Portal Humanista, “o discurso de ódio pode não puxar o gatilho, mas ele direciona o alvo”¹⁰.

Para classificar as características dos assassinatos de pessoas transexuais e travestis no Brasil, Jesus (2013) identifica as violências a partir do local, causas e profissões das vítimas, onde identificou que cerca de 16,42% dos crimes acontecem na rua. Um dado simbólico “tendo em vista que grande parte trabalhava como profissional do sexo (27,82%), profissão marginalizada geralmente atribuída à

⁸ OMS. Organização Mundial da Saúde. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)**, 2022. Disponível em: [International Classification of Diseases \(ICD\) \(who.int\)](https://www.who.int/classifications/icd) Acesso em 23 jul. 2022

⁹ G1. **Polícia investiga homicídio de travesti que foi espancada até a morte no CE**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/policia-investiga-homicidio-de-travesti-que-foi-espancada-ate-morte-no-ce.html> Acesso em 1 fev 2023

¹⁰ HUMANISTA. **“Discurso de ódio pode não puxar o gatilho, mas direciona o alvo”, denuncia ativista trans**, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/04/01/discurso-de-odio-pode-nao-puxar-o-gatilho-mas-direciona-o-alvo-denuncia-ativista-trans/>> Acesso em 1 fev 2023

população transgênero, especialmente às travestis, devido à exclusão educacional e laboral [...]” (JESUS, 2013, p.9).

Historicamente, as travestis e transexuais foram empurradas à rua, sendo que o contexto de crise econômica e de desemprego dos anos 1980 no Brasil foi um fator que se somou à discriminação constante enfrentada por elas. Para muitas, “a prostituição se transformou em alternativa de sobrevivência econômica [...]”, e “a imprensa as descreveu na prostituição, quase que exclusivamente, como sinônimo de criminalidade perigo, fabricando uma travesti “marginal” e “perigosa”. (VERAS, 2019, p.163). Na mesma direção da crítica aos constantes atos transfóbicos e de ódio contra pessoas transexuais e travestis, Jesus (2013) destaca que chama a atenção o fato de que grande parte das execuções ocorre por tiros (37,99%), e que o apedrejamento, método arcaico de punição, apareça como causa da morte em 5,15% dos casos.

Como citado anteriormente, “a partir da noção ampliada sobre os dispositivos de controle, as sexualidades são analisadas, inquiridas, interpretadas na atualidade dos acontecimentos que a cercam. É preciso ressaltar que os dispositivos são historicamente construídos” (LIMA, 2013, p.7). Muitos dos discursos discriminatórios e de ódio contra as transexualidades são construídos sob a perspectiva de supervalorização do binarismo biológico, tida como única possibilidade de perpetuação da espécie, e fruto da fixação de papéis criados de forma social e cultural, reforçado até os dias de hoje. Uma tentativa de resposta ao movimento do determinismo biológico surge através do movimento feminista que passou a tratar o conceito de gênero com a dimensão que distingue o biológico do social, questão que aprofundaremos no próximo tópico.

Entretanto, mesmo diante de um esforço coletivo entre as militâncias transfeministas e feministas de ressignificar o conceito de gênero, é importante ressaltar que ainda estão presentes no mundo contemporâneo uma série de efeitos sociais, jurídicos e identitários da Biopolítica conforme indicam Balem, Souza e Nascimento (2020). Estes efeitos trazem impactos que afetam as transexualidades, uma vez que “[...] nem todas as pessoas são igualmente ‘sujeito de direitos’ e, dessa forma, a heteronormatividade disciplina o entendimento coletivo de gênero, estruturando os mundos social, político e jurídico” (BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020, p. 19).

Essa lógica cria entraves à dignidade humana, por meio da estigmatização, marginalização e invisibilização das pessoas trans, que ainda enfrentam dificuldade

para garantir o uso do seu nome social, um direito básico de garantia da própria existência, o que muitas vezes às afastam de serviços de saúde, dos espaços educacionais, laborais, entre tantos outros que interferem diretamente no processo de dignidade relacionado ao “fazer viver e deixar morrer”.

Recentemente, em 2018, a Prefeitura de São Paulo passou a autorizar a inclusão do nome social nos cemitérios municipais com a devida autorização da família (a exemplo do que acontecem em casos de doação de órgãos)¹¹. O decreto, que pode parecer banal aos olhos da população cisgênero, é uma grande conquista para pessoas trans que muitas vezes não têm sua identidade respeitada nem em vida e nem em morte. Outra decisão recente, de junho de 2022, no Rio de Janeiro, garantiu o inédito reconhecimento da identidade de gênero de uma mulher transexual após sua morte, o que garante a alteração do nome inclusive na certidão de óbito¹²

Além disso, pessoas transexuais e travestis não dispõem de nenhuma lei aprovada pelo legislativo brasileiro que criminalize atos de transfobia (ANTRA, 2022). Resultado é que em 2019, após entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o legislativo vinha se omitindo em tratar do tema, é que os ministros do STF votaram a favor de criminalizar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero¹³.

Por fim, pode-se pensar com Foucault a emergência de um poder que “constrói; destrói e reconstrói; que transforma, acrescenta, diminui, modifica a cada momento e em cada lugar a si mesmo e a cada coisa com a qual se relacione em uma rede múltipla, móvel, dinâmica, infinita” (POGREBINSCHI, 2004, Apud BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020, p. 21). A marginalidade social de determinados grupos, a exemplo das transexualidades e sua identidade de gênero, ainda sofre grande opressão da moralização normativa que persiste no meio social e em seus dispositivos, eternizado em forma não apenas de estigma, mas de discriminação e violência.

¹¹ G1. **Travestis e transexuais poderão ter nome social nas lápides em cemitérios municipais de SP**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/travestis-e-transexuais-poderao-ter-nome-social-nas-lapides-em-cemiterios-municipais-de-sp.ghtml> Acesso em 1 fev 2023

¹² CONJUR. **Dignidade póstuma para as pessoas trans**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-28/opiniao-dignidade-postuma-pessoas-trans2> Acesso em 1 fev 2023

¹³ G1. **STF permite criminalização da homofobia e da transfobia**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml> Acesso em 1 fev 2023

Como veremos no tópico seguinte, mudar estigmas construídos historicamente passa principalmente por uma desconstrução do sistema binário classificado a partir do que seria 'normal' e 'natural', um esforço proposto pelos feminismos e aprofundado cada vez mais pelo transfeminismo.

1.2 A 3ª onda do feminismo e a desconstrução da binaridade sexo-gênero

Desde o surgimento dos movimentos feministas, no final do século XIX na Europa, houve uma série de diferentes demandas e proposições teóricas, marcadas, muitas vezes, pela reivindicação de novos direitos e de novas problematizações acerca da noção de gênero. Para melhor compreensão deste processo de transformação, usaremos como referência os estudos de Siqueira (2015), que separa o feminismo em primeira, segunda e terceira onda¹⁴.

A primeira onda ocorreu entre o final do século XIX e o começo do século XX e as reivindicações feministas estavam fortemente atreladas aos direitos sociais e econômicos, a exemplo do direito ao voto e ao trabalho. Caracteriza-se principalmente pelo “ataque às diferenças discriminatórias e insustentáveis entre homens e mulheres; se aqueles podem trabalhar e participar da condução da vida política da comunidade, não há razão para que essas também não possam fazê-lo” (SIQUEIRA, 2015, p.330).

Na época, o questionamento feminista estava predominantemente focado no fato de que às mulheres era cerceado o direito político do voto e de outros poderes para tomada de decisão, enquanto lhes era permitido apenas “afazeres que se destinavam às atividades domésticas, sendo que a elas eram atribuídos apenas dois papéis, o de mãe e o de esposa” (MONTEIRO; GRUBBA, 2017, p.265). As mulheres questionavam a divisão de papéis estabelecidos socialmente para homens e mulheres, e viam a emancipação política e de trabalho como uma maneira de adquirir liberdade e alcançar igualdade em relação aos homens.

Já a segunda onda, teve início entre os anos 1960 e 1980, e parte de uma perspectiva relacionada às “questões privadas e no corpo da mulher, com foco, portanto, nas diferenças relevantes entre os sexos” (SIQUEIRA, 2015, p.330). No auge da revolução sexual e da era do amor livre, as mulheres passaram a lutar pelo

¹⁴ Segundo Felgueiras (2017) há ainda uma quarta onda do feminismo, também chamada de “ciberfeminismo”, caracterizada principalmente pelo uso da internet e das redes sociais para mobilização e divulgação do feminismo.

direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. “Antes que pudesse haver qualquer igualdade de gênero em relação à questão do amor livre, mulheres precisavam ter acesso garantido a métodos contraceptivos seguros e eficientes e ao aborto” (HOOKS, 2018, p.40). O foco era que as mulheres pudessem gozar de sua liberdade reprodutiva, e reivindicavam que suas peculiaridades femininas fossem reconhecidas e protegidas.

Por fim, a terceira onda, a qual exploraremos com mais profundidade neste capítulo por sua pertinência com as transexualidades, tem seu início entre os anos 1990 e 2000, e “reivindica não mais a diferença entre homens e mulheres, mas as diferenças entre as próprias mulheres” (SIQUEIRA, 2015, p.330). Essa discussão, segundo Hooks (2018), partiu principalmente da necessidade de se reavaliar os paradigmas estabelecidos pelo discurso universal da reivindicação feminista estabelecido principalmente por mulheres brancas, de classe média, heterossexuais e cisgênero, que se restringiam a criticar as desigualdades oriundas das diferenças entre gêneros, ou seja, entre homens e mulheres.

Na mesma direção, autoras a exemplo de Lauretis (2019) começaram a pensar as diferenças existentes entre as mulheres, ou seja, não bastaria apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Como defende Hooks (2018, p.165), seria necessária uma transformação para que o movimento feminista passasse a dialogar com diferentes origens e realidades, fugindo da ideia de que existe um caminho único para o feminismo.

É a partir deste movimento que parte a reflexão e análise teórica das diferenças entre as mulheres, pois estas “não são iguais entre si, tendo em vista a presença de elementos diferenciadores como a classe e a raça, que propiciam relações de dominação e subordinação, impossibilitando uma efetiva solidariedade” (CAETANO, 2017, p.7). Coloca-se em evidência a perspectiva do gênero a partir de novos recortes, uma vez que a opressão não acontece de forma igualitária entre as mulheres, e que a categoria ‘mulheres’ foi universalizada a partir da representação política da mulher branca de classe média.

Como defende Wittig (2019), para ampliar a visão sobre o feminismo no plural, é preciso matar o ‘mito da mulher’ como um ‘grupo natural’, uma vez que este argumento político faz parte de um mecanismo de controle sobre os corpos e mentes impostos às mulheres sobre como elas deveriam se comportar de acordo com o que foi determinado pela natureza. “Nossa primeira tarefa, ao que parece, é desassociar

completamente ‘mulheres’ [...] de ‘mulher’, o mito. Pois ‘mulher’ não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são o produto de uma relação social” (WITTIG, 2019, p.88).

As discussões propostas por mulheres negras e/ou lésbicas, a exemplo de Bell Hooks (2018), Audre Lorde (2021) e Monique Wittig (2019), foram essenciais para a consolidação do debate de que sem a transformação do sistema para acabar com o patriarcado e com o sistema de opressão heterossexual (e cisgênero), mulheres periféricas à supremacia branca jamais alcançariam a igualdade, estando também, muitas vezes, muito atrás de alcançar inclusive os direitos adquiridos pelas mulheres brancas de classe média nos anos anteriores de lutas feministas.

No que diz respeito à luta de classe feminista, por exemplo, é possível perceber alguns choques relacionados à ideia de reivindicação pelo direito à igualdade entre mulheres e homens; e pelo direito de trabalhar fora de casa. Como explica Hooks (2018), uma das visões reformistas tinha como ponto central os direitos iguais para as mulheres dentro da estrutura de classe existente, enquanto outros modelos considerados radicais e/ou revolucionários pediam uma mudança estrutural mais ampla para substituir os paradigmas existentes (HOOKS, 2018, p.51).

No contexto social da época, enquanto mulheres brancas com alto grau de escolaridade “reclamavam dos perigos do confinamento no lar, a maioria das mulheres da nação era da classe trabalhadora, e [...] teriam enxergado o direito de ficar em casa como “liberdade” (HOOKS, 2018, p.51-52). Assim, se estabelece um paralelo de que sem consciência de classe (bem como a consciência das demais intersecções que nos tocam enquanto mulheres), a crença de que os problemas que envolvem o gênero são individuais e subjetivos poderia dificultar ainda mais o processo de uma verdadeira transformação que nos contemplesse como indivíduo, mas também como sujeitas sociais e políticas (WITTIG, 2019).

E para entender com mais clareza a importância das intersecções entre gênero, classe e raça no movimento feminista, é preciso olhar para a definição de interseccionalidade, definida por Crenshaw (2002) como a

[...] forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Como vimos anteriormente, para Foucault (2021), “através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico” (FOUCAULT, 2021, p.29). Historicamente, se estabelece uma relação de poder em que o sexo passa a ser disciplinado a partir de mecanismos que possuem finalidades pré-estabelecidas para beneficiar determinadas técnicas de controle social.

Essas relações de poder não influenciariam apenas as estruturas sociais de poder, mas também teriam interferência direta na construção política do sujeito, e ao pensar “a sujeita” do feminismo, a própria “formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “a sujeita” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional” (BUTLER, 2021, p.19). A própria definição da sujeita seria fruto do “sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático” (BUTLER, 2021, p.19).

Além disso, Butler (2021) questiona que para além “das ficções ‘fundacionistas’ que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (2021, p.20). Essa busca por uma universalidade passa a ser questionada, o que também vemos na crítica ao “mito da mulher” citado por Wittig (2021), principalmente, pela necessidade da criação de categorias de análises que incluíssem as interseccionalidades das opressões as quais são impostas às mulheres.

Esse foi o ponto de partida para que Judith Butler (2021), uma das principais expoentes da terceira onda do feminismo, problematizasse sobre quem é, de fato o sujeito do feminismo, realizando assim uma crítica radical ao modelo binário e empreendendo uma tentativa de desnaturalizar o gênero (RIBEIRO, 2018, p.46). Afinal, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo” (BUTLER, 2021, p.21).

Butler (2021) também questiona quem seria a sujeita ou seriam as sujeitas do feminismo, propondo uma crítica radical ao que seria uma busca do feminismo por uma base única e permanente da “mulher” do feminismo, principalmente aquelas construídas por padrões patriarcais, em um contexto de finalidades já pré-estabelecidas normativamente (BUTLER, 2021, p.24). Desde a estética até a

maternidade, a sociedade impõe valores e normas que deveriam ser seguidas pelas mulheres cisgênero dentro dos critérios estabelecidos a fim de servir às técnicas de controle, que ditariam aspectos de natalidade, fecundidade, entre outros relativos aos corpos femininos.

O ponto de partida para tentar entender essa pluralidade do que seriam as “mulheres”, surge de uma proposta de romper com a ideia de que sexo seria biológico e gênero cultural. Para Butler (2021), ambos, sexo e gênero seriam frutos de uma construção social, o que incluiria mulheres lésbicas e mulheres transexuais como sujeitas dos feminismos.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2021, p. 27).

A reflexão é importante, principalmente, para que se compreenda como as normas promovem a construção de um “caráter histórico performativo, que, através de reiteradas repetições, produzem e materializam aquilo que nomeiam, sendo a performatividade travesti paradigmática desse processo” (VERAS, 2019, p.35). Afinal, o sexo “também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*” (BUTLER, 2021, p.27).

A ruptura sobre a concepção binária sexo/gênero também é trazida por Teresa de Lauretis (2019), que reflete sobre o que era, até então, o entendimento do feminismo dos anos 1960 e 1970, de gênero como uma “diferença sexual” (LAURETIS, 2019, p.122). A nova linha de pensamento trouxe a possibilidade de mudança do cenário feminista em um momento em que o feminismo tinha se tornado limitado, isso porque “a ‘diferença sexual’ é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino [...], uma diferença (na mulher) em relação ao homem – ou seja, a própria diferença no homem” (LAURETIS, 2019, p.122).

Lauretis (2019) reforça ainda que existem duas grandes limitações no que se refere ao conceito de “diferença(s) sexual(ais)”. O primeiro seria que

ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo [...], o que torna muito difícil, se não impossível,

articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres (LAURETIS, 2019, p.122).

E a segunda limitação, é que ele

tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista sem sair dos limites da casa patriarcal [...]. Por potencial epistemológico radical, quero dizer a possibilidade, já emergente nos escritos feministas dos anos 1980, de conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a sociedade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; sujeito “engendrado” não apenas na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 2019, p.122-123)

Assim, o que propõe a autora é que é preciso avançar nas discussões de um conceito de gênero que não se confunda com diferença(s) sexual(ais), uma vez que a confusão gerada pela aproximação de ambos os conceitos, acaba, por um lado, criando a ideia de que o conceito de gênero seria uma derivação direta de diferença sexual, e por outro lado, que o conceito de gênero não seria relacionado com o real, mas sim com um efeito de linguagem imaginário (LAURETIS, 2019, p.123).

E para que seja possível avançar nesta desconstrução, Lauretis (2019) ainda sugere pensar o gênero assim como Foucault pensa a “tecnologia sexual”. Dessa maneira, o gênero seria um “produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 2019, p.123).

O conceito foucaultiano de “tecnologia sexual”, é definido como “o conjunto de técnicas sociais criadas pela burguesia europeia a partir do final do século XVIII” para assegurar sua sobrevivência e hegemonia (FOUCAULT Apud. SOUZA; CASCAES, 2008, p.86). Os discursos sobre a sexualidade, elaborados dentro de diferentes ciências, foram promovidos pelo Estado e institucionalizados no núcleo familiar, assim como vimos anteriormente na análise a respeito da biopolítica e seus mecanismos de controle. A lógica adotada buscou validar ou reprimir determinados comportamentos sexuais sempre estabelecendo práticas de controle sobre os indivíduos. (SOUZA; CASCAES, 2008).

É a partir desse conceito inicialmente apresentado por Foucault, e é importante citar que o termo gênero não aparece em sua obra, que Lauretis (2019)

insere o conceito de “tecnologia de gênero”. Compreende-se que o “gênero não é uma propriedade dos corpos nem algo existente *a priori* nos seres humanos” (LAURETIS, 2019, p.123). O gênero passa a ser produto e processo, é uma representação e está em constante mudança. Suas tecnologias passam a produzir, a partir de suas proliferações discursivas, as masculinidades e as feminilidades (NASCIMENTO, 2021).

Surgem então, quatro proposições feitas por Lauretis (2019) sobre a ideia de como construir o gênero no campo das disputas de poder, sendo que (1) gênero é uma representação que tem implicações diretas na vida material; (2) A representação de gênero é também sua construção histórica; (3) a construção de gênero continua acontecendo no mesmo ritmo histórico nas esferas institucionais, familiares, políticas, culturais entre outras esferas de disputa de poder; (4) de forma paradoxal, a construção do que é o gênero só pode acontecer se houver, da mesma forma, a sua desconstrução (LAURETIS, 2019, p.124).

Este último, em especial, trata-se de um processo essencial no sentido de englobar as mulheres transexuais no feminismo e trazê-las para a proposta de reavaliar gênero como um conceito para além das normas de controle social, uma vez que reconhece “como o conceito de gênero propõe a diversidade de performances e experiências femininas ou estabelece negociações culturais estratégicas e de representação política com as mulheridades” (NASCIMENTO, 2021, p.41).

O problema, é que ainda se enfrenta uma barreira de produção de conhecimento em que a maioria das teorias e/ou produções culturais são construídas sob a perspectiva da visão masculina. Isso exige, segundo Lauretis (2019), que as novas teorias e abordagens façam o esforço de construir espaços passíveis de reconstrução dessas teorias e produções sob uma nova visão, uma nova perspectiva gerada a partir de “outro lugar” (LAURETIS, 2019, p.149-150).

A expressão “mulheridades”, usada por Nascimento (2021), parte desta tentativa de repensar a epistemologia do conceito de gênero, e remete à multiplicidade existente dentro dos feminismos a respeito das experiências enquanto processos de produção social, as quais podem ser produzidas a partir de experiências sociais, pessoais ou coletivas.

Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo ‘mulher’ pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo ‘mulheridades’ é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o

imaginário social determina como 'feminino', e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões (NASCIMENTO, 2021, p.25).

Ainda nos dias de hoje, algumas pessoas enfrentam dificuldades em assimilar o entendimento de gênero a partir da perspectiva cultural, e mais ainda como um dispositivo de tradução do sexo. No entanto, é este processo de desconstrução do binarismo sexo/gênero que permite que outras sujeitas dentro das relações de poder fortemente marcadas pelo machismo, sexismo e patriarcado na sociedade vigente possam fazer parte do feminismo, como sujeitas legítimas de luta, experiências e produção conceitual (NASCIMENTO, 2021, p.43).

Entende-se então, que não incluir mulheres transexuais e travestis “com a justificativa de que elas não são mulheres reforça a biologização da mulher, ou a criação de um destino biológico” (RIBEIRO, 2018, p.47), além de reforçar o mito da mulher como “grupo natural”, o qual encontra bases de opressão tanto biológica quanto histórica. Se o gênero é resultado de uma construção social, o movimento feminista precisa entender que existem diferentes mulheres e mulheridades sujeitas do feminismo, e que existem diferentes especificidades enfrentadas por cada uma dentro de suas interseccções no ser mulher.

É preciso, inclusive, olhar para as interseccionalidades com o objetivo de romper com a estrutura de uma opressão sob a outra. Raça, classe e gênero não podem ser pensados de forma isolada, porque são indissociáveis (RIBEIRO, 2018). Além disso, Ribeiro (2018) indica que olhar para as mulheres a partir de seus diferentes lugares como mulheres do feminismo também é perceber que apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam.

Pensar sexo e gênero a partir de uma nova perspectiva de construção social, para além do determinismo biológico, nos leva a invocar a célebre frase de Simone de Beauvoir (1970): “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse sentido, discutir normas sociais e técnicas de controle para romper com a visão única de normas estabelecidas a partir da sexualidade não é imposição, mas uma busca pela coexistência da pluralidade de vivências feministas. “Significa entender que, apesar de diferentes, conectamo-nos com estruturas de opressão semelhantes, como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjugando especialmente as experiências femininas” (NASCIMENTO, 2021, p.22).

E isso vale, inclusive, para a discussão que veremos a seguir sobre a importância da inclusão das mulheres trans em um contexto de reconhecimento das suas mulheridades e feminilidades plurais, não só no feminismo, mas na construção da ideia de um transfeminismo. Não há, como defende Wittig (2019), essa pretensa natureza feminina única, estabelecida ao nascer e nos dada como um presente, e por isso nos cabe repensar a maneira como essa ideia se constitui e se constrói.

Para Butler, não há corpo que não seja interpretado por meio de significados culturais, portanto não se pode garantir que o ser mulher está diretamente ligado à figura da fêmea. “Consequentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2021, 29). Na mesma linha, a autora também defende que “*mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2021, p.69).

Assim, como defende Nascimento (2021), “firmar mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneros dentro do feminismo não é dispersão, tampouco divisão, mas reconhecer que o conceito de gênero propõe a diversidade de performances e experiências femininas [...] (NASCIMENTO, 2021, p.41). É olhando para as diferentes relações discursivas que envolvem o termo gênero que passamos a seguir para a discussão sobre a identidade de gênero e o transfeminismo como uma corrente que busca justamente ampliar a ideia de que não existe uma só ‘mulher’, no singular, como sujeita dos feminismos.

1.3 Identidade de gênero, feminismo e o surgimento do movimento transfeminista

Ao falar sobre as diferentes intersecções de vulnerabilidade as quais mulheres negras são expostas, Sueli Carneiro (2011), fundadora e coordenadora-executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra de São Paulo, defende que sempre devemos nos questionar sobre quais mulheres estamos falando, quando falamos da mulher sujeita do feminismo no singular, pois a busca por uma universalidade é excludente.

O feminismo negro tem um papel importante ao trazer à luz incisivamente a discussão “sobre as opressões que se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão” (RIBEIRO, 2018, p.122), principalmente com a finalidade de considerar outras possibilidades de existência para se debater não apenas sobre as mulheridades sujeitas do feminismo e suas especificidades, mas também sobre o novo modelo de sociedade que queremos, muito além da sociedade patriarcal vigente ainda nos dias de hoje.

Para Bell Hooks (2018), o feminismo é para todo mundo, mas historicamente algumas mulheres sofrem o peso da exclusão, inclusive dentro do próprio movimento feminista, como vimos anteriormente nas reflexões sobre intersecções, desconstrução de gênero e feminismos.

Para as pessoas transexuais, as opressões partem de um ciclo de exclusão e de violência constante, que tem início, muitas vezes, ainda antes do processo de readequação de sexo e gênero, chamado de processo transexualizador¹⁵, abrangendo o núcleo familiar, escolar, social, político, laboral e institucional. “Esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Antes de continuar, é importante reforçar a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, um erro bastante comum cometido por aqueles que

¹⁵ Segundo Jesus (2012), o processo transexualizador consiste em um processo no qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização (JESUS, 2012, p.30).

não compreendem as identidades trans. Segundo o guia “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos”, escrito por Jaqueline Gomes de Jesus (2012), orientação sexual refere-se à “atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p.26).

Já a identidade de gênero, tem relação com “qual gênero uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa” (JESUS, 2012, p.24). Assim, é importante ter em mente que a “identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (JESUS, 2012, p.24). Às pessoas transexuais, muitas vezes lhe é negado o direito de ser quem são, o que está diretamente ligado ao aspecto da identidade de gênero.

Como vimos anteriormente, pessoas transexuais passaram e ainda passam por violências estruturais e psicológicas que se iniciam antes do início da transição, e que as acompanha em diversos setores, incluindo a retificação do nome e gênero na certidão de nascimento e outros documentos. Um direito básico que deveria ser respeitado pensando principalmente na integridade física e mental dessas pessoas, o que não ocorre, dentre outros motivos, por apego à um estereótipo totalmente falacioso que impõe o que seria o ‘normal’ para ambos os gêneros, principalmente de que apenas mulheres teriam vagina, e homens teriam pênis (JESUS, 2013, p.1).

Ao longo da história, o discurso sobre a sexualidade humana foi inserido em um regime de poder-saber-prazer, e um ponto importante na discursividade não é apenas o que se diz sobre ele, mas também o fato de se falar sobre e quem fala (lugares e pontos de vista, instituições), ou seja, a “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 2021, p.16).

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e o que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 2021, p.31)

No século XIX nossa civilização desenvolveu o que Foucault (2021) chama de *scientia sexualis*, ou seja, procedimentos estabelecidos a partir de uma norma de

saber-poder com a finalidade de compreender e validar o que seria a “verdade sobre o sexo”, baseados principalmente em duas modalidades: “os procedimentos da confissão e a discursividade científica” (2021, p.73). Esses mecanismos passariam a estabelecer quais seriam as sexualidades passíveis de existência, e o que seria inserido no contexto de subversão e de sexualidades periféricas.

Isso aconteceu principalmente a partir de cinco procedimentos, como explica o autor. O primeiro combinava a confissão com “meios para inscrever o procedimento da confissão num campo de observações cientificamente aceitáveis” (FOUCAULT, 2021, p.73). O segundo utilizava principalmente da crença de que o sexo seria “supostamente, capaz de provocar as consequências mais variadas, ao longo de toda a existência. [...] Os perigos ilimitados que o sexo traz consigo justificam o caráter exaustivo da inquisição a que é submetido” (FOUCAULT, 2021, p.74).

O terceiro e o quarto, consecutivamente, estão relacionados à prática da coerção da confissão do sexo como uma prática científica que poderia tirar do indivíduo até mesmo o que ele gostaria de esconder. A partir daí esta confissão seria interpretada por procedimentos científicos capazes de transformar quem ouve não apenas em alguém que perdoa ou consola, mas, como explica Foucault (2021, p.75), em alguém que detém a verdade. Por fim, o quinto procedimento atuaria frente à medicalização dos efeitos da confissão, onde “a obtenção da confissão e seus efeitos são recodificados na forma de operações terapêuticas” (FOUCAULT, 2021, p.75). Aqui o sexo passa a aparecer no campo da patologia, e este tópico veremos mais a fundo no próximo capítulo, principalmente em relação às transexualidades, que sofrem com este estigma até os dias de hoje.

É a partir desse ponto debatido por Foucault (2021) que Butler (2021) foca sua análise sobre identidade de gênero em uma crítica ao discurso dominado principalmente pelos mecanismos de poder que governam e normatizam os contextos sociais. Para a autora, a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas.

Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘desconstruído’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2021, p.43)

Desse ponto de vista, é possível perceber que a sexualidade, e aqui também se inclui a identidade de gênero, ganhou um sentido periférico principalmente nos anos 1970 e 1980, atribuído a patologias e ‘anormalidade’. Isso porque travestis e transexuais assumiram suas identidades para além do ‘estar’ travesti, passando “a ser considerado por essa mesma norma heteronormativa como um transgressor, que oferece risco ao ordenamento da cidade, principalmente pela prática do *trottoir*, ou seja, da ‘prostituição de rua” (VERAS, 2019, p.96). Entretanto, ao mesmo tempo em que as identidades trans passaram a gerar incômodos principalmente por “não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural [...], sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade” (BUTLER, 2021, p.44).

Como explica Veras (2019), a projeção histórica das mulheres transexuais e travestis como perigosas surge dentro de um contexto estratégico com o objetivo de “intervir, vigiar, controlar e punir a crescente visibilidade de homossexuais e de travestis nos espaços públicos da cidade” (VERAS, 2019, p.172). Mas ao mesmo tempo em que estes dispositivos de controle reforçavam estigmas, as travestis se apoderaram dos espaços, principalmente midiáticos para criar seus contra-discursos (sic.) (VERAS, 2019, p.179).

Este é um ponto importante, pois ao mesmo tempo em que

as redes heterogêneas de saber-poder materializadas em instituições, discursos e práticas médicas, religiosas, midiáticas que constituíram o dispositivo do estigma produziram um sujeito travesti perigoso, criminalizado (prostituição) e patologizado (Aids), elas também foram atravessadas pelas resistências travestis (VERAS, 2019, p.179).

Para Preciado (2018), “gênero é algo que fazemos, não algo que somos – algo que fazemos juntos” (PRECIADO, 2018, p.4), e é a partir do contexto de contra-discursos transexuais e travestis, e da construção de um movimento transgênero no campo teórico e prático, que o “transfeminismo surge como uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, que se divide em variadas correntes exatamente pela compreensão [...] de que é impossível permanecer insistindo em mulher, no singular [...]” (NASCIMENTO, 2021, p.68).

O transfeminismo é um chamado para um diálogo entre mulheres, para ampliar as possibilidades de discussões teóricas e epistemológicas sobre as identidades trans e feitos por mulheres trans.

Podemos pensar, portanto, o transfeminismo como movimento feminista capaz de compreender a diferença trans no sexual, no sexo, na sexualidade, ou simplesmente no gênero para além da patologia através da crítica ao cissexismo, cisnormatividade ou cisgeneridade compulsória. Assinalamos a importância do movimento transfeminista para a emergência desses novos conceitos (BAGAGLI, 2016, p.89).

Jesus e Alves (2010) também trazem uma definição de Koyama (2011), que é relativamente simples se pensarmos no campo teórico, mas que enfrenta barreiras na aplicação considerando os mecanismos apresentados por Foucault (2021) de controle dos indivíduos a partir de uma estrutura de poder institucionalizada socialmente e que perpassa diversos campos de existência dos seres humanos.

Cada indivíduo tem o direito de definir suas próprias identidades e esperar que a sociedade as respeite. Isso também inclui o direito de expressar nosso gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, temos que ter o direito exclusivo de tomar decisões sobre nossos próprios corpos, e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa violará a integridade de nossos corpos contra nossa vontade ou impedir nossas decisões acerca do que fazemos com eles (KOYAMA, 2001, p. 2 Apud. JESUS; ALVES, 2010, p. 14).

Preciado (2018) chama o transfeminismo de revolução e faz o convite de que “uma revolução está acontecendo. Não apenas dentro de mim, mas em todo o mundo. [...] A revolução está acontecendo agora, na sua frente. Você está no meio dela e, consciente ou não, você faz parte dela” (2018, p.6). O autor ainda completa dizendo que o “transfeminismo não é pós-feminismo. Transfeminismo é o feminismo do século XXI *reloaded*” (2018, p.6), isso porque atualmente se faz necessário pensar novas noções de sujeito, incluindo as mulheres que estão fora do discurso universal. “O projeto transfeminista: resgatar o ‘feminismo’ de suas próprias amarras para que ele deixe de ser apenas uma tarefa de mulheres brancas heterossexuais colonizadoras boazinhas e humanistas” (PRECIADO, 2018, p.10).

Este é um ponto central da discussão, em que entende-se que o movimento transfeminista não abraça apenas às identidades trans, mas toda e qualquer outra identidade e identificação entre sujeitos e sujeitas que não se conformem com os

ideais racistas e sexistas da sociedade, empoderando aqueles corpos que deveriam desfrutar da liberdade de serem quem são (JESUS; ALVES, 2010, p.15).

No campo das mulheridades, Nascimento (2021) defende que mesmo que a opressão seja experienciada por mulheres cis, transgênero e travestis, a opressão não é sentida da mesma forma, e não está relacionada apenas com a dominação masculina. Se o poder está em tudo e perpassa todos os lugares, como coloca Nascimento Apud. Foucault (2021), “perceber o pessoal como político requer deslocar-se de ideias universalistas e essencialistas, compreender *in loco* como operam as diversas opressões das sujeitas que reivindicam seu lugar dentro do feminismo, em suas mulheridades e/ou feminilidades” (NASCIMENTO, 2021, p.77).

Alguns princípios do transfeminismo são:

(1) Redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história das lutas das travessias e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênera de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgêneras ou cisgêneras, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgêneras (JESUS, 2013, p.5 Apud. NASCIMENTO, 2021, P.80)

Na citação acima é possível perceber que os movimentos de mulheres transexuais e travestis buscam um referencial teórico e prático a partir da construção de uma episteme que permita o confronto às diversas opressões impostas pela dominação masculina, não só pensando nas identidades trans, mas propondo um diálogo para superar os diversos tipos de opressão que limitam as mulheres e os homens. Como vimos anteriormente, a proposta de Hooks (2018) é que só conseguiremos alcançar uma sociedade verdadeiramente feminista (e mais do que isso, uma sociedade verdadeiramente transfeminista), quando conseguirmos alcançar mudanças estruturais e substituir paradigmas que nos permitam quebrar as amarras de uma sociedade patriarcal.

As mulheres trans, especificamente, ainda sofrem para muito além da dominação masculina, com as repressões no campo das disputas de poder. Entendido e explicado por Foucault (2021) “como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem [...]; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral [...] toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 2021, p. 100-101). Assim, entende-se que “o poder

está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2021, p.101).

No campo da despatologização, esta disputa de poder acontece de maneira em que as pessoas trans não possam defender e construir suas próprias narrativas. Em 1966, quando Harry Benjamim “cunhou o termo ‘transexual’ e criou os procedimentos clínicos para identificação e atendimento a pessoas transexuais” (JESUS, 2013, p. 3), partiu-se do pressuposto de que isso se referia à uma patologia, um tipo de transtorno que levava a pessoa a não identificar o gênero em relação ao seu sexo biológico. Ideia que prevalece em alguns setores da sociedade até os dias de hoje, mesmo que o CID 11 da Organização Mundial da Saúde¹⁶ já tenha retirado a transexualidade como um transtorno da identidade sexual.

Compreender a necessidade de despatologização das identidades trans é essencial para avançar na discussão sobre a teoria transfeminista, pois é a partir dela que deslocamos uma visão hegemônica cisheteronormativa, defendendo a “autonomia dos sujeitos trans acerca de suas próprias narrativas identitárias e de suas possibilidades de gestão de seus corpos – podendo incluir modificações corporais como uso de reposição hormonal e cirurgias” (BAGAGLI, 2016, p.90).

Em um contexto em que cada vez mais mulheres trans são expostas a violências em diversos contextos, seja em intersecção com idade, classe e contexto social, raça e gênero, o transfeminismo se faz ainda mais importante como uma referência de luta contra um sistema patriarcal e da universalização dos sujeitos. A partir do transfeminismo se abrem portas para discussões sobre como lutar contra diferentes opressões, entendendo que só seremos mulheres realmente livres, quando todas nós formos livres.

Atualmente, uma das grandes bandeiras do movimento trans como coletivo ainda está relacionada à visibilidade. Inclusive o dia 29 de janeiro é reconhecido como o **Dia Nacional da Visibilidade Trans** no Brasil (o Dia Internacional da Visibilidade Trans é celebrado no dia 31 de março). Isso acontece principalmente por que “apesar de haver pessoas transexuais nos diferentes espaços sociais, políticos, técnicos ou acadêmicos, a sua visibilidade na sociedade, nos meios de comunicação em

¹⁶ OMS. Organização Mundial da Saúde. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)**, 2022. Disponível em: [International Classification of Diseases \(ICD\) \(who.int\)](https://www.who.int/classifications/icd) Acesso em 23 jul. 2022

particular, é concentrada no aspecto marginal ou criminal [...]” (JESUS; ALVES, 2010, p.12).

A data do dia 29 de janeiro foi estabelecida em 2004, após ativistas transexuais e travestis se manifestarem no Congresso Nacional Brasileiro em favor da campanha “Travesti e Respeito”, promovida pelo extinto Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, hoje conhecido como Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI).

A ação buscava promover um cuidado contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), que afetam de maneira desproporcional pessoas trans, principalmente aquelas que trabalham com a prostituição. O ato foi considerado um importante marco na luta pelos direitos das pessoas trans, e é reconhecido e celebrado até hoje. Mas para além do dia 29 de janeiro, as visibilidades trans precisam transcender às efemérides e ganhar espaços cada vez maiores nos campos de disputa de poder para que possam protagonizar as narrativas de suas existências e identidades, abrindo espaço para a construção de novos discursos que sejam capazes de gerar também transformações sociais maiores e práticas.

O transfeminismo e a visão epistemológica de autores trans nos dá a possibilidade de reflexão sobre o dito e não dito na construção de discursos envolvendo pessoas trans. Olhar para as reflexões teóricas de gênero e sexualidade, além das diversas camadas sociais e políticas que as perpassam é fundamental para esta pesquisa, pois serve como referência para posterior análise das formações discursivas das matérias publicadas no **Portal de Notícias G1** sobre pessoas trans e suas identidades. E para investigar o conjunto de enunciados que se relacionam com a sexualidade, violência e a vulnerabilidades de pessoas trans nas matérias publicadas por jornalistas, é preciso entender o contexto social ao qual determinados conceitos e valores estão inseridos. Discutiremos no capítulo a seguir as principais teorias do jornalismo que nos levam a compreender os processos do fazer jornalístico, principalmente para a construção de uma imagem marginalizada ou não das pessoas transexuais e travestis.

2. TEORIAS DO JORNALISMO

2.1 Critérios de noticiabilidade e valores-notícia

“Quando um cachorro morde um homem, isso não é novidade, porque acontece com muita frequência. Mas se um homem morde um cachorro, isso é notícia”. Esta famosa frase, que não se sabe exatamente a autoria, mas pode ser encontrada creditada a Alfred Harmsworth, magnata britânico, ou aos jornalistas americanos, John B. Bogart e Charles Anderson Dana, entrou para a história como um marco na definição do que é ou não notícia, e até hoje reverbera nas discussões sobre os complexos processos do fazer jornalístico.

Mas responder o que é o jornalismo é uma discussão ainda tão ou mais complexa do que a discussão sobre seus processos. Segundo Souza (2008), “na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de fatos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem” (SOUZA, 2008, p.5). Ou seja, ele serve a uma necessidade do ser humano de se comunicar e transmitir suas informações ou histórias. Já para Traquina (2020a), o jornalismo “é a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia” (TRAQUINA, 2020a, p.19). Mas para atender a esta necessidade, caberia ao profissional jornalista observar os fatos relativos à vida e filtrar o que seria de interesse ou não para ser noticiado.

Ao serem demandados sobre o que é o jornalismo, acredita-se, segundo Traquina (2020a), que “os jornalistas responderiam prontamente, como define a ideologia profissional desta comunidade, que o jornalismo é a realidade”, (TRAQUINA, 2020a, p.19). Isso porque, para muitos profissionais, para que um texto seja jornalístico e ao mesmo tempo tenha credibilidade com o público, ele precisa que tanto os fatos quanto às fontes existam, que não sejam inventadas pelos repórteres ou editores, por exemplo. No entanto, a realidade é complexa, por isso não é tão simples resumir a profissão a esta definição. Todos os dias, em todos os lugares, milhares de coisas acontecem, e o jornalista precisaria estabelecer meios de definir que tipo de notícias reais caberiam em um jornal e quais delas seriam de maior interesse para o leitor.

Ainda em sua tentativa de definir o que é jornalismo, Traquina (2020a) defende que o jornalismo não pode ser “reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores numa fábrica de notícias” (TRAQUINA, 2020a, p.22). Para o autor, há

muito mais no processo do fazer jornalístico, e mesmo que ser jornalista exija técnica, talvez seja “umas das profissões mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais” (TRAQUINA, 2020a, p.22), e é isso que pretendemos discutir neste e nos próximos tópicos deste capítulo. O que e como a imprensa escolhe noticiar um fato ou noticiar sobre um grupo, a exemplo da comunidade transexual e travesti, tem um impacto importante sobre estas pessoas e na maneira como os estigmas se estruturam na sociedade.

Mas antes de discutir o papel social do jornalista, é preciso entender o que é notícia e como se inserem nas rotinas de produção este conjunto de atributos técnicos que permitem definir quais fatos serão notícia, conhecidos na literatura por critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Cabe destacar que aqui existe uma tentativa de entender o que é notícia, já que por mais que haja um esforço para sua definição, não existe um consenso sobre qual é exatamente o conceito de notícia. Segundo Lage (1982), podem-se encontrar dezenas de definições clássicas, mas “nenhuma delas é capaz de determinar de maneira única seu objetivo” (LAGE, 1982, p.35).

Traquina (2020) e Lage (1982) discutem em suas obras algumas possibilidades de definição do que é notícia a partir de autores como Stuart Hall, Gaye Tuchman, Neil McNeil e Luiz Amaral. Para estes autores, a definição de notícia se encontra ancorada em uma espécie de intuição, e outra semelhança se dá no estabelecimento da relevância entre os critérios de ‘importância’ e de ‘interesse’.

Segundo Gomis (2002) Apud. Silva (2005), “o importante seria a informação que todos precisam saber e o interessante, uma informação que o público gostaria de saber, uma informação agradável de se conhecer” (GOMIS, 2002, p.103 Apud SILVA, 2005, p.103). É a partir principalmente da organização dos fatos pelo critério de importância que Lage (1982) defende que surgem os conceitos abstratos de ‘verdade’ ou ‘interesse humano’. Assim, o autor tenta propor um esforço de entendimento sobre o que é notícia a partir de dois componentes básicos, a saber: “a) Uma organização relativamente estável, ou *componente lógico*, e b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente variáveis, que se organizam na notícia – o *componente ideológico*” (LAGE, 1982, p.37).

Conforme falamos anteriormente, mesmo que o fazer jornalístico não se limite a técnica, “os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber especializado, precisamente o saber de produzir notícias” (TRAQUINA, 2020b, p.34), mas “ser

jornalista é saber não só elaborar a notícia: é ter uma perspicácia profissional, possuir uma ‘perspicácia noticiosa’” (TRAQUINA, 2020b, p.34). E este ‘olhar’, o qual defende Traquina (2020b) que seria característico dos profissionais do jornalismo, não surge de repente. Ele está diretamente ligado ao saber sobre procedimentos e ferramentas capazes de definir o porquê de alguns acontecimentos virarem notícias e outros não. Este saber sobre como observar fatos sob a perspectiva noticiosa está ancorado nos critérios de noticiabilidade.

Cabe reforçar que os critérios de noticiabilidade são importantes em uma redação, mas não há um consenso relativo à hierarquização entre qual é mais ou menos relevante para a escolha editorial. Isso acontece principalmente porque as notícias sofrem diretamente a interferência de fatores externos aos processos de comunicação. O que é notícia hoje pode não ser amanhã, o que interessa para um nem sempre interessa para outro, e nem sempre um evento terá o mesmo interesse a nível regional, nacional ou internacional, por exemplo. Além disso, diversos autores propuseram diferentes formas de sistematização destes critérios

Para Traquina (2020b),

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“newsworthiness”) (TRAQUINA, 2020b, p.48).

Galtung e Ruge (1965/1993) foram os primeiros autores a proporem uma tentativa de identificação dos valores-notícia utilizadas pelos jornalistas em seu trabalho. Sistematizados por Traquina (2020b), os autores respondem ao questionamento sobre como os acontecimentos viram notícia a partir de valores-notícia a exemplo da frequência, amplitude do evento, clareza, continuidade, referência a nações de elite, ou a negatividade, ou seja, segundo a máxima “bad news is good news¹⁷” (TRAQUINA, 2020b, p.53).

No entanto, um ponto importante em relação aos critérios estabelecidos inicialmente é que eles não fazem uma distinção clara entre quais valores-notícia influenciam os processos de seleção, e quais deles influenciam os processos de construção da notícia. Segundo Ericson, Baranek e Chan (1987, p.139-140 Apud.

¹⁷ Em português: “Más notícias são boas notícias” (tradução livre da autora).

Traquina, 2020b, p.56) os valores-notícia, ou os critérios de noticiabilidade, são “múltiplos, entrecruzados, e não são fáceis de classificar pelo analista de pesquisa”. Ou seja, não há uma organização rígida, fixa e obrigatória a ser seguida entre os jornalistas no que diz respeito ao seu uso, mas estes servem como um apoio para o reconhecimento da importância dos acontecimentos.

Traquina (2020b) explica a proposta de Mauro Wolf de organização dos critérios de noticiabilidade da seguinte forma:

Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia; e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2020b, p.60).

Entre os critérios substantivos de seleção das notícias, o mais importante mencionado por Traquina (2020b) é a morte. “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente [...]” (TRAQUINA, 2020b, p.61). Entre outros critérios, segundo Traquina (2020b), estão a notoriedade, a exemplo de indivíduos com relevância política ou artistas famosos; a proximidade, que pode ser geográfica ou cultural; a relevância de acontecimentos que terão impacto na vida das pessoas; a novidade, que se explica por si só; o tempo, ligado a atualidade ou mesmo a efemérides¹⁸; a notabilidade, ligada ao quanto um fato é tangível (mas que também pode ser registrada de outras maneiras, as quais falaremos adiante); o inesperado, o que irrompe e surpreende; o conflito ou a controvérsia, ligada a violência física ou simbólica; e por fim, a infração, ligada às violações e transgressões de regras ou leis.

Mesmo que não seja algo pré-estabelecido nos manuais de comunicação, quando relacionamos estes critérios de seleção com a visibilidade de pessoas travestis na imprensa, não é raro vermos a narrativa da pessoa ‘perigosa’ ou marginalizada, em contextos ligados à prostituição ou à violência, geralmente com destaque para os requintes de crueldade às quais a pessoa foi duramente submetida antes de ser assassinada. Assim, pode-se constatar que muitas vezes as pessoas

¹⁸ Celebração de um acontecimento ou fato importante assinalado em determinada data.

trans viram notícia pelos critérios de morte, pela notabilidade, pelo conflito ou pela infração.

Aqui cabe destacar que esta narrativa não é nova. A identidade trans, ao longo da história, ganhou destaque na década de 1980, principalmente pelo surgimento da figura travesti que passa a ganhar novas narrativas fora dos cadernos relacionados a festas e ao Carnaval. Segundo Veras (2019), “os meios de comunicação não apenas registraram; também atuaram na constituição desse novo sujeito, que, embora continue sendo classificado como homossexual, começava a se diferenciar deste” (VERAS, 2019, p.71). Este novo sujeito

será definido como sujeito fascinante-desejável – Roberta Close e Rogéria são exemplares. Mas, também, como sujeito anormal, o que demonstra a associação entre ‘travestismo’ e “homossexualismo”, considerados patologias; ‘travestismo’ e criminalidade, que atualizou a criminalização do disfarce; ‘travestismo’ e monstrosidade, ambiguidade de gênero e ‘excesso’ de sexualidade (VERAS, 2019, p.96).

A partir desta convergência entre a ideia da travesti como uma figura ‘diferente’ dentro de uma sociedade regida principalmente pelos princípios binários e heterocisnormativos, e de uma figura ‘perigosa’ e marginalizada vinculada à prostituição e violência, é que a imprensa não só contribuiu para descrever ao longo dos séculos as experiências travestis e transexuais, mas também contribuiu significativamente para a sua visibilidade estigmatizada.

“O dispositivo do estigma travesti e o modo como este projetou sujeito e cidade perigosos e ameaçadores tiveram como função estratégica intervir, vigiar, controlar e punir [...]” (VERAS, 2019, p.172). Como vimos anteriormente em Foucault (2008), as relações saber-poder dos dispositivos, tanto disciplinares como de segurança, passaram a usar a norma para distinguir o ‘normal’ e o ‘anormal’, e neste sentido, as narrativas vigentes até hoje nas notícias continuam a perpetuar a representação desta vontade de controle que estigmatiza as pessoas trans como ‘anormais’.

Como explica Traquina (2020b), um dos registros da ‘notabilidade’ é a inversão do ‘normal’, ou seja, “é captado no clichê muitas vezes utilizado na definição do que é notícia: ‘o homem que morde o cão, e não o cão que morde o homem’” (TRAQUINA, 2020b, p.64), mas não é necessário ir muito longe para identificar que o próprio controle da sexualidade transita entre o que é considerado como uma inversão do ‘normal’. O homem ‘travestido’ de mulher na passagem dos anos 1970 para os

anos 1980 foi alvo de narrativas estigmatizantes e patologizadas, principalmente por fugir às regras estabelecidas pelos dispositivos de controle.

Com o avanço dos debates sobre as identidades transexuais e travestis, e o fortalecimento do movimento trans, a narrativa deixou de ser a discussão sobre a notoriedade do sujeito ‘anormal’ ainda desconhecido, mas as páginas dos jornais continuaram a estigmatizar as identidades trans a partir da morte, do conflito e da infração.

Segundo Traquina (2020b),

Outro valor-notícia fundamental é o conflito ou a controvérsia, isto é, a violência física ou simbólica [...]. A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal. A violência também pode representar a ruptura. Representa assim uma ruptura fundamental na ordem social. O uso de violência marca a distinção entre os que são fundamentalmente da sociedade e os que estão fora dela. O valor-notícia da violência está ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração. Por infração, refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia (TRAQUINA, 2020b, p.65).

Um caso conhecido na imprensa brasileira que exemplifica a visibilidade travesti pelos critérios de morte e conflito, e que ganhou bastante notoriedade dado o nível de crueldade do fato, foi o assassinato de Quelly da Silva, de 35 anos, em Campinas (SP). Na notícia publicada pelo **Portal G1**, intitulada “Homem é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'¹⁹”, destaca de forma explícita o crime.

Na ocasião, o assassino arrancou o coração da vítima, inseriu uma santa no lugar do coração e guardou o órgão arrancado em casa. Além da violência física brutal a qual Quelly foi submetida, ela também foi violentada na notícia ao não ter seu nome social respeitado. Logo no primeiro parágrafo o nome masculino de registro de Quelly²⁰ é citado, e em nenhum momento o jornalista faz referência ao nome feminino.

Este tipo de matéria é comum na imprensa brasileira, e principalmente no caso de travestis, nota-se que o atributo da ‘infração’ e do ‘conflito’ são comumente utilizados como ponto de partida. Em alguns casos, inclusive, muitas violências são

¹⁹ G1. **Homem é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-presos-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>> Acesso em 18 jul. 2022

²⁰ Em respeito ao nome social da vítima, o nome de registro não será citado nesta dissertação.

justificadas a partir de atributos relacionados à prostituição ou outros delitos e nem ao menos chegam a receber visibilidade nacional.

A quebra desta narrativa da travesti violenta acontece pelo valor-notícia ‘tempo’, explicado pela efeméride, já que em janeiro celebra-se o **Dia Nacional da Visibilidade Trans** e suas histórias de resistência. O dia em que, segundo Benevides (2021), as travestis “denunciam a situação de violência, falta de direitos básicos e o não compromisso do Estado para com nossas (sic.) vidas. O Estado denunciado como um dos maiores perpetradores dessa violência [...]” (BENEVIDES, 2021, p.113).

Um ponto importante que pode estar relacionado aos motivos pelos quais as travestis são representadas desta maneira, é que muitas vezes os jornalistas acabam criando o que Traquina (2020) chama de “hábitos mentais”, ou seja, maneiras de enxergar o mundo já condicionadas aos critérios de noticiabilidade e ao que pode ou não ser notícia. Dentro de redações cada vez mais sucateadas²¹, e com a urgência cada vez mais acelerada pelo digital, o jornalista se limita ao argumento de que apenas está relatando o fato como tal, sem ao menos perceber que a sociedade nem sempre é ‘preto no branco’, mas sim repleta de nuances.

No próximo tópico exploraremos com mais profundidade os aspectos polêmicos relacionados ao mito da ‘objetividade’ e do uso de critérios de noticiabilidade no fazer jornalístico como um trabalho exclusivamente técnico. Além disso, discutiremos como o fazer jornalístico subjetivo pode apoiar novas narrativas jornalísticas, muito além das narrativas tradicionais que ajudam a consolidar estigmas às populações marginalizadas, especialmente às identidades trans.

2.2 Subjetividade no jornalismo

“[...] O processo jornalístico não é apenas técnico, mas também político”. É assim que Christofolletti (2004, p.88) defende a ideia de que o jornalismo não serve apenas ao processo de construção da notícia e suas técnicas de redação, ou à linha editorial de um jornal, mas que também serve a um importante propósito de disputa no campo de formação das ideias, influenciando a opinião pública, os valores sociais

²¹ Rogério Christofolletti, em entrevista para o Observatório da Imprensa (2019), explica que o jornalismo enfrenta uma crise sem precedentes, que perpassa para além do aspecto do sucateamento financeiro, também o aspecto político, ético, de credibilidade e de governança. IMPRENSA, Observatório da. **A crise do jornalismo é multidimensional, dinâmica e complexa**, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/entrevista/a-crise-do-jornalismo-e-multidimensional-dinamica-e-complexa/> Acessado em: 18 jan 2023.

e o que se entende como uma construção da realidade. Esse é um importante ponto de partida para a discussão a respeito de como as instituições jornalísticas se estabelecem dentro das dinâmicas sociais que, muitas vezes, favorecem estigmas e discriminações.

Na seara de temas aos quais os jornalistas e demais profissionais da comunicação contribuem para a formação da opinião pública, também estão aqueles que envolvem o respeito à diversidade de gênero. Desde a escolha da pauta, até a construção da notícia e a recepção por parte dos leitores, é importante refletir sobre o papel crítico dos profissionais da comunicação como formadores de opinião.

Como reforçam Moraes e Gouveia (2018), as funções designadas ao jornalista não se limitam a meramente relatar um fato e informar de maneira objetiva. Principalmente em teorias construcionistas, a exemplo do *gatekeeper* e *agenda-setting*, o papel do jornalista como um ordenador da realidade denota o sentido de que não se pode achar que, ao selecionar a relevância dos fatos e dos atores envolvidos nos fatos, o jornalista não apresenta uma leitura subjetiva de sociedade e de suas dinâmicas.

Também cabe ao jornalista humanizar histórias, representar sentimentos e emoções, e apresentar leituras que deem conta de compreender fatos e fenômenos complexos da dinâmica social (MORAES; GOUVEIA, 2018, p.103). Mas para compreender a dinâmica profissional vigente nas redações, atualmente, as críticas ao modelo e seu impacto na formação de discursos a respeito das populações trans, é preciso fazer um breve apanhado histórico sobre como as técnicas de elaboração de notícias mudaram para corresponder às necessidades criadas pelas mudanças sociais.

Em 1950, David Manning White propõe a metáfora do *gatekeeper*, explicada por Jorge Pedro Souza (2006) como os momentos de decisões que correspondem aos portões (*gates*), e o jornalista que corresponde ao porteiro (*gatekeeper*). Ou seja, o jornalista exerce o poder de tomador de decisão daquilo que será ou não notícia. Já a teoria da *agenda-setting*, desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw, busca tratar de que forma o trabalho do jornalismo determina os temas que entrarão nas agendas dos leitores. Considera-se que a mídia pode influenciar a opinião pública a partir do que hierarquiza como mais ou menos relevante. Sendo assim, percebe-se que mesmo analisando o jornalismo a partir de

diferentes teorias, é possível afirmar que os jornalistas interferem na dinâmica social, inclusive determinando o tipo de informação que chegará ao leitor.

Parte essencial do processo de produção de uma notícia, a decisão sobre o que vai ser ou não publicado, e qual o enfoque que será dado, parte não apenas do conjunto de critérios de noticiabilidade explicados anteriormente, mas também da experiência pessoal do próprio jornalista. Como explica Lage (1982), em seu livro *Ideologia e Técnica da Notícia*, os textos opinativos e interpretativos tiveram grande espaço nos jornais em seus primeiros séculos de existência, e quase sempre estavam relacionados a um determinado pensamento político ou moral. No entanto, com o passar dos anos e com novas estruturas de consolidação de poder, surge uma necessidade de transformar os processos de produção de informação (LAGE, 1982, p.24).

Entre os novos modelos de produção destaca-se o sensacionalismo, viés editorial usado para manter um alto índice de interesse popular, “refletido na divulgação de crimes e grandes passionais, uma realidade violenta muito próxima de imprecisos sentimentos do leitor; oferece-lhe, em lugar de consciência, uma representação de consciência” (LAGE, 1982, p.24). O sensacionalismo também contribui diversas vezes para a consolidação de estigmas sociais, uma vez que recorre ao recurso da espetacularização e do extraordinário.

De maneira geral, os programas que utilizam do viés sensacionalista adotam “um tom intenso e exagerado [...] utilizados pelo emissor do discurso, sendo desproporcional à representação feita do real social, destacando, acrescentando ou subtraindo destes elementos constitutivos característicos” (KLEAIM; OLIVEIRA; FERREIRA, 2012, p.3). Como discutimos anteriormente, a associação entre travestis e atividades ilícitas como tráfico de drogas, prostituição, tentativa de extorsão, roubos e furtos, acontece com frequência, principalmente em veículos sensacionalistas, e é a partir destes critérios de espetacularização, embasados nos próprios critérios ‘técnicos’ de noticiabilidade, que esses velhos estigmas continuam a se consolidar.

Outro modelo, este usado como critério de identificação, que Lage (1982) entende como uma mídia “prestigiada”, fundamenta-se principalmente na imparcialidade, na objetividade e na veracidade da informação (LAGE, 1982, p.25). Essa organização consolida um jornalismo de observação, estabelecido a partir de critérios voltados à uma aferição da verdade. Principalmente no que diz respeito ao conceito de objetividade, cabe destacar que ele consiste em uma tentativa de

descrição dos fatos como são, mas que “é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade para extrair desta apenas o que se evidencia” (LAGE, 1982, p.25).

Traquina (2020b) defende que a objetividade no jornalismo não pode ser resumida à dicotomia em relação à subjetividade, e nem é uma negação da mesma, mas configura-se como “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2020b, p.107). Assim, ser ‘objetivo’ favorece o profissional que precisava ser ágil, legítimo e imparcial.

Neste contexto, as notícias começam a receber influências de técnicas recorrentes da publicidade para atrair um maior número de leitores com garantia de agilidade na informação. E dentro destas definições “o maior prestígio recai sobre as notícias desprovidas de emoção, o que corresponde à preocupação de abarcar intelectualmente o mundo (conhecê-lo, dominá-lo) sem envolver-se afetivamente” (LAGE, 1982, p. 33). No entanto, as ferramentas de produção da notícia sob o viés da impessoalidade, tendem a ocultar preconceitos, estigmas e pensamentos do grupo social dominante.

[...] A objetividade, ou o que se aceita como seu oposto, a parcialidade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público. Estão presentes, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas e estão no centro de toda uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de “servidor do público” que procura a verdade, no papel de “cão de guarda” que protege os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de contrapoder que atua do lado de quem doer, no papel de “herói” do sistema democrático (UNGARO, 1992 Apud. TRAQUINA, 2020b, p.124).

Uma ferramenta que favorece os princípios citados anteriormente da imparcialidade, da objetividade e da veracidade, e utilizada por jornalistas em redações para a construção da notícia, é o *lead*²². Formado a partir das perguntas “o que, quem, quando, onde, como e por quê”, em um primeiro olhar, pode parecer uma ferramenta majoritariamente técnica, que tem como objetivo apresentar ao leitor as principais informações do fato em um pequeno resumo no primeiro parágrafo da matéria. No entanto, ele “colabora fortemente com a manutenção de hierarquias

²² Segundo o Manual de Redação do Estadão, o lead é a abertura da matéria em textos noticiosos. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/leads> Acesso em 17 jul 2022.

sociais que emudecem e invisibilizam pessoas, grupos, regiões. Quando o jornalismo afirma [...] ‘quem’ deve ser noticiado, ele também afirma [...] ‘quem’ não devem sê-lo” (MORAES; GOUVEIA, 2018, p.102).

De acordo com o Manual de Redação do Estadão²³, o *lead* deve ser objetivo, completo, simples e, de preferência, redigido na ordem direta. Na instrução para matérias consideradas ‘humanas’, uma das recomendações pede que o jornalista use a criatividade sem cair no ‘pieguismo’, descrito no dicionário como um ‘sentimentalismo exagerado’. Aqui fica explícito o que Didi-Huberman (2015) Apud. Moraes (2019) explica sobre a defesa da razão em detrimento da emoção, como se a emoção estivesse fadada a ser menos confiável do que a razão. “A razão (*logos*) deveria ser o farol do mundo, o guia, enquanto a emoção (*páthos*) foi entendida como uma fraqueza, um defeito, uma incapacidade, o não confiável (o “patético”)” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.21 Apud. MORAES, 2019, p.208).

Entende-se a partir do exposto sobre ‘quem’ merece ser noticiado, e do uso da razão em detrimento da emoção, que a tentativa de buscar uma ‘verdade’ a partir de critérios objetivos cai em um paradoxo, como explica Lage (1982):

[...] ao privilegiar aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, fazendo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnósticas-mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas (LAGE, 1982, p.25).

Outra instrução do Manual de Redação do Estadão remete novamente à objetividade, sugerindo que o jornalista “faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (ESTADÃO, s/d). A partir disso e do que foi discutido anteriormente, é possível observar que mesmo que socialmente o papel do jornalista esteja ancorado à ideia de objetivo, o jornalismo não é uma mera ferramenta técnica da comunicação, que tem como objetivo observar e relatar informações e fatos, como também atua como construtor da cidadania.

²³ ESTADÃO. **Manual de Redação do Estadão**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/leads> Acesso em 1 fev 2023

Mas se “quem escreve uma notícia escolhe como apresentá-la. Se o repórter escreve um texto sobre uma pessoa, quais características o profissional trará primeiro em sua narrativa? Que palavras usará? Que outros detalhes ficarão de fora?” (RODRIGUES, 2021, p.12). Para além do *lead*, a gramática jornalística também possui particularidades na escolha da apresentação dos demais aspectos que a compõe. Como explica Van Dijk (1990), o processo de compreensão e decodificação também estão presentes nas manchetes²⁴ de um texto noticioso, e por isso os títulos em geral “devem expressar a parte mais importante ou a mais relevante da macroestrutura do artigo de jornal²⁵” (VAN DIJK, 1990, p.204).

Ainda na escolha da manchete e do título, ao optar por destacar algum tema de relevância e por dar determinado enfoque ao tema, o jornalista influencia novas opiniões ou ativa opiniões já existentes no imaginário do leitor. “Ou seja, assim que a manchete é lida e interpretada, o sistema cognitivo está amplamente preparado para: 1) as decisões de continuar ou interromper a leitura e 2) a interpretação do restante do texto” (VAN DIJK, 1990, p.205)²⁶.

Ao continuar a leitura de um texto, o leitor se depara ainda com a escolha das fontes feita pelo jornalista para narrar os fatos. Segundo Gans (1980) Apud. Lages (2011), fontes de notícias são “as pessoas que os jornalistas observam ou entrevistam e quem fornece informações ou sugestões de pauta, enquanto membros ou representantes de um ou mais grupos [...] de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (GANS, 1980; Apud. LAGES, 2011, p.9).

Quando observamos o processo de construção do texto jornalístico e olhamos para a perspectiva dos discursos a respeito das identidades transexuais na imprensa, ainda podemos dizer que o processo de fazer jornalístico “está fortemente relacionado com a normatividade vigente [...], e partimos do pressuposto de que o mesmo contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade, indiretamente

²⁴ Segundo a definição de “manchete”, do Dicionário Online de Português (DÍCIO), trata-se de um “título extenso, feito com tipos grandes, na primeira página dos jornais”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/manchete/>>

²⁵ Citação original em espanhol: “*deben expresar lo más importante o la parte más relevante de la macroestructura del artículo periodístico*”. Tradução livre para o português feita pela autora.

²⁶ Citação original em espanhol: “*Es decir, tan pronto como el titular ha sido leído e interpretado, el sistema cognitivo está ampliamente preparado para: 1) las decisiones de continuar o interrumpir la lectura, y 2) la interpretación del resto del texto*”. Tradução livre para o português feita pela autora.

trabalhando para a manutenção do *status quo*²⁷” (DARDE, 2012, p.52), que estaria alinhado à ideia de preservar o conhecido.

Em decorrência desta compreensão do papel do jornalista é que cabe lembrar que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros dispõe sobre o respeito aos direitos humanos em seu artigo 6. Inciso XIV, onde indica que é dever do/da jornalista: “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer natureza” (FENAJ, 2007).

Na mesma direção, o manual de princípios editoriais das organizações **Globo** preconiza ‘valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo’, que “as **Organizações Globo** serão sempre independentes, apartidárias, laicas”, e que “defenderão [...] a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (GLOBO, 2011).

Muito se discute, não apenas no meio acadêmico, mas também profissional, sobre o que configura o “bom jornalismo”. Moraes (2019) propõe que no que tange à prática subjetiva, uma mudança de enquadramento da realidade poderia ser decisiva para mudar os aspectos violentos e estereotipados presentes nas matérias que retratam a existência de pessoas trans. “[...] Aprende-se que o que deve ser levado ao conhecimento do público é o espetacular, o extraordinário. A questão é que esse é um olhar exotificante, que busca enquadrar o outro sempre pelo que ele apresenta como ‘diferente’” (MORAES, 2019, p.210).

Assim, o que é importante destacar, é que a subjetividade não seria um abandono da linguagem jornalística, mas sim uma alternativa à objetividade constantemente reforçada pelos veículos. Dessa forma, seria possível construir um jornalismo mais preocupado em trazer novos enquadramentos, principalmente a respeito de grupos minoritários, como indígenas, quilombolas, transexuais, entre outros, e suas diversidades e complexidades, sem que o exotificante seja o ponto de partida (MORAES; GOUVEIA, 2018).

É importante explicar que o conceito de enquadramento, ou *framing*,

²⁷ Segundo a definição de “status quo”, do Dicionário Online de Português (DICIO), trata-se do “estado ou circunstância que se mantém igual ou do modo como estava antes de alterações”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/statu-quo/>>

é como um pacote interpretativo, uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, e é construído através de procedimentos como seleção, exclusão e ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais fatos e circunstâncias são dados a conhecer (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; AZEVEDO, 2004 Apud ROTHBERG, 2014, p. 409).

Para as pessoas transexuais, e em especial às mulheres que se autodenominam travestis, a mudança da enquadramento influencia a construção destes estigmas, o que contribui para a redução das narrativas que naturalizam violências em diversos níveis, a exemplo de “pessoas assassinadas sentenciadas como culpadas por terem ‘provável ligação com drogas’; [...] travestis que surgiram apenas nas páginas policiais ou se prostituindo [...]” (MORAES, 2019, p.207).

Segundo dados do **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**, organizado por Benevides (2022), entre as notícias que trataram casos de violência contra pessoas trans, em 2021, “10% dos casos notificados não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 17% dos casos expuseram seu nome de registro - muitos deles sem sequer mencionar o nome social” (BENEVIDES, 2022, p.59). Esse é um problema que vem ocorrendo ano após ano, inclusive destacamos anteriormente esta violência no caso do assassinato de Quelly da Silva, que ocorreu em 2019.

A mídia, neste caso, contribui para o processo de marginalização das pessoas trans, e muitas vezes ainda acirra o processo de exclusão de travestis em detrimento da identidade mulher transexual, usada para identificar “um perfil socialmente aceito daquelas que não atuavam na prostituição, que eram brancas e apresentavam um alto grau de leitura social cisgênera” (BENEVIDES, 2022, p.60). Outra análise realizada por Benevides (2022), no Dossiê de Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021, publicado pela ANTRA, também mostra que as distorções relacionadas à identidade de gênero e nome social das vítimas acaba gerando problemas na identificação de casos de violência contra mulheres transexuais ou travestis.

Respeitar o nome, o pronome e a identidade de uma pessoa trans, faz parte do processo de aceitar que a pessoa trans não ‘vira’, ela simplesmente é. “Em uma sociedade cisheteronormativa, as pessoas trans não precisam, a cada explicação, serem lembradas que, um dia, foram lidas no gênero que não as representa” (VASCONCELOS; SILVA, 2022, p. 116). Assim, acabar com estigmas transfóbicos

também é papel da imprensa, assumindo que seu processo é parcial e que pode ser subjetivo, e que isso não faz dele menos preciso ou confiável, muito pelo contrário.

A partir deste contexto, defende-se que mais do que apenas ser possível, é imperativo fazer jornalismo sobre a vida e morte de pessoas trans de maneira humanizada, sob uma perspectiva realmente inclusiva e que não se esconda atrás de uma boa intenção, quando na verdade acaba reforçando ainda mais estereótipos. Como defende Moraes e Gouveia (2018), ao cruzar com histórias de grupos marginalizados, “não há possibilidade de não ser afetado pelo campo, pelo cotidiano de outrem – a não ser que se vá para rua com a arquitetura da reportagem pronta e hermética, com pressupostos que não podem ser contrariados” (MORAES; GOUVEIA, 2018, p.107).

Encarar o jornalismo como uma prática subjetiva, como citamos anteriormente, não significa renunciar a técnicas estabelecidas historicamente, “mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo que o jornalismo tem de mais poderoso: iluminar o que está sob as sombras” (MORAES, 2019, p.216). O jornalismo, para além dos procedimentos técnicos, deve ser guiado também pela percepção dos diversos contextos que atravessam grupos minoritários e marginalizados, uma vez que ele mesmo também atua como um mecanismo de estigmatização.

Assim, como conclui Moraes (2019), “acusar a presença da repórter e a partir de onde ela fala também é outra estratégia subjetiva [...], uma vez que proporciona um melhor entendimento da construção própria que o jornalismo realiza de seus personagens” (MORAES, 2019, p.216). Ainda há muito o que avançar na discussão e no debate sobre um novo caminho para as narrativas jornalísticas, mas fica clara a importância de se repensar essas narrativas, principalmente porque “há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos a sua volta em nome de uma ‘isenção’” (MORAES, 2019, p.217).

Mas se ao jornalista cabe sair do lugar de mero espectador dos fatos, de observador da realidade, de profissional objetivo capaz de relatar de forma técnica acontecimentos da sociedade, qual seria então, o seu lugar? Haveria ao jornalista um novo lugar de fala?

2.3 O jornalista e seu lugar de fala

Como debatemos nos tópicos anteriores, o jornalismo, assim como outros setores e instituições da sociedade, não é um produto meramente técnico, visto que é atravessado por processos sociais, morais e políticos que afetam as instituições, narrativas, práticas, entre outros, e que ao longo dos séculos passaram por diversas transformações.

Em sua obra “Lugar de Fala”, Djamila Ribeiro (2020) debate o conceito sob o ponto de vista das relações de poder. Mas antes de chegar ao que se entende por lugar de fala, a autora percorre um importante caminho a respeito do lugar social ocupado pelas mulheres negras e como este lugar foi utilizado como um mecanismo de contradiscursos. Aqui, o objetivo é traçar um paralelo da teoria de Ribeiro (2020) com o lugar social ocupado pelas mulheres trans, que também enfrentam diariamente situações de violência, vulnerabilidade e discriminação.

Como vimos anteriormente, o processo de exclusão de determinados grupos sociais não é novo e foi se modificando significativamente. Este processo, gerado principalmente pelos dispositivos disciplinares e de segurança, tem possibilitado a prática contínua de estigmas e desigualdades. Entre as desigualdades, inclui-se o privilégio epistêmico do conhecimento de alguns grupos sob outros, o que Grosfoguel (2016) classifica como um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O racismo/sexismo epistêmico limita aos homens ocidentais brancos a legitimidade da definição do que é verdade e/ou realidade. O perigo desta organização está no que Santos (2010) chama de ‘epistemicídio’, ou seja, a invisibilidade de conhecimentos ligada à violência contra seres humanos.

Nascimento (2021) defende que “entender que as diferenças nos oferecem formas ímpares de sentir e viver o mundo e nos fortalecem” (NASCIMENTO, 2021, p.64) permite criar um diálogo autêntico de respeito entre as diferentes formas de conhecimento a partir das diferentes narrativas e identidades. “A diversidade não precisa nos dividir, nem criar hierarquias. Na verdade, esse modo de pensar constitui uma astuta estratégia usada desde a colonização, a de dividir, classificar, hierarquizar e governar” (NASCIMENTO, 2021, p.63)

Partindo do ponto de vista das diferenças raciais, os estudos da pesquisadora negra Lelia Gonzales Apud. Ribeiro (2020), explicam que “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e

universal da ciência é branco (...)” (RIBEIRO, 2020, p.24), e podemos acrescentar, ele é cisgênero. Essa afirmação nos permite analisar que a falta de diversidade e o silenciamento epistemológico também contribuem para um problema social ainda mais grave e violento, que afeta diretamente as pessoas transgênero no Brasil. As pessoas transexuais são consideradas extremamente vulneráveis com expectativa de vida de 35 anos.

Dessa forma, é possível perceber que não se pode apenas propor descolonizar o conhecimento sem que se evidencie o silenciamento das identidades transexuais e travestis. Indaga-se que “quando [...] é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos”, ou quantos cabem nesse “Todos”? (RIBEIRO, 2020, p.40). Só ao reconhecer os grupos excluídos como legítimos em suas narrativas e experiências é que se pode “desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos” (NASCIMENTO, 2021, p.27).

Em meados de 2017, o termo “lugar de fala” se popularizou nas redes sociais, principalmente nas discussões relacionadas a militância feminista, negra e LGBT. Na época o termo gerou controvérsias quanto à sua aplicação, e na matéria *O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público*, publicada no **portal Nexo**²⁸, é possível observar de forma clara esta controvérsia. Segundo a matéria, o termo haveria surgido “como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público”. No entanto, consta que o termo poderia “restringir a troca de ideias”, sendo aplicado ao debate de forma “superficial e incompleta” e com equívocos em sua interpretação.

Enquanto conceito, o uso do lugar de fala não tem como objetivo silenciar ou polarizar os debates, mas “pensar a fala como uma ferramenta que legitima identidades e reconhece experiências distintas. Todos possuem lugar de fala, pois nos localizamos/somos marcados socialmente” (COELHO, 2020, p.14). Como explica Ribeiro (2020), não se deve confundir lugar de fala e representatividade, uma vez que “uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas

²⁸ NEXO. *O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ela-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico> Acesso em 1 fev 2023

esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa” (RIBEIRO, 2020, p.82).

Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas de fato possam ter escolhas numa sociedade que as confina a um determinado lugar; logo, é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem sequer se pensem”. (RIBEIRO, 2020, p.83)

Entender que o lugar de fala não exclui, e que tem como fundamento justamente o contrário, nos faz pensar que debater hierarquias, desigualdade, pobreza, racismo e sexismo é fundamental. Somente com os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado entendendo seu lugar dentro das hierarquias, é que poderemos avançar na discussão sobre como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares dos grupos constantemente marginalizados, como a população transexual e travesti (RIBEIRO, 2020).

Ao citar Audre Lorde em “As ferramentas do mestre não vão dismantelar a casa grande”, Ribeiro (2020, p.50) reforça que é fundamental “matar a parte do opressor em nós” (LORDE, apud Ribeiro, 2020, p 50), identificando o papel das mulheres brancas em um engajamento na luta por uma transformação profunda da sociedade. Nesse sentido, o não reconhecimento das diferenças poderia levar à legitimação de um discurso excludente. Para Spivak (1942), “os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda. Nisso, eles são um paradigma dos intelectuais”. (SPIVAK, 2014, p.84)

Mas há ainda o perigo do “intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência”. (SPIVAK, 2014, p.14)²⁹. Este movimento não seria nada mais do que apenas reproduzir estruturas de opressão, uma vez que o subalterno assumiria posição de objeto de conhecimento a ser analisado por outros intelectuais em posições mais privilegiadas. Neste sentido, destaca-se confusão mencionada por Ribeiro (2014) entre lugar de fala e representatividade. Entende-se que todos possuem lugar de fala, mas que a representatividade assume outro caráter, uma vez que “tem como fator a construção de subjetividade e identidade dos grupos e indivíduos que integram esse grupo. (...)

²⁹ Conceito explicado por Sandra Regina Goulart Almeida no prefácio de 2014 da tradução da obra “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Chakravorty Spivak (1942)

É sobretudo parte da formação do que é o indivíduo que compõe esse grupo” (POLITIZE, 2021).

E se as narrativas e discursos são mecanismos poderosos de poder, no que tange a discussão proposta relacionada ao jornalismo e seu papel como agente capaz de promover debates e construir a realidade, cabe invocar o conceito de discurso de Foucault (2014), explicado por Ribeiro (2020) não “como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social” (RIBEIRO, 2020, p.55). Isso porque para Foucault (2014), “[...] o discurso está na ordem das leis; [...] e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele advém” (FOUCAULT, 2014, p.7).

[...] Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p.8-9).

É possível observar no fazer jornalístico um tipo de controle no que tange a visibilidade e o reconhecimento de narrativas de grupos historicamente excluídos ou marginalizados, seja por meio da definição do que é ou não notícia, por meio da escolha de fontes, das manchetes ou do que merece destaque ou não por parte dos editores. Como vimos anteriormente, muitas vezes alguns procedimentos técnicos escondem atrás da objetividade crenças estigmatizantes.

Consideramos que a identidade do jornalista ou a linha editorial que um veículo adota não é casual e interfere na cobertura acerca das pessoas transgênero, na sua visibilidade ou invisibilidade, na manutenção ou não de estereótipos. Como defende Lage (1982),

[...] o jornalista não escapa às contingências de controle dispostas pela propaganda, às atitudes padronizadas de classe ou grupo; carrega ele próprio preconceitos e julgamentos. Muitas vezes não vê o que relata; baseia-se em testemunhos que expressam interesses; trabalha com rapidez sobre temas controversos, onde há pressões e contrapressões eficientes, e é levado a penetrar em informações técnicas de difícil transposição (LAGE, 1982, p.108).

Assim, a partir do que explica Lage (1982), o jornalista, quando produz conteúdo jornalístico sobre pessoas trans, e aqui analisamos a produção sob a ótica das formações discursivas, ou seja, “[...] aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2020, p.41), acaba atuando

como um agente relevante na construção e manutenção ou na desconstrução das identidades sexuais e de gênero. Neste sentido, cabe ao jornalista entender qual é o seu lugar dentro do processo comunicacional, e como esse lugar influencia a criação de narrativas e interpretações sobre a realidade³⁰.

Para Amaral (2005), os jornais seguem linhas editoriais que se transfiguram para falar com diferentes públicos por motivos que podem ser tanto mercadológicos quanto comunicacionais. Ao abordar os lugares de fala e seu conceito no segmento popular da grande imprensa, explica que em comunicação:

O conceito de Lugares de Fala é um instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas das fontes e dos leitores, mesmo que sejam editados pela mesma empresa. Assim, cada publicação torna visíveis determinados atores e representa o popular de maneira diversa. (AMARAL, 2005, p.105)

Estudar essas diferenças, seja entre as mídias hegemônicas e populares ou em produções midiáticas diversas, nos ajuda a entender o processo que aborda a relação existente entre o consumo midiático e os processos de subjetivação. Ainda segundo Amaral,

um jornal sempre se destina a um mercado e, portanto, o discurso jornalístico só existe efetivamente em direção a um alvo. E o jornal tem o poder simbólico para determinar de onde vai falar para cada público e como vai posicionar suas fontes e seus leitores em suas páginas (AMARAL, 2005, p.107)

Não é possível considerarmos que, nos dias de hoje, não seremos influenciados de alguma forma pelos sentidos contidos nos discursos midiáticos. Para “formarmos uma opinião sobre qualquer assunto, teremos necessariamente que contar com informações produzidas e veiculadas por instituições e não obtidas exclusivamente de nossa experiência individual, se é que existe experiência exclusivamente pessoal” (FIGUEIREDO; CLIVELLINI, 1995, p.177).

Assim, o jornalista possui um lugar importante como produtor de sentido dos discursos de populações vulneráveis, geralmente deixadas à margem dos processos de formação discursiva. O profissional que se propõe a tratar de forma crítica seu trabalho, principalmente em relação à visibilidade de transexuais e travestis, pode e deve entender qual seu papel e qual o lugar dentro da comunicação,

³⁰ No capítulo seguinte ainda iremos aprofundar a noção de formações discursivas.

e nesse sentido, como vimos na discussão anterior, a própria subjetividade pode ser uma ferramenta de mudança para a maneira como as questões de desigualdade, pobreza e violência são retratadas.

3. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

3.1 A Análise de Discurso (AD) como proposta metodológica no campo da comunicação

A Análise de Discurso (AD) é uma abordagem teórico-metodológica complexa que está, principalmente, no âmbito da filosofia da linguagem, mas que tem “aplicação multidisciplinar nas ciências humanas e sociais, visto que a linguagem é o que estrutura o pensamento humano e dá sentido ao seu agir, elementos esses que interessam a várias ciências” (MORAES; MACHADO, 2019, p.19). No campo da comunicação, é preciso ratificar a sua relevância enquanto método para as pesquisas, mas existem várias vertentes e autores que podem ser utilizados enquanto percurso para análise do *corpus*. Como explicam Moraes e Machado (2019), os teóricos mais recorrentes que fundamentam as discussões sobre discurso nas dissertações e teses defendidas em comunicação são Bakhtin, Maingueneau, Fairclough, Foucault, Charadeau, Pêcheux e Van Dijk” (MORAES; MACHADO, 2019, p.23).

Para a análise em questão, que tem como objetivo investigar nas notícias publicadas no **Portal de Notícias G1**, entre janeiro e fevereiro de 2020 e 2021, as formações discursivas que constituem os dizeres sobre pessoas trans, optou-se pelo uso da Análise de Discurso Francesa, mas especificamente as discussões propostas por Maingueneau e Foucault, que permitem trabalhar noções como formações discursivas e interdiscurso.

Segundo Maingueneau (1997), a escola francesa da Análise do Discurso relaciona-se com textos “no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; que delimitam um espaço próprio do exterior de um interdiscurso limitado” (MAINGUENEAU, 1997, p.12). Assim, considerando que a pesquisa busca em um segundo momento empreender a análise dessas formações discursivas nas matérias jornalísticas, a AD francesa se mostrou a vertente mais adequada. Ademais, observamos que a comunicação é interdisciplinar, e constitui “um campo de produção de discursos que interagem com os diversos campos sociais, em especial com o campo científico, dado a importância crescente do jornalismo voltado para a divulgação científica” (BARROS, 2002, p.2).

Ainda de acordo com Barros (2002, p.4), é a partir das teorias sociais ou das ciências que se estudam os fenômenos comunicativos. Assim, a característica da

AD, de atuar no campo da investigação que transcende a literalidade dos signos, permitindo que os efeitos de sentidos dos enunciados sejam observados por meio da associação entre texto e contexto, entre a linguagem e sua temporalidade, é extremamente relevante e nos permite alcançar os objetivos esperados para esta pesquisa.

A comunicação é um campo de disputa entre suas práticas profissionais e o ambiente externo. No que tange às transexualidades, “a imprensa não apenas descreveu as experiências trans, mas atuou no processo histórico de fabricação de sua visibilidade público-midiática-estigmatizada” (VERAS, 2019, p. 161). Assim, se faz importante observar de que forma ainda se constroem os discursos sobre as identidades trans, ao mesmo tempo em que se busca nas análises “relacionar, convincentemente e com evidências empíricas, o que se encontra no texto como forma de expressão de uma realidade social” (MORAES; MACHADO, 2019, p.43).

Seguindo esta linha, a AD permite uma análise aprofundada da “produção de textos de comunicação, especialmente os jornalísticos, para uma melhor compreensão dos processos de produção de sentido” (MORAES; MACHADO, 2019, p.11). Se Traquina (2020a, p.22) defende que o jornalismo talvez seja uma das profissões com maiores responsabilidades sociais, então também é possível dizer que as matérias jornalísticas são importantes mecanismos “de observação dos discursos produzidos na sociedade [...] que expressam pontos de vista os mais diversos possíveis, cujas descrições muito nos dizem sobre os valores que abraçamos socialmente” (MORAES; MACHADO, 2019, p.11).

Eni Orlandi (2020) afirma que a “Análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso” (2020, p.13), e a palavra discurso deriva da ideia de curso, de percurso, de movimento, e assim se compreende que seu estudo trata de observar o “homem falando”. (ORLANDI, 2020, p.13). Além do conceito de discurso, o qual ainda continuaremos a aprofundar neste capítulo, é importante conceituar o que se entende como formação discursiva³¹.

³¹ O termo Formação Discursiva (FD) tem origem compartilhada com o pesquisador Michel Pêcheux. Segundo Baronas (2011), a noção foucaultiana de FD apareceu pela primeira vez em *A Arqueologia do Saber*, enquanto o conceito foi utilizado pela primeira vez por Michel Pêcheux em seu artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*. (BARONAS, 2011).

Termo chave para esta pesquisa, e cunhado por Foucault (2020) na obra *A Arqueologia do Saber*, formação discursiva se dá quando, a partir de um certo número de enunciados, se encontra regularidades de dizer. O autor aponta que

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2020, p. 43).

O conceito de formação discursiva, segundo Orlandi (2020), “permite compreender o processo de produção dos sentidos, (...) e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (2020, p.41). A autora explica que “podemos dizer que o sentido não existe em si (...). As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2020, p.40). Também é fundamental observar o contexto sócio/histórico sobre o que se diz e o que se pode dizer.

Quando analisamos um discurso, “não basta dominar os significantes, os significados e as regras gramaticais próprias de uma língua. É preciso considerar a cultura e a sociedade em que a língua circula e os sujeitos históricos que dela se apropriam” (MORAES; MACHADO, 2019, p.19). Neste sentido, “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2020, p.41). Ao analisar as formações discursivas sob a ótica da comunicação, entende-se que o processo jornalístico abrange a formação de valores, ideias e opiniões, portanto, é inquestionável sua responsabilidade na difusão de informações e conhecimentos sobre as transexualidades que, ao longo da história, foram invisibilizadas ou estigmatizadas.

Cabe abrir ainda um parêntese para discutir que o problema, para além da imprensa, também perpassa os conhecimentos científicos, outra camada importante da esfera do interdiscurso. Como destacam Benevides e Lee (2018),

O Trans espistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e

contribuições para a ciência. [...] As tentativas de extermínio das possibilidades de nossas existências por parte da sociedade heteronormativa são cotidianas, como argumenta Mbembe (2003). Sobreviver já é, em si, uma grande vitória para pessoas como nós e obter sucesso escolar é uma exceção, cuja condição lutamos todos os dias. (BENEVIDES; LEE, 2018, p.253).

Em seu livro *Análise de Textos de Comunicação*, Maingueneau (2013) defende que o discurso possui algumas características essenciais, como ser uma organização situada para além da frase, ou seja, “[...] enquanto unidades transfrásticas, estão submetidos a regras de organização vigentes em um grupo social determinado” (2013, p.58). Também são orientados, uma vez que não são concebidos apenas “em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve *no tempo*, de maneira linear” (MAINGUENEAU, 2013, p.59).

Ainda segundo o autor, o discurso é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo” (MAINGUENEAU, 2013, p.59), e tem como finalidade causar algum tipo de modificação de comportamento ou de pensamento no receptor da mensagem. Isso ocorre, segundo Maingueneau (2013), porque, “toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma *interatividade constitutiva*, é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciados, virtuais ou reais [...]” (2013, p.60), aqui entende-se que não se pode apenas conceber o termo “destinatário” para um dos agentes que mobiliza a interação do discurso, mas sim “coenunciador”.

Uma característica que merece destaque dentre às estabelecidas por Maingueneau (2013) é a contextualização do discurso. Para o autor, o discurso não apenas intervém em um contexto, uma vez que “não se pode verdadeiramente atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto; o ‘mesmo’ enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos” (MAINGUENEAU, 2013, p.61).

Observamos tal assertiva no contexto aplicado à mudança de significado da identidade travesti, antes usado como termo pejorativo para se referir às mulheres trans que viviam nas ruas e ressignificado a partir do contradiscurso travesti. A explicação de Jesus (2012), a respeito do termo nos traz a dimensão histórica e ideológico do interdiscurso que envolve a compreensão do que é ser travesti no contexto de uma sociedade heterocisnormativa:

O termo “travesti” é antigo, muito anterior ao conceito de “transexual”, e por isso muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem, quase sempre em um sentido pejorativo, como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir

ser o que não se é”. A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo, em grande parte, excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo. Entretanto, é fundamental reforçar que nem toda travesti é profissional do sexo. É importante ressaltar que a maioria das travestis, independentemente da forma como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso serem adjetivadas no masculino [...] (JESUS, 2012, p.16).

Historicamente, no Brasil, o movimento político LGBT³² passou por uma série de transformações que permitiram às identidades travestis assumirem um novo significado, apropriado como termo político e sinônimo de luta e de visibilidade. Como explica Tosta (2010),

[...] O movimento de “travestis”, assim como o movimento LGBT em geral, se encontra num momento privilegiado (ao menos no campo do discurso político). Após sua lenta inserção no movimento político na segunda metade da década de 1990, sobretudo marcada por demandas da área epidemiológica, o movimento “travesti” agora possui uma pauta de reivindicações que passa pela área da saúde mas abarca outras agendas, ligadas a diversos órgãos e ministérios do governo federal (TOSTA, 2010, p.7).

Em uma matéria publicada na VEJA em janeiro de 2022³³, a cantora e atriz Linn da Quebrada, também ex-participante do BBB22, e a escritora e ativista Amara Moira, explicaram a importância do significado adquirido pelo termo. Para Linn, a palavra carrega uma força simbólica importante, pois permite que travestis sejam as donas das suas próprias histórias e vivências.

‘Para mim, é muito chique dizer que sou travesti, justamente porque carrega diversos sentidos históricos. A palavra travesti foi designada à margem e diz respeito a uma identidade muito brasileira, muito latino-americana, e agora está sendo ressignificada de forma belíssima. Tenho muito respeito por essa palavra, porque, para mim, significa que tomei o bastão da liberdade em relação ao meu corpo, à minha estética e até aos meus hormônios. É uma palavra que carrega uma força simbólica fundamental para nós’, afirmou Linn em maio do ano passado em entrevista ao UOL (VEJA, 2022).

³² Sigla LGBT representa o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Travestis. Atualmente também é encontrada a sigla LGBTQIAP+, que representa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos, assexuais e pansexuais. O símbolo de mais (+) abrange as demais pessoas e pluralidades de orientações sexuais e identidades de gênero.

³³ VEJA. **Linn da Quebrada no BBB22**: qual a diferença entre trans e travesti, 2022. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/linn-da-quebrada-no-bbb22-qual-a-diferenca-entre-trans-e-travesti/>>

Já Moira, reforça que devido à esta força simbólica adquirida pelo termo travesti, é imprescindível não deixar que ele volte a ser usado socialmente de maneira discriminatória e pejorativa.

‘Travesti é o termo pelo qual as existências trans começaram a ganhar visibilidade no Brasil. foi através desse nome que começou a nossa organização política também, a militância: ASTRAL, Associação de Travestis e Liberados (fundada em 1992). Então, ver hoje esse termo sendo jogado pra (sic.) escanteio e as pessoas o tratando como ofensa ou pejorativo é algo inaceitável. Eu reivindico essa palavra pela história que ela tem, pela sua força política, e também para fazer com que a sociedade ao meu redor vá se acostumando com ela’, explica a escritora, ativista e travesti, Amara Moira (VEJA, 2022).

Mesmo diante da resignificação do termo, cabe destacar que as travestis ainda enfrentam uma série de desafios e desigualdades como mencionado pela psicóloga e ativista, Amara Moira, em sua entrevista. O imaginário estabelecido pelo sistema heterocisnormativo, ainda prevalece nos mecanismos tecnológicos e de gênero, como vimos anteriormente a partir de Foucault (2021).

Segundo Swain (2011), “o imaginário social, enquanto dinâmica das representações, cria os sentidos do real e o agenciamento dos atores sociais” (SWAIN, 2011, p.133). Além disso,

alguns esquemas de representação podem ter um caráter mais ou menos hegemônico, segundo as épocas e podem mesmo reaparecer alguns séculos depois, dotados de um peso e de uma significação diferentes: definem, entretanto, as fronteiras do possível e do impossível, do pensável e do impensável (SWAIN, 2011, p.133).

No caso da identidade travesti no Brasil, “o surgimento do movimento que atualmente designamos como LGBT foi fundamental para sua legitimidade política” (TOSTA, 2010, p.1), principalmente ao estabelecer debates e provocar discussões que consolidaram o discurso de um novo significado à palavra travesti, não mais apenas como uma performance de gênero, mas como sujeito político para reivindicar direitos civis.

Outras características que configuram o discurso, segundo Maingueneau (2013), são que ele é regido por normas, ou seja, “[...] nenhum ato de enunciação pode efetuar-se sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta” (2013, p.62). Ou seja, trata do sentido adquirido a partir da relação com outros sentidos históricos, sociais e morais.

Os conceitos de formações discursivas e de interdiscurso são importantes não apenas do ponto de vista do que se analisa, mas também para compreender de onde parte o analista. Como explica Orlandi (2020), “para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção o analista de discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade” (2020, p.14), isso porque o indivíduo que produz o discurso não existe sem os contextos sociais e morais ao qual está inserido.

Relembro que como mulher cisgênero, não cabe a mim, e muito menos ao meu lugar de fala como pesquisadora, problematizar as vivências trans. Muito menos analisar do ponto de vista da transexualidade as formações discursivas. Os estudos de pesquisadoras trans renomadas utilizados ao longo deste trabalho, embasam estas perspectivas, a exemplo de Letícia Nascimento (2021), Bruna Benevides (2021), Sayonara Naider Bonfim Nogueira (2020) e Jaqueline Gomes de Jesus (2010). Assim, na pesquisa em questão, minha função será a de olhar sob o ponto de vista da comunicação, e como profissional da área, a atuação do jornalista frente as suas escolhas discursivas para falar sobre as transexualidades.

Entende-se que os profissionais devem partir de uma compreensão crítica sobre seu papel, não como indivíduo representativo de determinado grupo, mas como agente ativo no processo de construção da formação discursiva sobre grupos e indivíduos, já que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2020, p.18).

Observamos, ainda, que o não-dito e o silenciamento também são importantes para a análise em questão. Como explica Orlandi (2007),

[...] o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. o estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “por em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta daqui se tem estudado sob a rubrica do “implícito” (ORLANDI, 2007, p.11-12).

Orlandi (2007) trabalha com a perspectiva do silêncio fundador e da política do silêncio. A diferença entre o fundador e a política “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 73).

A autora faz ainda uma crítica à visão negativa do silêncio, e o toma como um espaço de possibilidade para significar os sentidos antepostos à linguagem. A partir disso, então, é possível perceber que “os sentidos fundantes do discurso primeiramente articulam-se no espaço significativo do silêncio, para depois, serem materializados nas e pelas palavras” (MACHADO, 2014, p.4). Ao apresentar o silêncio como fundante dos sentidos, ainda não se pode pensar nele como um vazio ou falta que, “estando no recorte entre o dito e o não-dito, deriva do sentido das palavras para significar” (MACHADO, 2014, p.4).

3.2 As relações de saber poder no jornalismo

A partir destas reflexões sobre a escolha do método e o que é o discurso e suas derivações, é importante discutir a partir de Michel Foucault, “[...] a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (FOUCAULT, 2021, p.100). Isso porque em seu entendimento, o poder seria compreendido

[...] primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2021, p.100).

Na obra *A História da Sexualidade*, Foucault (2021) questiona a busca pela verdade sobre o sexo e quais são as relações de poder mais imediatas e locais que estariam em jogo nos discursos em torno dele, sendo estas relações múltiplas e móveis. Esta provocação servirá, posteriormente, para a compreensão do saber-poder e das formações discursivas que perpassam as identidades trans nas notícias publicadas pelo **G1**.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2014) afirma que o “[...] o discurso está na ordem das leis; [...] e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele advém” (2014, p.7), portanto, “é preciso pensar o discurso como o lugar de exercício do poder” (AGUIAR, 2007, p.2). Foucault explica que o discurso é construído e controlado a partir de uma série de princípios e procedimentos, a exemplo da oposição entre verdade ou falso e a busca por uma vontade de verdade, a qual

“prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis” (FOUCAULT, 2014, p.16). Esta configuração, entre os outros procedimentos de controle, estabelece uma relação em que se articulam poder e saber, sendo o discurso um espaço de disputa.

Ao trazer a perspectiva do saber e poder para o campo da comunicação, e mais especificamente para o objeto de estudo deste trabalho, o jornalismo, percebe-se que, segundo Moraes e Machado (2019),

Nos termos foucaultianos, o poder é do tipo disciplinar, que organiza o espaço e controla o tempo. Utiliza-se de técnicas para distribuir os indivíduos, é classificatório, hierarquizante, combinatório e vigilante. Aplicado no campo das mídias e do jornalismo, é percebido nas normas e nos constrangimentos dos discursos, nos saberes privilegiados e nos processos de validação da verdade que formatam as mensagens. [...] Esse saber normalmente é responsável pela construção de um discurso legitimador, que permite que um campo exista e seja reconhecido como competente para suprir alguma necessidade social [...] (MORAES; MACHADO, 2019, p.106).

Como observado no primeiro capítulo, a disciplina consiste em um conjunto de técnicas que busca alcançar uma normatização da sociedade, e é por meio do controle dos espaços institucionais que os mecanismos de normalização disciplinar se tornam possíveis. Dentre estes espaços é possível citar o jornalismo, onde se “repartem, classificam, diferenciam e hierarquizam discursos, a partir de um saber construído sócio historicamente” (MORAES; MACHADO, 2019, p108).

O estabelecimento de normas que classificam os indivíduos gera oposições, tais como o proibido e o permitido, o adequado e o inadequado, o conveniente e o inconveniente. Ao olhar especificamente para as identidades transexuais e travestis, é possível observar que a ideia de inadequação e inconveniência é fruto, inclusive, da visibilidade pública promovida pelos jornais nos anos 1980.

Como explica Veras (2019),

a imprensa transformou-se em palco de discussão em torno da sexualidade que, em muitos casos, apareceu como sinônimo de pornografia³⁴. [...] Mais

³⁴ Nota incluído por Veras (2019) sobre o termo pornografia utilizado na citação: *Lynn Hunt lembra que o termo pornografia emerge como categoria legal e artística na Europa Ocidental, no século XIX, embora algumas noções sobre o mesmo termo estivessem esboçadas nos séculos anteriores, especificamente, na Itália (século XVI), na França e na Inglaterra (séculos XVII e XVIII). Se, durante os séculos XVI e XVIII, as obras consideradas pornográficas expressavam crítica à ordem estabelecida (autoridades eclesiásticas e seculares), aproximando-se da sátira política, a partir do final do século XVIII e início do XIX, Hunt esclarece que elas passaram a representar ameaça à*

do que informar, a imprensa atuou na tentativa de regulação da visibilidade pública da sexualidade, de modo que sua vontade de saber se tornou inseparável da vontade de controle (VERAS, 2019, p.107).

Na opinião de Foucault (2014), saber e poder se reforçam, e já que todo o discurso e prática envolvem algum tipo de saber, nem sempre o poder será negativo. Segundo Powers (2007) Apud. Moraes e Machado (2019), “esse poder não é visto como uma estratégia consciente e violenta de um sobre os outros [...]. Trata-se de um processo que opera lutas contínuas e confrontos que podem mudar, fortalecer ou reverter a hegemonia dos discursos” (2019, p.108).

Uma vez que os discursos produzem efeitos de poder, é possível afirmar que o discurso jornalístico instaura verdades, como as relativas às identidades travestis. Muitos dos discursos aliados aos dispositivos de estigma, aliás, “tinham como função estratégica intervir, vigiar, controlar e punir a crescente visibilidade de homossexuais e travestis. Nesse sentido, representavam uma vontade de controle, que legitimou e justificou uma série de violências e injúrias [...]” (VERAS, 2019, p.172).

Como vimos anteriormente, a vontade de verdade e de controle no século XIX atravessou a ciência em busca de uma verdade sobre o sexo, estabelecendo como as sexualidades deveriam existir. Ao problematizar estes procedimentos citados por Foucault (2014), é possível notar que analisar o discurso não tem como finalidade definir o que é verdadeiro ou falso, pois “os efeitos de verdade são produzidos dentro dos discursos que, em si mesmos, não são falsos nem verdadeiros. O que ele **se propõe a estudar é o ‘regime da verdade’ enquanto um componente efetivo** na constituição das práticas discursivas” (AGUIAR, 2007, p.4).

A partir do que foi posto, indaga-se nesta pesquisa, como as pessoas trans foram retratadas nas matérias publicadas sobre “travestis” e “transexuais” no **Portal de Notícias G1** entre janeiro e fevereiro de 2020 e 2021, bem como o processo de construção da discursividade e dos efeitos de sentidos relacionados às identidades trans. Esta definição, segundo Orlandi (2020), é importante por parte do analista, pois é a partir dela que serão definidos os conceitos que acompanharão a análise. Cabe ressaltar que do ponto de vista da Análise de Discurso, “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição

decência, consolidando-se como negócio. HUNT, Lynn. Apresentação: In: _____ . (Org). A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999, p.9-49.

dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos [...]” (ORLANDI, 2020, p. 25).

Uma vez que o objeto de estudo trata da formação discursiva sobre identidades trans, não seria possível discutir o objeto sem aprofundar teorias de gênero, além de contextos sobre preconceito, normatização e sociedade, como vimos no primeiro capítulo. Além disso, nada seria mais promissor do que mobilizar principalmente os conceitos de interdiscurso e formação discursiva, para que possamos analisar os discursos que emergem sobre a identidade de gênero. Nessa perspectiva, a análise será elaborada visando o respeito e consideração às discussões prévias estabelecidas por mulheres e pesquisadoras transexuais e travestis, que há muito discutem os aspectos discursivos ligados às imagens trans na imprensa.

3.3 A construção do *corpus* de análise

Definidos os dispositivos analíticos que serão utilizados na pesquisa, parte-se para a organização e exploração do *corpus*. Como explica Orlandi (2020), o que define esta etapa são as escolhas propostas pelo analista, a natureza do material analisado e seu objetivo, sua finalidade (2020, p.25). Ainda segundo a autora, e aí que mora a riqueza da AD, uma vez que ela permite “explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente [...]” (ORLANDI, 2020, p.26).

Como observado anteriormente, ainda se tem nesta pesquisa o cuidado de entender a apropriação do próprio discurso enquanto jornalista e pesquisadora. Benetti (2016) explica que “o pesquisador é um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos analisados” (BENETTI, 2016, p.242), e complementa que “todo o aparato teórico que ele mobiliza para compreender o funcionamento do discurso que está analisando serve para explicar o funcionamento do discurso que ele mesmo irá produzir em seu texto de caráter científico” (BENETTI, 2016, p.242).

Conhecer os próprios enunciados é importante, pois assim é possível interferir o mínimo possível nos resultados e exercer “a vigilância epistemológica (BACHELARD, 1996) processo em que busca ativamente afastar seus preconceitos, opiniões baseadas no senso comum e crenças pessoais (BENETTI, 2016, p.242)”.

Ainda segundo Benetti (2016), no campo da comunicação podem ser analisados pela AD mídias tradicionais, como textos jornalísticos, sites de redes sociais, entre outros. Para a pesquisa em questão, foram selecionadas matérias do site de notícias **G1**, que segundo pesquisa **ComScore**, noticiada pelo grupo Globo, acumulava em 2018 mais de 3,1 bilhões de acessos e 56 milhões de visitantes únicos por ano³⁵. Em 2022, segundo o site de recomendações **My Best Brazil**, o Portal também figurava entre os 10 mais acessados do país, junto com UOL e Terra, também exclusivos online³⁶.

As matérias que serão analisadas foram encontradas a partir de uma busca pela ferramenta de pesquisa no próprio **Portal de Notícias G1**, filtrada nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 2021, que tivessem citado ao menos uma vez os termos “travesti” e/ou “transexual”.

Pelo mecanismo de busca, as matérias que apareceram nos resultados apresentaram citações dos termos tanto no título quanto no texto da matéria. Inicialmente cogitou-se filtrar a análise apenas para as matérias que mencionavam as palavras no título, pois como defende Van Dijk (1990), o processo de compreensão e decodificação se concentram primeiro nas manchetes de um texto noticioso, e por isso os títulos em geral “devem expressar a parte mais importante ou a mais relevante da macroestrutura do artigo de jornal” (VAN DIJK, 1990, p.204).

No entanto, sob a ótica do silenciamento explicada por Orlandi (2007), constatou-se que seria importante observar os espaços onde mulheres transexuais e travestis tiveram sua visibilidade secundarizada ou apagada, principalmente em contextos diferentes daqueles de violência e prostituição, comumente utilizados para retratar suas existências.

Como resultado da busca realizada no **Portal de Notícias G1**, foram encontradas 139 matérias com o buscador “travesti” e “transexual” no ano de 2020, e 108 matérias com o buscador “travesti” e “transexual” no ano de 2021. Abaixo é possível ver no quadro a distribuição do número de matérias pelo ano e por palavra-chave, sendo que em 2021, ano em que o país foi afetado pela Covid-19, a palavra-

³⁵ G1. **Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos**, 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml> >

³⁶ BRAZIL, My Best. **Top 10 Melhores Sites de Notícias em 2022 (g1, UOL, Folha e mais)**, 2022. Disponível em: < <https://mybest-brazil.com.br/20702> >

chave ‘travesti’ apareceu com menor intensidade em comparação com os demais resultados.

Foram filtradas as matérias que apresentavam ao menos uma vez algum dos buscadores. Cabe explicar que algumas matérias encontradas pelo sistema de busca do **G1** aparecem tanto no buscador “travesti” quanto “transexual”. As repetições foram consideradas na contabilização das matérias, mas serão filtradas durante a análise.

Abaixo é possível observar em formato de quadro a discrepância no número de matérias relativas ao ano e ao buscar utilizado.

Quadro 1 – Resultado da busca no **Portal G1** por palavra-chave “transexual” e “travesti” nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 2021

Ano	Buscador	Nº de matérias	Total de matérias
2020	Travesti	54	114
	Transexual	60	
2021	Travesti	36	98
	Transexual	62	

Fonte: Autora (2022)

Como pode ser observado, chegou-se ao total de 212 notícias que mencionam “travesti” ou “transexual” no título ou no corpo da matéria. Em um segundo momento de construção do *corpus*, as matérias foram classificadas em formações discursivas (FD) para melhor compreensão de quais os tipos de contexto aos quais são inseridas as pessoas trans nos conteúdos, bem como tentar delimitar possíveis categorias de análise.

Foram encontradas e elencadas ao longo da estruturação do *corpus* formações discursivas que remarcam o tipo de contexto ao qual estão inseridas às transexuais e travestis, a saber: 1. Direitos Humanos; 2. Saúde; e 3. Violência e morte. Em alguns momentos ainda há um cruzamento entre FD, como veremos mais adiante. Abaixo no quadro 2 é possível observar a quantidade de matérias encontradas no **Portal G1** e a sua divisão enquanto parte das FD definidas no âmbito da pesquisa.

Quadro 2 – Matérias encontradas na busca no **Portal G1** por palavra-chave “transexual” e “travesti” nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 2021 divididas de acordo com as formações discursivas encontradas

Ano	Série Enunciativa	Nº de matérias pelo buscador “travesti”	Nº de matérias pelo buscador “transexual”
2020	Direitos Humanos	21	30
	Saúde	6	5
	Violência e morte	27	25
Total		54	60
2021	Direitos Humanos	9	28
	Saúde	0	3
	Violência e morte	27	31
Total		36	62

Fonte: Autora (2022)

A definição do recorte temporal do ano de 2020 partiu de dados publicados pela ANTRA. O Dossiê dos Assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras mostra que em 2020 houve um aumento de 201% no número absoluto de assassinatos em relação a 2008. De 58 assassinatos, o país saltou para 175. Além disso, conforme Benevides e Nogueira (2020), os meses de janeiro e fevereiro de 2020 se destacam entre os que tiveram maior número de assassinatos. Consecutivamente, apresentaram 18 e 22 casos³⁷, números superiores à média do ano de 2020, que foi de 14,5 assassinatos/mês.

Observamos também que o mês de janeiro é importante para a análise do tema, dado que no dia 29 se celebra o Dia Nacional da Visibilidade Trans, que tem como objetivo, segundo o Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) (2014), alertar a sociedade brasileira para o problema da discriminação e da violência a que são submetidas as pessoas trans e chamar a atenção para discussão sobre medidas que assegurem a proteção e a garantia dos seus direitos.

Dentro das rotinas jornalísticas, as efemérides (ou datas importantes) propiciam pautas para os jornais e trazem de volta pautas noticiosas pela sua relevância. O valor-notícia tempo, segundo Traquina (2020), permite o uso da efeméride com o

³⁷ Os meses de Junho e Agosto também apresentaram 18 casos de assassinatos/mês em 2020 (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020).

objetivo de “justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia” (2020, p.63). Assim, o tema da visibilidade trans, em janeiro, ganha um “gancho”³⁸ que justifica a volta do tema ao jornal. (FONSECA, 2012, p. 90 Apud BALEM; SOUZA; NASCIMENTO, 2020, p. 9).

Já a ideia de escolher o ano de 2021 como comparativo, surgiu sob a hipótese de que a pandemia de covid-19 pudesse ter interferido na maneira como as formações discursivas sobre as identidades transexuais se estabeleceram na imprensa, uma vez que, segundo Gabriela da Silva (2020)³⁹, “o coronavírus não é indiferente em relação ao vírus do preconceito, da discriminação e do estigma enfrentado por sujeitas travestis e transexuais” (2020, n.p). A pandemia e suas medidas de restrição física para evitar a disseminação do coronavírus aumentaram uma série de desigualdades.

Bruna Benevides, em entrevista à ONU Mulheres Brasil (2020), fala sobre isso.

“Um dos fatores mais urgentes com relação à pandemia e o impacto que tem trazido para a população trans, especialmente a população de travestis e mulheres transexuais, gira em torno da saúde, emprego e renda”. Ela diz que “questões de economia aparecem transversalmente. Primeiro porque nós temos uma população, que, como já é sabido, 90% utiliza a prostituição como fonte de renda primária” (ONU Mulheres, 2020).

As interseccionalidades gênero e raça ainda se somam no âmbito das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres transexuais e travestis no contexto de pandemia de covid-19, como é destacado por Benevides na mesma entrevista.

“A maioria são negras, pobres e periféricas, semi-analfabetas. Muitas não têm sequer cadastro nas organizações governamentais para algum tipo de benefício, como cadastro único, por exemplo. Muitas não têm documentação. Têm dificuldade de fazer documentação e acessar as políticas públicas de assistência. Então, como vamos dizer para essas mulheres deixarem de trabalhar na sua atividade principal? Vale ressaltar que a prostituição é reconhecida na classificação brasileira de ocupações. Portanto, não é crime. Elas têm direito de estar desempenhando a profissão, mas nesse cenário fica comprometida a sua atividade. E elas, sem poderem trabalhar e sem apoio por meio dos programas sociais, estão passando por recrudescimento das

³⁸ Segundo o Dicionário de Comunicação Social do site Comuniqueiro, o jargão jornalístico ‘gancho’ se refere a uma informação que pode gerar uma notícia ou uma reportagem. É um fato que se ligue, que dê margem a outro, que sirva de ponte para a notícia. Disponível em: <<https://www.comuniqueiro.com/dicionario/gancho>>

³⁹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cofundadora do NETRANS e integrante do Grupo de Pesquisa e Estudo em Educação de Jovens e Adultos (EPEJA). Artigo publicado no blog do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/noticias/277>>

condições de vulnerabilidade das quais já se encontravam” (ONU Mulheres, 2020).

Por fim, Benevides reforça que em relação ao aspecto de saúde, as mulheres transexuais e travestis para além das necessidades relacionadas ao coronavírus, ficam desamparadas muitas vezes em seus tratamentos para feminização, o que pode ser perigoso e mortal em caso de desassistência.

“As questões de saúde se agravam porque a maioria utiliza silicone industrial ou faz a hormonização⁴⁰. Então, existem os fatores de risco que acabam aparecendo. Por exemplo, o silicone industrial, se ele estiver num processo inflamatório, pode ser visto como fator de risco para o coronavírus devido ao processo infeccioso que o próprio coronavírus gera no corpo” (ONU Mulheres, 2020).

Segundo a ANTRA (2020), acreditava-se que com a necessidade de afastamento e isolamento social impostas como medidas de prevenção à COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir, mas o que se viu foi o exato oposto, o assassinato de pessoas trans aumentou, e a vulnerabilidade social se intensificou, especialmente para as trabalhadoras sexuais, que não conseguiram acesso às políticas emergenciais.

Tendo definido o *corpus* de acordo com o contexto de cada período, ainda que possível, não se optou por filtrar as notícias por editoria. Durante a busca foi possível perceber que há em diferentes estados e regiões, abordagens similares, tanto para notícias que reportam casos de violência, quanto de humanização de pautas ligadas a população trans. Filtrar por região poderia comprometer uma possível análise e entendimento de que a pauta trans não é exclusiva de alguns estados ou regiões, mas que estigmas e representações são reflexo de um processo generalizado.

⁴⁰ Segundo o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a hormonização consiste na prescrição e oferta de hormônios para as pessoas que desejam realizar transformações corporais. Também é conhecida como terapia hormonal ou hormonioterapia. Disponível em: [https://nucleotrans.unifesp.br/conteudo/protocolo-para-o-atendimento-de-pessoas-transexuais-e-travestis-no-municipio-de-sao-paulo#:~:text=A%20hormoniza%C3%A7%C3%A3o%20\(tamb%C3%A9m%20conhecida%20por,com%20o%20qual%20preferem%20ser](https://nucleotrans.unifesp.br/conteudo/protocolo-para-o-atendimento-de-pessoas-transexuais-e-travestis-no-municipio-de-sao-paulo#:~:text=A%20hormoniza%C3%A7%C3%A3o%20(tamb%C3%A9m%20conhecida%20por,com%20o%20qual%20preferem%20ser)

4. AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE PESSOAS TRANS NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1

4.1 O discurso sobre transexuais e travestis no Portal de Notícias G1

A partir da análise das 236 matérias que mencionam “travesti” ou “transexual” no título ou no corpo da matéria, e da observação de outros elementos que as compunham, foi possível encontrar três formações discursivas (FD): 1. Os direitos humanos e as identidades transexuais e travestis; 2. Saúde como um direito de pessoas transexuais e travestis; 3. As identidades transexuais e travestis atravessadas pela violência e morte. Cabe destacar que as formações discursivas se entrecruzam, e é possível encontrar a violência de forma transversal nas demais FDs. Para Foucault, no que se refere às formações discursivas, “o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade formal [...], mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas [...]” (BARONAS, 2011, p3).

Durante a análise de cada formação discursiva será incluído um quadro com as matérias organizadas em ordem cronológica, indicando as notícias relacionadas ao termo “travesti” em 2020 e outro em 2021 e logo em seguida ao termo “transexual” em 2020 e outro em 2021 para maior fluidez da análise e da leitura. Além disso, para evitar repetição dos títulos, quando não for relevante mencioná-los, será feita uma menção apenas à numeração referente à matéria de acordo com o quadro inserida previamente. Cabe lembrar que algumas matérias aparecem de forma repetida em ambos os buscadores, e, neste caso, serão elencadas no quadro ao início de cada FD, mas nem sempre serão repetidas nas análises.

4.1.1 Os direitos humanos e as identidades transexuais e travestis

A primeira formação discursiva (FD) a ser analisada é a dos direitos humanos em relação às identidades travestis e transexuais. Foram encontradas matérias que tratam de denúncias de transfobia, a reivindicação de proteção social para a população trans, histórias de vida de mulheres trans, e demandas por maior segurança e justiça para crimes de ódio. Estas publicações aparecem majoritariamente em torno do dia 29 de fevereiro, o **Dia Nacional da Visibilidade**

Trans. No Quadro 3, disponibilizada abaixo⁴¹, é possível visualizar as matérias encontradas através do buscador “travesti” em 2020.

Quadro 3 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	4-jan.	Travesti denuncia que foi impedida de usar banheiro feminino em shopping de Maceió
	2	4-jan.	Governador determina 'apuração rigorosa' sobre o caso da travesti impedida de utilizar banheiro de shopping em Maceió
	3	6-jan.	Travesti que denunciou ser impedida de entrar em banheiro feminino entra com ação por danos morais contra shopping de Maceió
	4	22-jan.	Amigos organizam manifestação para cobrar agilidade em caso de travesti que está desaparecida há quase 15 dias em MT
	5	25-jan.	'Quem pode falar por nós?' é tema de encontro de travestis e transexuais em Santarém
	6	27-jan.	Amigos de travesti desaparecida há quase 20 dias fazem protesto para cobrar agilidade nas investigações em MT
	7	27-jan.	MP-AL cobra explicações sobre conduta da polícia no caso da travesti impedida de usar banheiro de shopping em Maceió
	8	27-jan.	Projeto realiza formatura de trans, travestis e vítimas de violência doméstica em curso de moda e costura, em Goiânia
	9	29-jan.	Estudante baiana cria projeto de empoderamento socioeconômico para população trans e travesti: 'Precisamos continuar essa luta'
	10	29-jan.	No Dia da Visibilidade Trans, advogado tira dúvidas sobre direitos de transexuais
	11	29-jan.	Campos, RJ, recebe 'Segunda Semana da Visibilidade Trans' a partir desta quarta
	12	29-jan.	Em busca de inclusão, Araraquara cria banco de currículos LGBTQIA+ e tem 80 cadastros em 2 meses
	13	29-jan.	'Sou trans, você me abraçaria?': ação conquista mais de 100 abraços pelas ruas no Dia da Visibilidade Trans
	14	29-jan.	Levantamento do Estado aponta 37 detentos LGBTQI+ em unidades prisionais da região de Piracicaba
	15	29-jan.	Sem oportunidades de trabalho, transexuais encontram alternativa no empreendedorismo
	16	29-jan.	Da prostituição à liderança nacional LGBTI: Symmy Larrat revisita sua trajetória e fala de desafios no Dia da Visibilidade Trans
	17	30-jan.	Trans, negra e nordestina: atriz paraibana que atuou em 'Bacurau' fala sobre transição de gênero
	18	2-fev.	Aplicativo 'Dandarah' reúne dados, informações e denúncias de crime contra LGBTI's no Pará
	19	3-fev.	Família de travesti desaparecida há quase um mês em MT faz manifestação e pede justiça
	20	6-fev.	Paraíba é quarto estado do país com mais presídios com celas para pessoas LGBT
	21	13-fev.	Travestis e transgêneros podem usar nome social em concursos no DF

Fonte: Autora (2022)

⁴¹ A inclusão de uma matéria em uma formação discursiva não impede que ela seja novamente analisada em outra se for pertinente.

Em 10 de dezembro de 1948, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, países membros assinaram e concordaram com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴², um documento que estabeleceu, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Segundo a declaração,

todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (DUDH, 1948).

A menção ao “sexo” na Declaração de 1948 nos faz refletir sobre o conceito de gênero, que tratamos anteriormente sob a ótica de uma nova perspectiva de construção social, para além do determinismo biológico. Se a DUDH defende que todos os seres humanos podem invocar o direito à liberdade de serem quem são sem distinção de sexo, entendemos que isso também vale para a não distinção de identidade de gênero, o que faz com que transexuais e travestis possam reivindicar a garantia dos direitos humanos e o pleno exercício do direito de serem quem são, sem nenhum tipo de discriminação.

Com o avanço da extrema direita na política do Brasil após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018⁴³, travestis e transexuais passaram a ter cada vez mais seus direitos humanos negados. O discurso heterocisnormativo foi reforçado por políticos ligados à religião, inclusive pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos no Governo Jair Bolsonaro, Damares Alves, que declarou publicamente que o Brasil passava por uma “nova era”, onde “menino veste azul e menina veste rosa”, e que “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”⁴⁴. Diante do fortalecimento de discursos radicais, até a escolha pelo uso do banheiro feminino por transexuais e travestis ganhou visibilidade nos jornais e inflou as esferas política e pública.

⁴² DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. In: UNIC Rio. O que são direitos humanos?, s/d. Disponível em: <https://unicrio.org.br/direitoshumanos/> Acesso em 7 jan 2023

⁴³ CARTA CAPITAL. **Extrema-direita se radicalizou com chegada de Bolsonaro ao poder**, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/extrema-direita-se-radicalizou-com-chegada-de-bolsonaro-ao-poder/> Acessado em 19 jan 2023

⁴⁴ G1. **Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso em 11 jan 2023

É possível observar que as duas matérias publicadas no dia 4 de janeiro (1 e 2), e as matérias publicadas nos dias 6 e 27 de janeiro de 2020 (3 e 7), tratam do mesmo caso da travesti Lanna Hellen, que foi impedida de usar o banheiro feminino em um shopping sob a alegação de constrangimento por outras mulheres cisgênero que frequentavam o local. No título, a escolha do jornalista pelo verbo “denuncia” aponta um introdutor de discurso direto que não tem por finalidade ser neutro. Como explica Maingueneau (2013), “com efeito, o verbo introdutor fornece um certo quadro no interior do qual será interpretado o discurso citado” (MAINGUENEAU, 2013, p.186), o que é visto no texto que se segue no decorrer da matéria.

É possível observar uma preocupação por parte do jornalista de expressar a opinião de Lanna, que sentiu raiva ao ser abordada por um segurança no Shopping Pátio de Maceió. Segundo relato, o segurança bateu na porta e a chamou de “*homem usando o banheiro feminino*”⁴⁵. O jornalista ainda faz menção à lei que permite que travestis e transexuais usem o banheiro ao qual se identificam, e ao apoio da Deputada Federal trans Duda Salabert, através das redes sociais.

Apesar do uso de um banheiro parecer um tema banal para pessoas cisgênero, para travestis este passou a ser um tema central na pauta da garantia do direito à liberdade e exercício pleno da identidade de gênero. Na matéria 2, destaca-se que o ocorrido pautou até o debate político, com uma declaração de Renan Filho (MDB), então governador de Alagoas, que pediu uma “*apuração rigorosa*”⁴⁶ sobre a denúncia feita por Lanna.

Este mesmo tema chegou a ter quatro matérias publicadas em 2020. Estas continuações, segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), são chamadas de *suites*, e segundo Schmitz (2011), possuem principalmente a finalidade de repercutir os desdobramentos de uma notícia (2011, p.24). A matéria 7, publicada no dia 27 de janeiro, por exemplo, é uma continuidade do caso, com uma cobrança do Ministério Público de Alagoas por uma investigação rigorosa. Sob a ótica da teoria do agendamento, como explica Jorge Pedro Sousa (2008), a escolha do jornalista parte de “assuntos que preocupam o público e sobre os quais este conversa e sobre a

⁴⁵ G1. **Travesti denuncia que foi impedida de usar banheiro feminino em shopping de Maceió**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/travesti-denuncia-que-foi-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.ghtml> Acesso em 23 jan 2023

⁴⁶ G1. **Governador determina ‘apuração rigorosa’ sobre o caso da travesti impedida de utilizar banheiro de shopping em Maceió**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/governador-determina-apuracao-rigorosa-sobre-o-caso-da-travesti-impedida-de-utilizar-banheiro-de-shopping-em-maceio.ghtml> Acesso em 22 jan 2023

importância relativa que o público concede a cada um dos temas inscritos na sua agenda” (SOUZA, 2008, p.9).

O engajamento político em relação à violência sofrida por Lanna, e a inclusão da pauta na agenda midiática, pública e política, surge principalmente em decorrência do contexto ligado ao tema dos direitos humanos, que passou a dividir, de forma eloquente a esfera política a partir da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República, em 2018. Os direitos humanos passaram a ser vistos pelos apoiadores da extrema-direita brasileira como uma pauta progressista alinhada à esquerda, inseridos sob a ideia de uma “ideologia de esquerda”⁴⁷. O ex-presidente Jair Bolsonaro chegou a afirmar ao site BuzzFeed⁴⁸ que “a esquerda quer esculachar com a família”, e que “queria que ativistas LGBT deixassem a família em paz” (BuzzFeed, s/d).

Ao revisitar Foucault (2020), lembramos que o “dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2020, p.101). Assim, é possível observar que o debate sobre o uso do banheiro por pessoas trans, e as declarações do ex-presidente e da ex-ministra de Direitos Humanos, fortalecem essa ideia de controle e opressão no meio social e em seus dispositivos, refletido em discriminação e violência principalmente para pessoas travestis, que fazem de sua identidade também um objeto político.

Em suma, no tocante à proteção constitucional da dignidade humana e ao direito fundamental à autodeterminação sexual, não reconhecer o direito fundamental à utilização de banheiro feminino por uma travesti ou transexual feminina implica rejeitar a possibilidade de ser e de existir como se é, afetando algo essencial para o modo único, irrepetível e original da pessoa; inviabilizam-se também as condições sem as quais a autodeterminação e a liberdade sexuais e de gênero, simplesmente deixam de ser possíveis (ANTRA, 2018).

As cinco matérias citadas acima, apesar de retratarem uma violência, não entraram na formação discursiva de violência e morte, pois trazem um enquadramento de reflexão acerca da violência sofrida pela travesti em questão, oferecendo ainda um

⁴⁷ ZAPATER, Maíra Cardoso. “Afimal, os Direitos Humanos são uma “ideologia de esquerda”?, 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/colunas/maira-zapater-direitos-humanos-e-sociedade/afinal-os-direitos-humanos-sao-uma-ideologia-de-esquerda/> Acessado em 19 jan 2023

⁴⁸ Bolsonaro critica resolução do governo sobre direitos de alunos travestis e transexuais. Buzzfeed, s/d. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/bolsonaro-critica-resolucao-do-governo-sobre-direitos-de-alunos-travestis-e-transexuais>

grande espaço para manifestação da vítima. Além disso, o jornalista tem o cuidado de apresentar os fatos de forma humanizada, respeitando Lanna como sujeito. Como explica Gonçalves (2005), “os enquadramentos funcionam como princípios básicos de organização das nossas experiências. Definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos com os outros” (2005, p.158).

Na matéria o uso do pronome feminino também foi respeitado, e ela teve sua voz ouvida sobre o caso, expondo suas opiniões e revelando seus sentimentos a respeito do ocorrido. Mesmo que o uso de uma citação direta, segundo Maingueneau (2013), possa dar o sentido de que o “enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume” (MAINGUENEAU, 2013, p.183), no caso de falas de pessoas trans, considera-se importante utilizar do recurso como forma de efetivamente dar a voz a uma população constantemente marginalizada e que é definida a partir da visão do outro.

Já na matéria 8, intitulada “*MP-AL cobra explicações sobre conduta da polícia no caso da travesti impedida de usar banheiro de shopping em Maceió*”, o jornalista usa das próprias palavras para contar o que foi dito por Lanna sobre outras agressões, conforme trecho abaixo.

Na (sic.⁴⁹) dia da ocorrência no shopping, Lanna Hellen contou que foi revistada por um policial homem, chamada pelo nome de batismo, informada de que deveria usar o banheiro masculino e algemada. Quando foi levada para a Central de Flagrantes, foi colocada em uma cela com dois homens e ainda teve que assinar um procedimento por desobediência.

Apesar da tentativa de neutralidade na descrição dos fatos apresentados por Lanna, o jornalista tem o cuidado de expor a situação reforçando a importância de que atos como esse não voltem a ocorrer, e que a garantia dos direitos humanos seja para todas as pessoas. Ao final, após a problematização do ocorrido, o jornalista ainda abre espaço para a nota emitida pela assessoria de imprensa do *shopping center*. Vale lembrar que, segundo Schmitz (2011), “a assessoria de imprensa não é fonte, mas ponte, por intermediar os interesses, opiniões, conhecimentos e relatos de eventos de quem assessora” (SCHMITZ, 2011, p.24). No entanto, mesmo que a assessoria tenha caráter de “ponte”, o equilíbrio na apresentação das informações, sob a ótica do jornalismo, é fundamental. Como explica o próprio manual de princípios

⁴⁹ Erro gramatical presente na matéria original.

editoriais das organizações Globo, “informações, para ser publicadas, devem ser confirmadas pelo maior número de fontes possível” (GLOBO, 2011).

Ainda sob o foco de buscar respostas a violências transfóbicas, as matérias 4 e 6 destacam no título o sumiço da travesti Mari de Bastos Lima, desaparecida por mais de 14 dias após sair do trabalho em uma pizzaria. Mas se por um lado os entrevistados têm como objetivo chamar a atenção para o caso, entre os valores-notícia citados por Traquina (2020b) é possível identificar que o conflito e a infração influenciaram as escolhas editoriais, uma vez que o *lead* é focado no desaparecimento, o que desperta o interesse e a curiosidade do público leitor.

Ao ler o texto é possível observar que mesmo depois da violência física sofrida frente a seu desaparecimento, a travesti continuou a sofrer violência por parte dos jornalistas ao não ter seu nome social respeitado. Mesmo sem agregar valor à matéria, o nome masculino de Mari foi citado⁵⁰ como uma ferramenta para a não repetição de palavras, comumente usada no jornalismo para garantir coesão textual. Neste caso, o uso do nome masculino sem objetivo senão o de expor uma não conformidade da identidade de gênero com o documento de registro, só reforça a visão hegemônica heterocisnormativa de forçar o uso desse nome de registro a alguém que não se identifica com ele, silenciando a autonomia das pessoas trans sobre seus próprios corpos e identidades.

Na matéria 6, o repórter ainda usa o nome masculino seguido da expressão “*mais conhecido como Mari*”⁵¹, o que dá o sentido de que não se trata de um nome social, mas sim de um apelido. A confusão em uma sociedade heterocisnormativa é tão frequente que em 2019 a ANTRA chegou a realizar uma campanha chamada “Nome Social não é apelido” em suas redes sociais⁵², destacando que o nome social é o nome pelo qual as pessoas trans “se reconhecem e são reconhecidas na

⁵⁰ O nome masculino não será citado nesta dissertação em respeito e reconhecimento ao nome social de Mari de Bastos Lima.

⁵¹ G1. Amigos organizam manifestação para cobrar agilidade em caso de travesti que está desaparecida há quase 15 dias em MT, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/22/amigos-organizam-manifestacao-para-cobrar-agilidade-em-caso-de-travesti-que-esta-desaparecida-ha-quase-15-dias-em-mt.ghtml> Acesso em 20 jan 2023

⁵² ANTRA. Nome social não é apelido! Nome social é o nome pelo qual as PESSOAS TRANS se reconhecem e são reconhecidas na sociedade a fim de evitar constrangimentos pelo uso do nome de registro que não reflete a sua identidade de gênero. 18 jul 2019. Facebook: Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://m.facebook.com/antrabrasil/photos/nome-social-n%C3%A3o-%C3%A9-apelido-nome-social-%C3%A9-o-nome-pelo-qual-as-pessoas-trans-se-rec/2367414130010589/>> Acesso em 6 jan 2023

sociedade a fim de evitar constrangimentos pelo uso do nome de registro que não reflete a sua identidade de gênero” (ANTRA, 2019). Revisitando Foucault (2020), como vimos no capítulo 1, é possível afirmar que a negação do direito ao uso exclusivo do nome social fere inclusive o direito básico da própria existência trans, inferindo no processo de dignidade do “fazer viver e deixar morrer”.

Uma semana depois da publicação da matéria 6, no dia 3 de fevereiro, as manifestações da família de Mari em busca de respostas sobre seu desaparecimento voltaram a aparecer na mídia. Mas ao contrário do que foi visto anteriormente, na matéria 19 o nome de registro não é citado, o nome social é usado e Mari tem sua identidade respeitada sempre no feminino. O *lead* destaca o desaparecimento de 26 dias sem que a polícia tenha dado alguma resposta, e o pedido da família por justiça e pela ajuda das autoridades para investigar o sumiço. É possível identificar o valor-notícia do conflito e da controvérsia, ligada a violência física ou simbólica, como critério para a escolha editorial da publicação. Ainda com a finalidade da objetividade discutida no capítulo 2, o jornalista se atém aos relatos do ocorrido e não problematiza a constante violência e perseguição sofrida por pessoas trans no Brasil.

Ao noticiar que o desaparecimento segue sem respostas, mesmo 26 dias depois do ocorrido, podemos revisitar o que Butler (2020) defende, de que

[...] se uma vida é considerada carente de valor, se uma vida pode ser destruída ou desaparecer sem deixar rastro ou consequências aparentes, isso significa que essa vida não foi plenamente concebida como viva e, portanto, não foi plenamente concebida como chorável (BUTLER, 2020).

Ao olhar o caso de Mari, assim como o de tantas outras transexuais e travestis desaparecidas e familiares e amigos que reivindicam o direito de saber o que aconteceu, é possível observar que “essas mortes são frequentemente divulgadas ou publicadas como notícias sensacionalistas nos jornais; são seguidas por uma manifestação momentânea de comoção pública e, pouco tempo depois, acontecem novamente” (BUTLER, 2020). Ou seja, para além das mobilizações de parentes e amigos, não acompanham uma mobilização geral para o fim das mortes motivadas por ódio e por estigmas transfóbicos. Aqui, novamente a escolha pela formação discursiva direitos humanos acontece porque apesar de tratar do desaparecimento de Mari, a violência não é o tema principal, mas sim a busca da família pela parente desaparecida e o desejo por ‘justiça’.

Mas se travestis e transexuais aparecem nestes contextos de forma estigmatizada ao longo dos meses, próximo ao dia 29 de janeiro, **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, é possível notar uma diferença acentuada de abordagem, além de um aumento significativo no número de matérias publicadas em relação ao restante do mês de janeiro e de fevereiro. As personagens trazidas para as matérias não enfrentam situações de violência ou violação de seus direitos. Pelo contrário, são mulheres e homens que buscam inclusão social, garantia dos direitos trabalhistas, entre outros temas relativos aos direitos que deveriam ser discutidos independente da data em questão, uma vez que a identidade travesti não “está”, ela simplesmente “é”, todos os dias do ano.

As efemérides, ou seja, datas que celebram um acontecimento ou fato importante, são comumente utilizadas por jornalistas, mas é preciso reforçar a discussão vista no capítulo 2 de que para além de datas significativas, é importante pautar as vivências trans em demais períodos a fim de evitar um tipo de silenciamento acerca desses sujeitos fora da data de celebração da visibilidade trans. Traquina (2020) chama de “hábitos mentais” as maneiras pelas quais os jornalistas são condicionados a ver o mundo e o que é ou não notícia.

Dando sequência aos temas apresentados, a matéria 5 aborda uma questão muito importante, a qual também foi discutida nesta dissertação, sobre “quem pode falar por nós?”. Segundo Benevides e Lee (2018),

Travestis e transexuais produzindo ciência sobre suas existências é uma forma de assumir de uma vez por todas que um saber é sempre posicionado e que nós (sic.) temos um lugar de onde podemos falar com autoridade e sermos reconhecidas por isto (BENEVIDES; LEE, 2018, p.3).

A matéria 5, assim como a matéria 8 e as matérias 10 a 17, publicadas no dia 29 de janeiro, buscam trazer a discussão da relevância de uma visibilidade e de empoderamento das identidades trans para que sejam vistas como sujeitos plenos ao exercício de seus direitos. Na matéria 8, por exemplo, um projeto realizado em Goiânia capacitou pessoas trans, travestis e vítimas de violência doméstica com o objetivo de trazer *“novas oportunidades de emprego a esse grupo, que sofre com o preconceito e a marginalização da sociedade”*⁵³. Já uma estudante baiana da matéria 9 criou um

⁵³ G1. **Projeto realiza formatura de trans, travestis e vítimas de violência doméstica em curso de moda e costura, em Goiânia**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/01/27/projeto-realiza-formatura-de-trans-travestis-e->

projeto de empoderamento socioeconômico para “*promover o crescimento e independência social e financeira da população de travestis e transexuais da capital baiana*”⁵⁴.

Abordar o tema do emprego e da capacitação para pessoas trans é relevante dentro da pauta da visibilidade, principalmente por trazer ao debate público o direito à garantia de um emprego justo e digno para pessoas transexuais e travestis. No Brasil, “mais de 90% da população de travestis e mulheres transexuais estão envolvidas em prostituição devido à falta de oportunidades” (BENEVIDES, 2019). Apesar da profissão “profissional do sexo” ter sido reconhecida pela Classificação Brasileira de ocupações (CBO)⁵⁵, na categoria de trabalhadores dos serviços diversos, ela ainda figura entre as profissões mais expostas a discriminação social, além do risco de contágio de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), violência e morte.

Para muitas travestis, trabalhar na formalidade pode ser um fardo, uma vez que sofrem discriminação cada vez que precisam ir ao banheiro da empresa, que são chamadas pelo nome registro que consta diferente do seu corpo ou de suas atitudes. Já em outros casos, mais comuns, “muitas oportunidades de emprego lhe são recusadas por causa da sua imagem e aparência, como se viver de forma diversa dos modelos sexuais impostos, lhe impossibilitasse profissional ou intelectualmente” (WÜNSCH, 2016, s/p).

Durante o dia 29 de janeiro, também é possível observar um cuidado maior dos jornalistas ao usar o nome social, o que é esperado em matérias que buscam reforçar a dignidade de pessoas travestis e em uma data de tamanha relevância para o movimento trans. As matérias 16 e 17, inclusive, destacam grandes mulheres trans e suas histórias de vida: Symmy Larrat, ativista e coordenadora da Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBT da Bahia e presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a maior do continente latino-americano; e Danny Barbosa, atriz e professora

[vítimas-de-violencia-domestica-em-curso-de-moda-e-costura-em-goiania.ghtml](#) Acesso em 20 jan 2023

⁵⁴ G1. **Estudante baiana cria projeto de empoderamento socioeconômico para população trans e travesti**: ‘Precisamos continuar essa luta’, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/29/estudante-baiana-cria-projeto-de-empoderamento-socioeconomico-para-populacao-trans-e-travesti-precisamos-continuar-essa-luta.ghtml> Acesso em 20 jan 2023

⁵⁵ Agência Brasil. **Projeto que regulamente atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/projeto-que-regulamenta-atividade-de-profissionais-do-sexo-esta> Acesso em 7 jan 2023

que ganhou destaque no cinema nacional após interpretar Darlene, no longa-metragem "Bacurau", lançado em 2019.

Essa quebra de narrativa sobre quem são as mulheres travestis, destacando seus feitos para que sirvam de inspiração para outras pessoas, desconstruindo a imagem estereotipada de travestis ligadas ao mundo da prostituição, é muito importante para quebrar o mito da travesti violenta e marginalizada construído por muitas pessoas cisgênero, como vimos anteriormente em Benevides e Nogueira (2020).

O ano de 2020 e 2021 ainda foi marcado por uma ameaça sanitária sem precedentes na história recente da humanidade. No dia 7 de janeiro de 2020, autoridades chinesas confirmaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) a existência de um novo tipo de coronavírus, o SARS-Cov-2, responsável por causar a doença Covid-19. Dias depois, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional⁵⁶.

A pandemia acentuou as desigualdades existentes no país. As medidas de distanciamento físico impostas para prevenção fizeram com que milhares de trabalhadores informais perdessem seus empregos, e mesmo o auxílio emergencial de 600 reais entregues a famílias em maior vulnerabilidade não foi suficiente para evitar o aumento da pobreza e da fome. Dados do II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), mostram que “no fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer” (VIGISAN, 2022)⁵⁷.

Para a comunidade LGBTQIA+ o impacto da Covid-19 foi ainda mais severo. O relatório **‘Diagnóstico LGBT+ na pandemia’**⁵⁸, publicado em junho de 2021 pelo coletivo VOTE LGBT+ em parceria com a consultoria Box1824, mostrou que

⁵⁶ OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em 7 jan 2023

⁵⁷ II VIGISAN. A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. Disponível em:

<https://olheparaafome.com.br/> Acesso em 7 jan 2023

⁵⁸ CARTA CAPITAL. **6 em cada 10 pessoas LGBT+ ficaram mais pobres durante a pandemia, mostra estudo**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/6-em-cada-10-pessoas-lgbt-ficaram-mais-pobres-durante-a-pandemia/> Acesso em 7 jan 2023

ao longo de dezoito meses de pandemia, 6 em cada 10 pessoas LGBTI+ tiveram diminuição ou perderam toda a renda. Entre as pessoas LGBTI+ desempregadas, 6 de 10 estão há mais de um ano fora do mercado de trabalho. [...] Além disso, 4 em cada 10 vivem em lares com insegurança alimentar (quando não há acesso regular ou permanente a alimentação de qualidade). Entre a população transexual, quase 6 em cada 10 correm o risco de passar fome. A pesquisa também registrou aumento significativo no sofrimento psíquico. Pouco mais da metade dos 7.709 entrevistados declararam que sua saúde mental em 2021 está pior do que em 2020 (CARTA CAPITAL, 2021).

Em decorrência do cenário de crise global agravado pela pandemia, havia a hipótese inicial na pesquisa de que a cobertura jornalística abordasse as vulnerabilidades específicas da população trans, mas como é possível observar no quadro abaixo, não apenas não foram abordadas as vulnerabilidades ampliadas em decorrência das medidas de isolamento, como o número de matérias que tratam sobre travestis na imprensa caiu praticamente pela metade.

Quadro 4 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “travesti” em 2021

Ano	Nº	Data	Título
2021	1	7-jan.	Justiça aceita denúncia contra segurança de shopping de Maceió por impedir travesti de usar banheiro feminino
	2	7-jan.	Justiça nega pedido de indenização a associação de travestis por frases do deputado Douglas Garcia na Alesp
	3	12-jan.	'Mães pela diversidade' fazem caminhada pedindo justiça pela morte de garota trans em Camocim, no Ceará
	4	28-jan.	Prefeitura de Petrolina realiza mapeamento virtual e presencial da população trans da cidade
	5	29-jan.	Bandeira do movimento trans é hasteada pela 1ª vez na Câmara Municipal de Araraquara
	6	29-jan.	Lei garante uso do nome social de pessoas trans e travestis em lápides de túmulos no DF
	7	29-jan.	Mulheres trans paraenses relatam cotidiano de luta por direitos
	8	29-jan.	Dia da Visibilidade Trans: senhoras contam desafios e conquistas do envelhecer no DF
	9	29-jan.	Maranhenses transgêneros falam sobre os desafios da busca pela própria identidade

Fonte: Autora (2022)

Em janeiro de 2021 a pandemia ainda estava muito presente na vida dos brasileiros, com cerca de 22.105 mil mortes registradas apenas durante o mês⁵⁹. No entanto, as pautas do **G1** mantiveram o teor político do ano anterior, sendo a matéria

⁵⁹ G1. Janeiro ultrapassa dezembro em número de mortes por Covid-19, indicam secretarias de Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/25/janeiro-ultrapassa-dezembro-em-numero-de-mortes-por-covid-19-indicam-secretarias-de-saude.ghtml> Acesso em 7 jan 2023

1 a da continuidade do caso ocorrido em 3 de janeiro de 2020, em que Lanna Hellen foi impedida de usar o banheiro feminino por seguranças de um shopping em Maceió.

Mesmo que o aceite da denúncia por parte da Justiça tenha acontecido apenas um ano depois do fato, a matéria não faz menção ao ocorrido, novamente usando da neutralidade. O Manual de Redação do Estadão (1997) defende que o jornalista deve evitar a “antinotícia”, ou seja, deve “explicar sempre o que aconteceu, em vez do que não aconteceu. Haverá sempre uma forma positiva — basta procurá-la — de transmitir a informação ao leitor, seja no *lead*, seja no título” (ESTADÃO, 1997, p.38).

Segundo decisão do juiz Thiago Augusto Lopes de Moraes, da 14ª Vara Criminal de Alagoas, a “denúncia contém a descrição dos fatos criminosos imputados ao acusado, com a pontuação de provas da materialidade e de indícios contundentes de autoria em desfavor deste”⁶⁰. A objetividade jornalística foi mantida pela decisão apresentada em discurso direto, com a “exata reprodução das palavras do enunciador citado” (MAINGUENEAU, 2013, p.182).

Ainda publicada no dia 7 de janeiro, a notícia 2 relata que a justiça negou o “pedido de indenização a associação de travestis por frases do deputado Douglas Garcia na Alesp”⁶¹, a Assembleia Legislativa de São Paulo. O deputado, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um entre os partidos mais fiéis ao ex-presidente da República Jair Bolsonaro⁶², proferiu segundo a ANTRA, “frases agressivas e de discurso de ódio durante discussão no plenário da Alesp de projeto sobre gênero de atletas em competições esportivas”.

O *lead* explica que o juiz Christopher Alexander Roisin, da 11ª Vara Cível de São Paulo, negou o pedido de indenização sob a alegação de que o parlamentar possui imunidade “prevista na Constituição, podendo se manifestar livremente sobre os assuntos em plenário”, e relatou que a ANTRA havia sido procurada sobre o caso e que não havia retornado até o momento da publicação.

⁶⁰ G1. **Justiça aceita denúncia contra segurança de shopping de Maceió por impedir travesti de usar banheiro feminino**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/01/29/sem-oportunidades-de-trabalho-transexuais-encontram-alternativa-no-empresariado.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁶¹ G1. **Justiça nega pedido de indenização a associação de travestis por frases do deputado Douglas Garcia da Alesp**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/07/justica-nega-pedido-de-indenizacao-a-associacao-de-travestis-por-frases-do-deputado-douglas-garcia-na-alesp.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁶² COSTA, Sylvio. **Exclusivo**: os partidos mais fiéis a Bolsonaro na Câmara. Congresso em Foco, 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/exclusivo-os-partidos-mais-fieis-a-bolsonaro-na-camara/> Acesso em 7 jan 2023

O Projeto de Lei (PL) 346/2019, ao qual se referia o deputado Douglas Garcia, estabelece que o sexo biológico é o único critério para definir o gênero de atletas em competições em São Paulo, o que é contestável sob o olhar de autoras feministas e transfeministas, a exemplo de Butler (2021) e Nascimento (2020), que defendem a redefinição da equiparação entre gênero e biologia, uma vez que não há corpo que não seja interpretado por meio de significados culturais, ou seja, não há nenhum tipo de garantia de que o ser mulher está ligado à fêmea.

A ANTRA alega em processo que o réu usou *“de argumentos transfóbicos e proferiu verdadeiro discurso de ódio”*, incitando inclusive a violência física caso *“encontrasse uma mulher transexual ou travesti no mesmo banheiro que sua irmã ou mãe frequenta tiraria na base da ‘porrada’, do ‘tapa’ e que depois chamaria a polícia, qualificando toda uma coletividade transexual como criminosa.”* É possível observar no relato feito pela ANTRA que o deputado relaciona o uso do banheiro feminino com um ato criminoso, e ainda incita a violência física ao se referir a *“porrada”* e *“tapa”* como uma forma de repressão à livre expressão da identidade travesti.

O discurso proferido por Douglas Garcia reforça a insegurança enfrentada diariamente por milhares de travestis inseridas em um ciclo de exclusão e violência. Como explica Benevides e Nogueira (2020), a omissão do Estado em coibir este tipo de discurso e garantir o bem-estar social dessa população leva à marginalização, e conseqüentemente à morte. Ao sentenciar que o deputado pode proferir palavras e opiniões que incitam o ódio transfóbico, sob a alegação de imunidade parlamentar, o juiz usa dos dispositivos de controle para reforçar estigmas e se valer do *“normal e do anormal”* para exercício do poder.

O jornalista poderia contrapor a afirmação preconceituosa buscando uma fonte que estuda a questão sob o ponto de vista social, como, por exemplo, a ANTRA. Isso principalmente porque, como vimos, os princípios editoriais das organizações Globo incentivam a confirmação de informações pelo maior número de fontes possível. Neste caso em específico, o **G1** apenas relata a sentença do juiz, silenciando possibilidades de contra argumentação a respeito da importância do respeito à população travesti e transexual.

Ainda no âmbito político, em contrapartida, a matéria 5 destaca que na Câmara Municipal de Araraquara a bandeira do movimento trans foi hasteada pela primeira vez em celebração ao **Dia Nacional da Visibilidade Trans**. O hasteamento foi realizado pela primeira vereadora trans da cidade, Filipa Brunelli do Partido dos

Trabalhadores (PT). Em relato da própria vereadora é possível observar um discurso relacionado à importância da participação de travestis e transexuais nos espaços de decisão, como vemos no trecho abaixo.

*"Pela primeira vez na história da Câmara Municipal, hasteamos a bandeira junto com as bandeiras oficiais do município. Para nós, é um momento muito importante, quem vem de uma minoria política sabe do que estou falando que é o empoderamento e ocupação desses espaços", disse a vereadora durante uma transmissão feita em uma rede social*⁶³.

Ao usar a expressão *"sabe do que estou falando"* para se referir à presença da minoria de transexuais na política, é possível inferir um elemento definido por Maingueneau (2013) como interdição, ou seja, "não se trata simplesmente de um enunciado verbal: ele possui aqui um certo valor pragmático, isto é, pretende instituir uma certa relação com o seu destinatário" (MAINGUENEAU, 2013, p.23). Ao gerar uma identificação com o público da *"minoria política"*, a vereadora expressa a constante dificuldade de representação de pessoas transexuais e travestis nos espaços de decisão, uma vez que a supervalorização do binarismo biológico ainda torna difícil para que transexuais acendam em espaços de poder, como vimos anteriormente na discussão sobre o PL.

Outro destaque político se faz necessário ao observar que as matérias 4 e 6 tratam, respectivamente, de um mapeamento virtual e presencial da população trans realizado pela Prefeitura de Petrolina⁶⁴, e da implementação de uma lei no Distrito Federal (DF) que garante o uso do nome social de pessoas trans e travestis em lápides de túmulos.

Por mais banais que algumas discussões possam parecer para a população cisgênero, para a população de transexuais e travestis ela representa um importante passo na garantia do direito de exercer sua plena liberdade de expressão de identidade. Nesse sentido, noticiá-las representa um grande passo para levar um debate da esfera midiática à esfera pública e política, incentivando que cada vez mais seja garantida a dignidade da população de transexuais e travestis. O jornalista

⁶³ G1. **Bandeira do movimento trans é hasteada pela 1ª vez na Câmara Municipal de Araraquara**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/01/29/bandeira-do-movimento-trans-e-hasteada-pela-1a-vez-na-camara-municipal-de-araraquara.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁶⁴ G1. **Prefeitura de Petrolina realiza mapeamento virtual e presencial da população trans na cidade**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2021/01/28/prefeitura-de-petrolina-realiza-mapeamento-virtual-e-presencial-da-populacao-trans-da-cidade.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

cumprir parte do seu papel crítico ao trazer elementos que permitam ao leitor refletir sobre as discriminações sofridas diariamente pela população trans.

Ao noticiar o mapeamento realizado pela prefeitura de Petrolina, o **G1** amplia a visibilidade da ação e permite que mais pessoas tenham conhecimento sobre a necessidade de preenchimento do formulário virtual disponibilizado pela Secretaria Executiva de Juventude, Direitos Humanos, Mulher e Acessibilidade. Já ao noticiar a garantia do nome social em lápides de túmulos no Distrito Federal, o **G1** abre espaço para a discussão trazida por Butler (2020) de que

a mobilização de um luto público se alia a uma oposição militante diante da injustiça. E assim como nos opomos à violência através da nossa dor e da nossa raiva, estamos praticando a não-violência quando lamentamos e militamos contra a continuação da violência e da destruição (BUTLER, 2020).

Um outro ganho em destaque na matéria é que as famílias de pessoas trans que faleceram anteriormente podem requisitar a inclusão do nome social nas lápides e nos documentos relacionados ao óbito. O projeto do deputado distrital Fábio Félix do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), *“tem o objetivo de evitar maior sofrimento para as famílias e garantir o respeito à memória de pessoas trans”*. O PL recebeu ainda o nome de Victoria Jugnet, mulher trans que faleceu em 2019 e teve o pedido da família de incluir o nome social no atestado de óbito negado.

Na matéria 3, que tem como título *“‘Mães pela diversidade’ fazem caminhada pedindo justiça pela morte de garota trans em Camocim, no Ceará”*⁶⁵, o jornalista novamente se atém à objetividade, usando de “garota trans” para se referir à adolescente morta aos 13 anos de idade, Keron Ravach. Ao usar a expressão impessoal, o jornalista perde a oportunidade de trazer uma visão humanizada para a pauta, e ainda destaca logo no intertítulo que a morte violenta aconteceu em decorrência de *“pauladas, chutes e socos”*, como podemos conferir no texto abaixo, extraído da matéria.

“Keron foi morta a pauladas, chutes e socos por um adolescente de 17 anos, em um terreno baldio no Bairro Apossados. Conforme as investigações policiais, ela foi assassinada após cobrar uma dívida de R\$ 50 do suspeito, pagamento de um encontro sexual. O suspeito foi apreendido e transferido para um Centro Socioeducativo de Sobral. Ele confessou o crime e afirmou que não tinha dinheiro para pagar a dívida”.

⁶⁵ G1. **'Mães pela diversidade' fazem caminhada pedindo justiça pela morte de garota trans em Camocim, no Ceará**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/12/maes-pela-diversidade-fazem-caminhada-pedindo-justica-pela-morte-de-garota-trans-em-camocim-no-ceara.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

Sob a ótica da subjetividade, é papel do jornalista buscar novos enquadramentos para tratar de determinados grupos como pessoas trans, sem utilizar do exotificante e da violência como ponto de partida. “Nessas lentes opacas e enquadramentos repletos de reduções [...], o jornalismo, mesmo de maneira não intencional, promove a manutenção de violência de vários níveis” (MORAES, 2019, p.21). Além disso, como vimos em Traquina (2020b) no capítulo 2, o valor-notícia do conflito ou controvérsia, geralmente relacionado à violência, possui uma forte importância enquanto notícia, o que reforça o discurso do ciclo de violência ao qual as pessoas trans estão inseridas.

Em 2021, as matérias publicadas pelo **Dia Nacional da Visibilidade Trans** também seguiram o padrão visto em 2020, mas caíram drasticamente em quantidade. Recurso usado novamente pelos jornalistas foram os formatos de perfis de mulheres que lutam pela garantia de direitos da população trans. As matérias 7, 8 e 9 refletem esta quebra de narrativa sobre as identidades trans baseadas em estereótipos, mas ainda cabe ressaltar que muitas vezes a troca do termo travesti para transexual é usada como recurso jornalístico em busca de maior aceitação entre a população, uma vez que travesti ainda é um termo usado de forma pejorativa para se referir àquelas que trabalham na prostituição.

Um exemplo é a matéria *“Maranhenses transgêneros falam sobre os desafios da busca pela própria identidade”*⁶⁶. Apesar de aparecer na categoria travesti, o jornalista opta pelo termo transexual logo no título para se referir a todas as personagens, sendo “travesti” apenas citado em relação a campanha que deu início à data da visibilidade trans. Na matéria 9 o **G1** traz histórias de mulheres que envelheceram para além da expectativa de vida de 35 anos de idade para transexuais no Brasil, e a palavra travesti aparece na fala de Bianca, servidora do Distrito Federal de 51 anos, que lembra do seu processo de transição, como vemos no trecho abaixo.

“Sabia que era diferente dos homens gays, mas o termo travesti era muito marginalizado. Porém, comecei a ver outras na televisão e dei início ao processo de hormonização”. A mulher relata que passou por vários tipos de situações desconfortáveis após esse período, como resistência para ser

⁶⁶ G1. **Maranhenses transgêneros falam sobre os desafios da busca pela própria identidade**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/01/29/maranhenses-transgeneros-falam-sobre-os-desafios-da-busca-pela-propria-identidade.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

*chamada pelo nome social, situações constrangedoras ao entrar no banheiro, entre outras*⁶⁷.

O tema da velhice de travestis é pouco abordado nos jornais, e até no meio acadêmico por dois motivos principais. Primeiro porque a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, segundo o IBGE, é de 35 anos. Segundo, porque “as travestis em processo de envelhecimento sofrem dupla estigmatização: pelo fato de estarem envelhecendo e por estarem vivendo como travestis” (ANTUNES; MERCADANTE, 2011, p.112). Na sociedade atual é comum ver o culto à juventude afetar também a mulheres cisgênero. No entanto, para travestis que alcançam o privilégio de envelhecer no país que mais mata travestis e transexuais em todo o mundo, o processo de envelhecimento é ainda pior, “já são consideradas diferentes em qualquer faixa etária da vida. [...] Idosos não travestis são aceitos conforme disfarçarem melhor as marcas da velhice. A travesti idosa, porém, [...] não será aceita, pois ainda será travesti” (ANTUNES; MERCADANTE, 2011, p.118).

Relatos usados em discurso direto na matéria retratam bem esta realidade. Como o trecho extraído que remete a uma fala de Andreia da Silva, de 66 anos, que conta que *"a maioria das minhas amigas dos anos 80 e 90, hoje, não existe mais"*. Outro trecho, de Bianca Moura, de 51 anos, relewa que *"a minha trajetória é essa. Não vou dizer que foi fácil. Tive que dar a volta por cima e engolir seco várias vezes"*.

Mas se para o buscador “travesti”, mesmo no que se refere à direitos humanos, é possível identificar a clara denominação dos sujeitos como travesti no título apenas nas pautas relacionadas à violência física ou verbal, busca por justiça frente à desaparecimentos ou discriminações e constrangimentos, é possível observar que no buscador “transexual” há uma quebra de narrativa, ainda fruto da ideia de um perfil socialmente aceito relacionada à identidade transexual, como vimos anteriormente no capítulo 2.

No quadro 5, apresentada abaixo, listamos as 30 matérias encontradas no ano de 2020, número maior do que o de matérias encontradas em 2020 ou 2021 pelo buscador “travesti”. Um ponto que chama a atenção é que algumas matérias se repetem em ambos os marcadores, mas entre as que não se repetem, a maior parte delas trata sobre a reivindicação de pessoas trans para o direito a exercer sua

⁶⁷ G1. **Dia da Visibilidade Trans: senhoras contam desafios e conquistas do envelhecer no DF**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-senhoras-do-df-contam-desafios-e-conquistas-do-envelhecer.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

identidade em espaços como o mercado de trabalho, ou o direito ao estudo, com reivindicação para a garantia do uso do nome social em universidades, temas que não vimos anteriormente no marcador “travesti”.

Quadro 5 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	3-jan.	Mestrado em letras da UFT oferece cotas para LGBTI no Tocantins pela 1ª vez
	2	4-jan.	Travesti denuncia que foi impedida de usar banheiro feminino em shopping de Maceió ⁶⁸
	3	4-jan.	Governador determina 'apuração rigorosa' sobre o caso da travesti impedida de utilizar banheiro de shopping em Maceió*
	4	6-jan.	Travesti que denunciou ser impedida de entrar em banheiro feminino entra com ação por danos morais contra shopping de Maceió*
	5	13-jan.	Associação realiza programação alusiva ao dia da visibilidade trans em RR
	6	22-jan.	Casa de shows é condenada a pagar R\$ 4 mil por impedir entrada de mulher trans no interior de SP
	7	22-jan.	Isso fere o orgulho e a dignidade', diz mulher trans abordada por seguranças em banheiro feminino no DF
	8	24-jan.	Ministério Público investiga seguranças que abordaram mulher trans em banheiro feminino no DF
	9	24-jan.	Juiz aplica Lei Maria da Penha em favor de transexual agredida em Arapiraca
	10	25-jan.	'Quem pode falar por nós?' é tema de encontro de travestis e transexuais em Santarém*
	11	27-jan.	Projeto realiza formatura de trans, travestis e vítimas de violência doméstica em curso de moda e costura, em Goiânia*
	12	27-jan.	MP-AL cobra explicações sobre conduta da polícia no caso da travesti impedida de usar banheiro de shopping em Maceió*
	13	28-jan.	Roda de conversa celebra Dia da Visibilidade Trans em Volta Redonda
	14	28-jan.	GDF define regras para tratamento de jovens LGBTQI em unidades de internação
	15	29-jan.	Da prostituição à liderança nacional LGBTI: Symmy Larrat revisita sua trajetória e fala de desafios no Dia da Visibilidade Trans*
	16	29-jan.	Sem oportunidades de trabalho, transexuais encontram alternativa no empreendedorismo*
	17	29-jan.	No Dia da Visibilidade Trans, advogado tira dúvidas sobre direitos de transexuais
	18	29-jan.	Transexuais na PB enfrentam preconceito e restaurante dá emprego: 'Essa família me adotou'
	19	29-jan.	Campos, RJ, recebe 'Segunda Semana da Visibilidade Trans' a partir desta quarta
	20	29-jan.	Sou trans, você me abraçaria?': ação conquista mais de 100 abraços pelas ruas no Dia da Visibilidade Trans*
	21	29-jan.	Ação cadastra currículos de trans e travestis para inserção no mercado de trabalho em Teresina

⁶⁸ Matérias com asterisco estão identificadas como matérias que se repetem em ambos os buscadores. Elas podem ser mencionadas de forma repetida em ambos os marcadores ou não durante a análise.

22	29-jan.	Estudante baiana cria projeto de empoderamento socioeconômico para população trans e travesti: 'Precisamos continuar essa luta'
23	29-jan.	Feira de empregos e serviços para população LGBT acontece em João Pessoa nesta quarta-feira
24	30-jan.	Estado dos EUA debate lei que pune com prisão médicos que tratarem adolescentes transexuais
25	31-jan.	Detentos transexuais garantem direito de usar nome social em penitenciária do Amazonas
26	13-fev.	Travestis e transgêneros podem usar nome social em concursos no DF
27	13-fev.	Família de transexual encontrada morta em SP tenta trazer corpo para o Ceará, diz amigo
28	13-fev.	Defensoria pede transferência de presas transexuais para presídios femininos de Rondônia
29	18-fev.	Mutirão de Retificação registra nome e gênero de transexuais em Goiânia
30	27-fev.	Primeira transexual da FAB ganha na Justiça direito a permanecer em imóvel funcional em Brasília

Fonte: Autora (2022)

A matéria 1 que se refere a transexuais já mostra uma clara diferença de abordagem. Enquanto com o marcador travesti, Lanna sofreu uma violência física e verbal ao ser retirada do banheiro no shopping em Maceió, com o marcador transexual vemos o destaque para a importante política de cotas que permitirá à população LGBTI acessar o Mestrado em Letras na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Segundo a ANTRA (2020b), estima-se que cerca de 70% das pessoas trans não concluiu o ensino médio e apenas 0,02% encontram-se no ensino superior. Assim, “as cotas cumprem um papel de inserir e garantir a continuidade de pessoas trans na universidade” (ANTRA, 2020b).

Logo após a apresentação do título, o repórter identifica que serão “disponibilizadas 62 vagas, sendo 10% destinadas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos”⁶⁹. Cabe questionar que, se a menção a pessoas travestis aparece no texto, porque a matéria não aparece ao buscar pelo marcador travesti no Portal **G1**? Em discussão recente, pesquisadores começaram a denunciar casos de discriminação em algoritmos⁷⁰ na internet, o que pode ser uma hipótese para a perpetuação da ideia da travesti como sujeito marginalizado em relação à transexual e sua passabilidade frente à sociedade heterocisnormativa. Segundo Peres et. Al (2021), pesquisadores atentos à questão da presença de preconceito em algoritmos

⁶⁹ G1. **Mestrado em letras da UFT oferece cotas para LGBTI no Tocantins pela 1ª vez**, 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/01/03/mestrado-em-letras-da-uft-oferece-cotas-para-lgbti-no-tocantins-pela-1a-vez.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁷⁰ “Algoritmo, de uma maneira simplificada, é uma sequência de passos – comumente chamado de “receita” – para executar-se uma tarefa ou resolver um problema” (RIBEIRO, 2021, p.32)

mostraram que isso impede que os resultados gerados sejam justos, contribuindo, inclusive, para a perpetuação de preconceitos históricos como o racismo e o sexismo (PERES et. Al, 2021, p.4).

Retomando o tema do banheiro enquanto pauta jornalística, a matéria 7 tem como título “*‘Isso fere o orgulho e a dignidade’, diz mulher trans abordada por seguranças em banheiro feminino no DF*”⁷¹. Primeiro o jornalista expõe uma aspa, e apenas depois faz referência à transexualidade da personagem no título da matéria. Apesar de novamente vermos um caso de violação do direito de escolha ao uso do banheiro, dessa vez o jornalista usa uma citação de Evelyn Pereira logo no título: “*Isso fere o orgulho e a dignidade*”. O “isso” em questão faz referência à abordagem realizada por seguranças no banheiro. Aqui, segundo Maingueneau (2013), vemos um claro uso de discurso direto, geralmente escolhido discursivamente com o objetivo de

criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; distanciar-se, seja porque o enunciador não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume; seja porque o enunciador quer explicitar, por intermédio do discurso direto, sua adesão respeitosa ao dito, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e suas próprias palavras (citação de autoridade); mostrar-se objetivo, sério (MAINGUENEAU, 2013, p.183).

A transcrição de um trecho do vídeo gravado durante a abordagem realizada pelos seguranças no Distrito Federal (DF) também ratifica o uso do discurso direto como uma ferramenta jornalística de apresentação dos fatos, mas a inclusão de intertítulos chamados “repúdio” e “uso de banheiros por trans” apresentam o contraponto da importância da garantia de pleno exercício de direitos, como vimos anteriormente. Na matéria 8, do dia 24 de janeiro, novamente o tema vem à tona, com a cobrança do Ministério Público (MP) para a investigação do caso tal qual a cobrança feita por Alagoas no caso de Lanna. No entanto, vale destacar que o jornalista inclui as informações novas por parte do MP em três parágrafos no início da matéria, e utiliza do conteúdo exatamente igual à matéria anterior para situar o leitor quanto ao caso, recurso inclusive instruído pelo Manual de Redação do Estadão (1997), com o objetivo de situar o leitor a respeito do tema que vem sendo abordado.

⁷¹ G1. **'Isso fere o orgulho e a dignidade', diz mulher trans abordada por seguranças em banheiro feminino no DF**, 20210. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/22/isso-fere-o-orgulho-e-a-dignidade-diz-mulher-trans-abordada-por-seguranças-em-banheiro-feminino-no-df.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

A cobrança por direitos também aparece na matéria 6, intitulada “Casa de shows é condenada a pagar R\$ 4 mil por impedir entrada de mulher trans no interior de SP”⁷², e na matéria 9, em que “Juiz aplica Lei Maria da Penha em favor de transexual agredida em Arapiraca”⁷³. A segunda matéria chama a atenção pelos valores-notícia da relevância e da novidade, pois a decisão abre precedente para outras pessoas trans que sofrerem agressões reivindicarem seus direitos compatíveis ao gênero que exercem.

Na matéria a respeito da mulher trans agredida, ainda não é possível afirmar se o jornalista usou *ipsis litteris*⁷⁴ o relato da entrevistada apresentado abaixo, mas o uso da expressão “reagente para o HIV”, segundo o Guia de Terminologia do UNAIDS (2017)⁷⁵, não é o termo adequado. Indica-se a utilização de “pessoas vivendo com HIV”, pois o termo reflete “o fato de que as pessoas com HIV podem continuar a viver bem e de forma produtiva por muitos anos” (UNAIDS, 2017, p.32).

De acordo com a vítima, ela criou e educou como filho um homem que casou com uma das acusadas. Elas teriam ido até sua residência para destratar-la com ofensas homofóbicas. Ainda segundo a vítima, durante a discussão, as rés a agrediram fisicamente e ela não teve como revidar porque tem sérios problemas de saúde, já que é reagente para o HIV.

Fazer a menção correta a pessoas vivendo com HIV é importante, uma vez que “o UNAIDS considera que os gays e outros homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo e seus clientes, pessoas trans e pessoas que usam drogas injetáveis são as quatro principais populações-chave em relação ao HIV” (UNAIDS, 2017, p.18). O termo “populações-chave” deve ser usado no lugar de “grupos de risco”, pois o segundo termo “pode criar um falso senso de segurança entre pessoas que têm comportamentos de risco, mas não se identificam com tais grupos, além de poder aumentar o estigma e a discriminação [...]” (UNAIDS, 2017, p.30).

⁷² G1. **Casa de shows é condenada a pagar R\$ 4 mil por impedir entrada de mulher trans no interior de SP**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/22/casa-de-shows-e-condenada-a-pagar-r-4-mil-por-impedir-entrada-de-mulher-trans-no-interior-de-sp.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁷³ G1. **Juiz aplica Lei Maria da Penha em favor de transexual agredida em Arapiraca**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/24/juiz-aplica-lei-maria-da-penha-em-favor-de-transexual-agredida-em-arapiraca.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁷⁴ *Ipsis verbis* e *ipsis litteris* são expressões latinas que significam “pelas mesmas palavras” e “pelas mesmas letras”, respectivamente. Fonte: <https://www.significados.com.br/ipsis-verbis-e-ipsis-litteris/>

⁷⁵ UNAIDS. **Guia de Terminologia do UNAIDS**, 2017. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf Acesso em 11 de janeiro de 2023

Ainda no âmbito da garantia dos direitos humanos, a matéria do dia 28 de janeiro apresenta as novas regras estabelecidas pelo Distrito Federal (DF) “*para tratamento de jovens LGBTQI em unidades de internação*”⁷⁶, que prevê “*uso do nome social, escolha de uniforme e revista por agente do sexo feminino. Também proíbe servidores de cometerem atos preconceituosos*”. O jornalista apresenta os fatos respeitando os pronomes específicos de cada população e traz ainda de forma didática um intertítulo (ou entretítulo) com o que muda com a nova portaria. Segundo Lage (2005), entretítulos (ou intertítulos) geralmente são incluídos dando intervalos entre pelo menos dois parágrafos, e “ajudam a leitura, suprimindo a impressão de densidade (e, portanto, de leitura cansativa) do texto” (LAGE, 2005, p.79).

A matéria 25, do dia 31 de janeiro, também trata da mesma garantia para pessoas trans, mas dessa vez em penitenciárias do Amazonas. Chama a atenção, no entanto, que o jornalista usa o pronome masculino “detentos” no título, e insiste no uso do pronome masculino logo no primeiro parágrafo do texto para se referir às mulheres trans: “*Dois internos transexuais do sistema penitenciário do Amazonas tiveram os documentos de identificação pessoal alterados para os nomes sociais desejados. [...]*”⁷⁷. Ao longo do texto o uso masculino se mantém. Importante observar que se no dia 29 de janeiro, Dia da Visibilidade Trans, nenhuma matéria usa pronome masculino, mas dois dias depois já novamente vemos o ciclo de violência sendo reproduzido em notícias do **G1**.

Como mencionado, no **Dia Nacional da Visibilidade Trans** o número de matérias volta a crescer, seguindo a mesma tendência do buscador “travesti”. Se fora da data em questão vemos o máximo de duas matérias por dia, no dia 29 foram contabilizadas nove matérias publicadas. Dentre elas, quatro repetem matérias citadas no buscador “travesti”, e das outras cinco, três tratam o tema da inclusão no mercado de trabalho, uma destaca um evento e outra traz um advogado para tirar dúvidas sobre os direitos da população trans. Todas essas pautas caem novamente no que Traquina (2020) chama de “hábitos mentais”, sem propor um debate sobre a importância de uma nova narrativa para a identidade e vivência trans.

⁷⁶ G1. **GDF define regras para tratamento de jovens LGBTQI em unidades de internação**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/28/gdf-define-regras-para-tratamento-de-jovens-lgbtqi-em-unidades-de-internacao.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁷⁷ G1. **Detentos transexuais garantem direito de usar nome social em penitenciária do Amazonas**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/01/31/detentos-transexuais-garantem-direito-de-usar-nome-social-em-penitenciarias-do-am.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

A matéria 18, por exemplo, se propõe a debater a importância da garantia do emprego para pessoas trans, mas ambas as aspas destacadas no texto focam na experiência da identificação com a nova identidade de gênero, e não na questão do emprego em si, como é possível ver no trecho:

“Desde pequena, na minha cabeça, eu já era mulher. Mas eu não podia assumir porque minha família não ia aceitar como era’, disse Júlia”. O mesmo se repete no trecho “Para mim, foram muitas mudanças, eu olho minha foto como menino e agora como menina, é totalmente diferente. Hoje eu tô (sic.⁷⁸) lá em cima, porque antigamente eu não vivi como tô (sic.) vivendo agora, com autoestima renovada’, revelou Júlia”⁷⁹.

Ainda nas outras duas matérias que falam sobre emprego, o jornalista se limita a descrever a ação e passar o chamado jornalismo de serviço, com informações básicas como data, hora e local da feira de empregos e da ação de cadastro de currículos, sem problematizar o que realmente significa para uma pessoa trans a exclusão do mercado de trabalho. Segundo Vaz (2009), “o termo jornalismo de serviço pode ser considerado como uma redundância, já que o jornalismo, em sua essência, tem o propósito de prestar serviço à sociedade” (VAZ, 2009, p.41). No entanto, a definição trata principalmente do jornalismo que tem como “proposta principal oferecer a informação que o receptor necessita ou que poderá se tornar necessária em algum momento” (VAZ, 2009, p.41).

No mês de fevereiro de 2020, cinco matérias foram encontradas. A matéria 26 trata da regulamentação por parte do Distrito Federal (DF) para o uso de nome social em concursos, e a matéria 29 oferece informações básicas sobre um mutirão de ratificação de nome e gênero no documento de identificação em Goiânia (GO). Novamente é possível identificar o formato do jornalismo de serviço, uma vez que se propõem a trazer apenas informações básicas, a exemplo do *lead* da matéria sobre o mutirão de Goiânia (GO):

“A Prefeitura de Goiânia realiza nesta terça (18) e quarta-feira (19) o 2º Mutirão de Retificação para alterar o nome e o gênero no registro civil de

⁷⁸ Linguagem coloquial usada pelo jornalista.

⁷⁹ G1. **Transexuais na PB enfrentam preconceito e restaurante dá emprego:** 'Essa família me adotou', 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/29/transexuais-na-pb-enfrentam-preconceito-e-restaurante-da-emprego-essa-familia-me-adotou.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

*transexuais, em Goiânia. Além da alteração do registro, o mutirão vai oferecer serviços jurídicos e de saúde. Os serviços são gratuitos.*⁸⁰

No dia 13 de fevereiro, o tema da inclusão de pessoas transexuais em sistemas penitenciários e presídios volta à pauta. A defensoria de Rondônia pediu a transferência de pessoas trans para presídios femininos, sob a alegação de que “as mulheres transexuais sofrem violações ao serem levadas para presídios masculinos, pois passam por procedimentos destinado a homens, como a raspagem do cabelo, por exemplo”⁸¹. Aqui, o uso do discurso direto volta a ser usado de forma recorrente pelo jornalista, principalmente ao se referir às decisões judiciais e recomendações por parte da defensoria pública. No entanto, cabe destacar que novamente o que vemos são as pessoas trans sendo silenciadas e referenciadas pelo olhar dos outros, já que o jornalista não trouxe a fala de uma pessoa trans.

E se a pauta da violência física aparece logo nos primeiros dias de janeiro para o buscador “travesti”, a pauta da violência ligada ao buscador “transexual” aparece apenas no dia 13 de fevereiro, quando o **G1 Ceará** publica a matéria “*Família de transexual encontrada morta em SP tenta trazer corpo para o Ceará, diz amigo*”⁸². Katarina Silva foi encontrada com marcas de facadas, e o jornalista destaca o relato de um amigo sobre como “*ela era simpática, alegre, muito amiga de todos*”.

Assim como vimos nas matérias anteriores, o jornalista limita-se a descrever a investigação da morte, mencionando que “*informações de testemunhas indicam que a transexual estava fazendo programas na região quando foi abordado por um homem em um veículo vermelho, que tentou roubá-la, atingindo-a com facadas*”. Segundo o **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**, chama a atenção o fato de que “pelo menos 78% dos assassinatos foram direcionados contra travestis e mulheres trans profissionais

⁸⁰ G1. **Mutirão de Retificação registra nome e gênero de transexuais em Goiânia**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/02/18/mutirao-de-retificacao-registra-nome-e-genero-de-transexuais-em-goiania.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁸¹ G1. **Defensoria pede transferência de presas transexuais para presídios femininos de Rondônia**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/13/defensoria-pede-transferencia-de-presas-transexuais-para-presidios-femininos-de-rondonia.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁸² G1. **Família de transexual encontrada morta em SP tenta trazer corpo para o Ceará diz amigo**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/13/familia-de-transexual-encontrada-morta-em-sp-espera-translado-do-corpo-para-o-ceara-diz-amigo.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem [...]” (ANTRA, 2022).

Por fim, a matéria 30, do dia 27 de fevereiro, conta a história de Maria Luiza da Silva, primeira transexual das Forças Aéreas Brasileiras (FAB) que ganhou na Justiça o direito de permanecer em imóvel funcional em Brasília, após ter sido afastada de suas funções por ser considerada ‘incapaz’ de realizar o serviço militar em decorrência da cirurgia de redesignação sexual.⁸³ O fator inesperado da presença de uma transexual em um ambiente como as Forças Armadas pode ser avaliado como o valor-notícia pelo qual Maria Luiza ganhou notoriedade e uma reportagem inteira sobre a discriminação que passou, já que todos os dias transexuais e travestis passam por situações de discriminação em outros ambientes de trabalho e não são colocadas em destaque nos jornais.

Passando para o ano de 2021, no quadro 6, um fator que chama a atenção é o fato de aparecerem quatro matérias logo no dia 1º de janeiro de 2021. Apesar de nenhuma delas fazer menção à transexuais no título, todas fazem referência no texto interno à vereadora Erika Hilton, primeira mulher trans eleita nominalmente a ocupar a Câmara Municipal de São Paulo.

Um mapeamento realizado no portal “Eleições 2020” da ANTRA mostrou que em 25 estados havia 294 candidaturas trans, sendo 30 candidaturas coletivas e apenas 2 para prefeitura e 1 para vice prefeitura. Além disso, 263 candidaturas eram de travestis e mulheres trans, outras 19 candidaturas de homens trans e 12 candidatos/as com outras identidades trans⁸⁴. Destas candidaturas, 30 foram eleitas, um aumento de 275% em relação a 2016, quando foram eleitas apenas oito⁸⁵, mas ainda pouco expressivo em relação ao número total de candidaturas.

⁸³ G1. **Primeira transexual da FAB ganha na Justiça direito a permanecer em imóvel funcional em Brasília**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/27/primeira-transexual-da-fab-ganha-na-justica-direito-a-permanecer-em-imovel-funcional-em-brasilia.ghtml>

Acesso em 24 jan 2023

⁸⁴ ANTRA. Eleições 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/> Acessado em 11 jan 2023

⁸⁵ G1. Quem são os vereadores trans eleitos em 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/11/20/quem-sao-os-vereadores-trans-eleitos-em-2020.ghtml> Acesso em 30 jan 2023

Quadro 6 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Título
2021	1	1-jan.	Milton Leite é eleito presidente da Câmara Municipal de SP; vereador teve a campanha mais cara na cidade, gastando R\$ 2,5 milhões
	2	1-jan.	Bruno Covas e vereadores tomam posse em São Paulo; veja lista de eleitos
	3	1-jan.	Posse dos 55 vereadores de SP é marcada por protesto em favor da vacina contra a Covid-19
	4	1-jan.	Bruno Covas toma posse em SP e diz que prioridade é combater desigualdades e avanço da Covid-19 na cidade
	5	7-jan.	Justiça nega pedido de indenização a associação de travestis por frases do deputado Douglas Garcia na Alesp*
	6	12-jan.	Mães pela diversidade' fazem caminhada pedindo justiça pela morte de garota trans em Camocim, no Ceará*
	7	15-jan.	PodParaná #8: Toni Reis conta como saiu da busca por 'cura' de homossexualidade para endossar luta por direitos
	8	16-jan.	Polícia abre inquérito e investiga empresa que se recusou a registrar casamento entre lésbicas em Teresina
	9	28-jan.	Prefeitura de Petrolina realiza mapeamento virtual e presencial da população trans da cidade
	10	28-jan.	Carteira de Estudante de 2021 pode ser pedida pela internet no Grande Recife
	11	28-jan.	USP São Carlos abre 50 vagas em escola de verão para garotas aprenderem a criar aplicativos
	12	29-jan.	Após superarem preconceito, transexuais falam sobre o Dia da Visibilidade Trans: 'Precisamos avançar mais'
	13	29-jan.	Dia da Visibilidade Trans recebe homenagem em ato na Câmara Municipal de Uberlândia
	14	29-jan.	Dia da Visibilidade Trans: senhoras contam desafios e conquistas do envelhecer no DF*
	15	29-jan.	Mulheres trans paraenses relatam cotidiano de luta por direitos*
	16	29-jan.	No Dia da Visibilidade Trans, Google lança página com evolução das buscas sobre o tema
	17	29-jan.	Maranhenses transgêneros falam sobre os desafios da busca pela própria identidade
	18	29-jan.	Justiça do DF determina que mulher trans presa em cela masculina na Papuda seja transferida a unidade feminina
	19	29-jan.	No Dia da Visibilidade Trans, prefeita de Juiz de Fora assina decreto sobre uso do nome social para servidores municipais
	20	29-jan.	Bandeira do movimento trans é hasteada pela 1ª vez na Câmara Municipal de Araraquara*
	21	29-jan.	Justiça de SP torna obrigatória a inclusão de identidade de gênero e orientação sexual em boletins de ocorrência no estado
	22	14-fev.	Nunca tive rejeição familiar', diz gêmea trans que passou por cirurgia de readequação de sexo em SC
	23	16-fev.	Gêmea trans que passou por cirurgia de readequação de sexo em SC fala sobre o futuro: 'Mal comecei minha luta'
	24	16-fev.	Campanha da Fraternidade 2021 critica 'negação da ciência' na pandemia e 'cultura de violência' contra mulheres, negros, indígenas e LGBTIQ+
	25	17-fev.	As travestis e transformistas que frequentavam a cena alternativa de SP em plena ditadura militar*
	26	18-fev.	Justiça decreta prisão de quatro suspeitos de participar do desaparecimento de Nataly Lily

	27	20-fev.	Agora a farda não pesa', diz primeira mulher transgênero da Guarda Civil de Macapá
	28	22-fev.	PM atualiza sistema e sargento trans de SC terá documentos alterados para voltar a trabalhar nas ruas, após 11 meses de espera

Fonte: Autora (2022)

Na primeira matéria, intitulada *“Milton Leite é eleito presidente da Câmara Municipal de SP; vereador teve a campanha mais cara na cidade, gastando R\$ 2,5 milhões”* o jornalista faz menção à vereadora Erika Hilton e seu discurso em Plenário em defesa de sua candidatura ao cargo de presidente da Câmara Municipal. O termo “travesti” e “transexual” aparece na própria fala da vereadora e quase ao fim da matéria. Usando de trechos da fala da vereadora em discurso direto, o jornalista concede espaço para Erika na mesma proporção em que cita os demais vereadores candidatos, mas o feito da primeira travesti eleita para a Câmara acaba por ser diminuído, em detrimento da polêmica campanha do presidente eleito, Milton Leite (DEM). Do ponto de vista da gramática jornalística, seria possível superar a questão por meio da inclusão de uma retransca que tivesse como ponto central a vereadora, sua luta e estratégias para ser eleita e a plataforma a ser defendida no decorrer do mandato.

Nas demais matérias de janeiro relativas à eleição municipal da Cidade de São Paulo, matérias 2, 3 e 4, a única referência à candidatura de Erika se repete. O jornalista menciona que *“Dois transexuais ficaram entre os dez mais votados de São Paulo em 2020: Erika Hilton (PSOL), em 6º, e Thammy Miranda (PL), em 9º lugar.”*⁸⁶ Neste caso predomina o entendimento da língua portuguesa de que “nas regras básicas de concordância, o masculino predomina em diversas circunstâncias”⁸⁷. Ou seja, o jornalista usa do artigo masculino para se referir às candidaturas no plural, sendo que Erika é uma mulher trans, e Thammy é um homem trans.

O português possui mecanismos que permitem substituições nestes casos para uma linguagem mais inclusiva. O jornalista poderia ter optado, por exemplo, pelo uso de “duas candidaturas transexuais” ao invés de “dois transexuais”. Além disso, nem ao menos uma menção é feita em relação ao fato de mulheres trans e homens

⁸⁶ G1. **Bruno Covas e vereadores tomam posse em São Paulo**; veja lista de eleitos, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/01/bruno-covas-e-vereadores-tomam-posse-em-sao-paulo-veja-lista-de-eleitos.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁸⁷ EXAME. **A língua portuguesa é machista?** Veja a resposta de um professor, 2017. Disponível em: <https://exame.com/carreira/a-lingua-portuguesa-e-machista-veja-a-resposta-de-um-professor/> Acessado em 19 jan 2023

trans estarem ocupando espaços antes não ocupados por essa população. Como defende a ONU Mulheres (2013), “a combinação do sexismo, do racismo e do etnocentrismo na mídia constitui uma violação dos direitos humanos à comunicação e contribui para a manutenção de um Brasil com alto índice de desigualdades [...]” (ONU MULHERES, 2013, p.14).

A adoção de uma perspectiva de gênero para a cobertura jornalística deve estar alinhada ao combate ao racismo e ao etnocentrismo em todos os conteúdos midiáticos. Além do uso de uma representação livre de estereótipos, o/a profissional de imprensa deve estar preparado para, quando necessário, contextualizar as situações de desvantagem desses grupos, promover debates qualitativos na imprensa sobre as desigualdades de raça e etnia e apto a produzir notícias e imagens positivas das mulheres negras e indígenas, em especial (ONU MULHERES, 2013, p.18).

Também é possível identificar uma série de matérias que aparecem na categoria “transexual”, mas não possuem a transexualidade como fator principal para o valor-notícia. Na matéria 7⁸⁸, *“PodParaná #8: Toni Reis conta como saiu da busca por 'cura' de homossexualidade para endossar luta por direitos”*⁸⁹, a expressão “transexuais” aparece apenas como explicação para o significado da sigla LGBTQI+. Já na matéria 8, *“Polícia abre inquérito e investiga empresa que se recusou a registrar casamento entre lésbicas em Teresina”*⁹⁰ a referência à transexuais só aparece ao citar *“decisão do Supremo Tribunal Federal que permite que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais sejam enquadrados no crime de racismo”*. O mesmo ainda vemos na matéria 10.

Vale destacar que das 28 matérias encontradas na categoria, apenas 15 citam experiências vividas por pessoas trans como foco principal da matéria, sendo nas demais um tema secundário ou apenas uma menção. Considerando que as pessoas transexuais possuem uma série de experiências e vivências, considera-se

⁸⁸ G1. **PodParaná #8: Toni Reis conta como saiu da busca por 'cura' de homossexualidade para endossar luta por direitos**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2021/01/15/podparana-8-toni-reis-Conta-como-saiu-da-busca-por-cura-de-homossexualidade-para-endossar-luta-por-direitos.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁸⁹ G1. **PodParaná #8: Toni Reis conta como saiu da busca por 'cura' de homossexualidade para endossar luta por direitos**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2021/01/15/podparana-8-toni-reis-Conta-como-saiu-da-busca-por-cura-de-homossexualidade-para-endossar-luta-por-direitos.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁹⁰ G1. **Polícia abre inquérito e investiga empresa que se recusou a registrar casamento entre lésbicas em Teresina**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/01/16/policia-abre-inquerito-e-investiga-empresa-que-se-recusou-a-registrar-casamento-entre-lesbicas-em-teresina.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

que o jornalismo poderia incluir novas temáticas para o debate público e ampliar a visibilidade trans na esfera midiática. Como explica Moraes (2019),

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (MORAES, 2019, p.209).

A matéria 27, intitulada “*Justiça decreta prisão de quatro suspeitos de participar do desaparecimento de Nataly Lily*”⁹¹ surge inicialmente como uma quebra de narrativa em relação às demais vistas em ambas as categorias, pois o jornalista cita diretamente o nome da vítima ao invés de citar sua identidade de gênero, um elemento importante sob a ótica da subjetividade. No entanto, o novo enquadramento para por aí. Ao longo do texto, o jornalista utiliza da descrição da prostituição e de possíveis conflitos gerados em um programa como uma explicação para o ocorrido, sem que haja algum tipo de reflexão sobre a vulnerabilidade de pessoas trans e travestis que se prostituem.

Sob a perspectiva da subjetividade, “a escolha dos temas, das fontes e dos locais de observação, além do vital recorte das pautas, já demonstram uma tomada de posição que pode ou desestabilizar representações redutoras ou confirmá-las” (MORAES, 2019, p.216). Neste caso, ao apenas citar os fatos, inclusive com longos discursos diretos de delegados envolvidos nas investigações, e de parentes que pedem justiça pelo caso, o jornalista reforça as formações discursivas criadas no imaginário sobre a pessoas trans.

No dia 29 de janeiro, novamente vemos uma sequência de narrativas similares às citadas anteriormente. No buscador “transexual”, no ano de 2020, vimos a história de Maria Luiza da Silva, primeira transexual das Forças Aéreas Brasil (FAB). Em 2021, o jornalismo deu destaque a história de duas policiais transexuais, uma de

⁹¹ G1. **Justiça decreta prisão de quatro suspeitos de participar do desaparecimento de Nataly Lily**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2021/02/18/justica-decreta-prisao-de-quatro-suspeitos-de-participar-do-desaparecimento-de-nataly-lily.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

Santa Catarina e outra do Amapá. Percebe-se a notabilidade enquanto valor-notícia para o destaque da pauta, principalmente pela inversão do papel da transexual que geralmente aparece nas páginas policiais vítima de violência. Como já discutimos no Capítulo 2, Traquina (2020b) explica que o clichê é “muitas vezes utilizado na definição do que é notícia: ‘o homem que morde o cão, e não o cão que morde o homem’” (TRAQUINA, 2020b, p.64).

As personagens em questão nas matérias 28 e 29 são Priscila Diana Braz, primeira policial mulher transexual da Polícia Militar de Santa Catarina, e Beatrice Borges de Alencar, primeira mulher transgênero da Guarda Civil de Macapá. Novamente vemos que as histórias exploram a perspectiva do processo judicial, de luta na justiça pelo direito de ter o nome feminino nos registros e documentos relacionados ao exercício da profissão. Novas personagens, mas os mesmos enfoques.

Ambas as narrativas são construídas a partir de falas das próprias personagens, mas chama a atenção de que em nenhum momento há uma autoidentificação sobre a identidade de gênero. A identificação enquanto transexual é feita pelo jornalista de forma indireta e abre o precedente para a discussão de que definir as pessoas enquanto transexuais as torna mais socialmente aceitas do que as travestis, uma vez que matérias com perfis de personagens e suas reivindicações por trajetórias profissionais não são encontradas na categoria “travesti”.

Por fim, destacam-se as notícias 23 e 24 e a história das irmãs gêmeas que passaram por uma cirurgia de readequação de sexo em Santa Catarina (SC). A seguir, veremos a pauta sob a perspectiva da formação discursiva da saúde, mas neste caso em específico, ambas as matérias trazem aspectos relacionados aos direitos humanos, como a questão da rejeição familiar, mencionada no título da matéria 23, e na busca por direitos e por respeito, como é possível ver logo no título da matéria 24: *“Gêmea trans que passou por cirurgia de readequação⁹² de sexo em SC fala sobre o futuro: ‘Mal comecei minha luta⁹³”*.

As matérias, publicadas com dois dias de diferença, focam no fato de que as irmãs sempre se identificaram como mulheres, mesmo crianças, e que a escolha

⁹² Também pode ser utilizado o termo “redesignação” para a definição da cirurgia.

⁹³ G1. **Gêmea trans que passou por cirurgia de readequação⁹³ de sexo em SC fala sobre o futuro: ‘Mal comecei minha luta’**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/16/gemea-trans-que-passou-por-cirurgia-de-readequacao-de-sexo-em-sc-fala-sobre-o-futuro-mal-comecei-minha-luta.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

pela realização da cirurgia teve o apoio da família. No entanto, como explica Jeuss (2012), “é importante [...] não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer” (JESUS, 2012, p.30).

O que chama a atenção é o destaque do jornalista para o fato de que mesmo após passar pela cirurgia, o caminho é longo para a reivindicação de outros direitos nem sempre garantidos a pessoas trans. Apesar de escritas por jornalistas diferentes, as matérias usam do mesmo recurso de citação direta tanto no título quanto no corpo da matéria para conferir credibilidade e legitimidade ao relato das gêmeas Sofia Albuquerque e Mayla Phoebe de Rezende, ambas de 19 anos. Cabe destacar a declaração de Mayla: *"Eu sempre me identifiquei com o sexo feminino, desde 3 anos. Sabe um dente de leão, que você assopra e faz um pedido? Pedi a Deus para me transformar numa menininha", disse*. O peso da declaração da jovem figura à real dimensão do que é ser transexual, sendo que para muitas pessoas cis é importante ter a leitura de que a transexualidade não é algo a que se torna, mas é algo que se é.

4.1.2 Saúde como um direito de pessoas transexuais e travestis

A segunda formação discursiva (FD) que analisaremos é a da saúde, que tem como foco principalmente tratamentos e serviços oferecidos para as pessoas transexuais e travestis, como readequação de sexo e tratamentos hormonais. Diferente do que vimos na formação discursiva relacionada aos Direitos Humanos, a pauta de saúde aparece em quantidade muito menor de matérias, e possui uma frequência mais linear, sem grandes mudanças em torno do dia 29 de janeiro, o que acontece com bastante frequência na formação discursiva anterior.

No quadro 7, apresentada a seguir, é possível ver as seis matérias que citam aspectos relacionados à saúde de pessoas travestis no ano de 2020. O primeiro ponto que chama a atenção é que os temas se repetem, mesmo que as matérias sejam de cidades diferentes e de diferentes estados do Brasil, o que mostra uma falta de diversidade por parte dos jornalistas na escolha das pautas relacionadas à saúde de pessoas trans.

Quadro 7 – Notícias da FD de Saúde do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	9-jan.	Centro LGBT de Campinas tem cerca de 250 trans na fila para cirurgias de mudança de sexo
	2	9-jan.	Conselho Federal de Medicina reduz a 18 anos idade mínima para cirurgia de transição de gênero
	3	16-jan.	O que são bloqueadores de puberdade e por que estão no centro de uma controvérsia
	4	27-jan.	Profissionais da rede pública são capacitados para atendimentos a pessoas trans, em Macapá
	5	29-jan.	Ambulatório voltado para travestis e transexuais é inaugurado no PI e homenageia vítima de homofobia
	6	31-jan.	Ambulatório de transexuais e travestis é inaugurado no Hospital Giselda Trigueiro, em Natal

Fonte: Autora (2022)

No dia 9 de janeiro o **G1** publicou duas matérias relacionadas aos aspectos de saúde das pessoas trans. A primeira delas destaca logo no título que o “*Centro LGBT de Campinas tem cerca de 250 trans na fila para cirurgias de mudança de sexo*”⁹⁴. O tom de denúncia dado pelo jornalista é bastante relevante, pois no subtítulo⁹⁵ ainda consta a informação de que a “*espera pelo procedimento chega a 15 anos para mulheres transexuais*”. Cabe mencionar que apesar da boa intenção de explicar qual o procedimento em atraso, o uso do termo “cirurgia de mudança de sexo” não é recomendado. Como explica Jesus (2012), o termo é antiquado e deve ser substituído por “cirurgia de redesignação genital/sexual” ou “transgenitalização”.

Segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), o uso da denúncia em uma matéria não deve ser focado em situações “apenas quando o dinheiro público estiver envolvido” (ESATADÃO, 1997, p.91), mas pode ser usado enquanto ferramenta de divulgação de fatos que podem “melhorar muito o dia-a-dia do leitor” (ESTADÃO, 1997, p.91). Como discutimos anteriormente, a comunicação tem o papel de influenciar a esfera pública e política, assim, noticiar o grave problema do tempo de espera para que uma pessoa transexual possa recorrer à cirurgia em Campinas (SP) pode influenciar decisões políticas que melhorem esta condição.

⁹⁴ G1. **Centro LGBT de Campinas tem cerca de 250 trans na fila para cirurgias de mudança de sexo**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/01/09/centro-lgbt-de-campinas-tem-cerca-de-250-trans-na-fila-para-cirurgias-de-mudanca-de-sexo.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

⁹⁵ Segundo a definição de “subtítulo” do Dicionário Online de Português (DÍCIO), trata-se de um “Título complementar que fica abaixo do título principal, serve como um desdobramento, especificação ou complementação deste.”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/subtitulo/>>

No entanto, mesmo o jornalista destacando o problema no título, no decorrer do texto ele não busca contrapor pontos de vista e confrontar autoridades sobre o problema, sendo a única fonte a psicóloga do Centro de Referência LGBT de Campinas (SP), Bárbara Menêses. Como explica Schmitz (2011), é importante usar de mais de uma fonte, pois “o jornalismo vale-se dos conflitos, diversidade de ideias, variedade de opiniões, multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas” (SCHMITZ, 2011, p.61).

Outro ponto que merece destaque durante a análise da matéria, é que o jornalista faz o uso recorrente de “transexual” ao invés de “travesti” para a expressão das identidades. Além disso, logo ao final do texto, apresenta as definições do que são as expressões identitárias de pessoas trans a partir da Resolução nº 2.265/2019, do Conselho Federal de Medicina (CFM)⁹⁶, destacado abaixo:

§ 1º Considera-se identidade de gênero o reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero. § 2º Consideram-se homens transexuais aqueles nascidos com o sexo feminino que se identificam como homem. § 3º Consideram-se mulheres transexuais aquelas nascidas com o sexo masculino que se identificam como mulher. § 4º Considera-se travesti a pessoa que nasceu com um sexo, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, mas aceita sua genitália (CFM, 2019).

Apesar da nova resolução do CFM ser considerada um avanço, a definição da identidade a partir do sexo ainda parte de uma visão binária de que o biológico é natural e o gênero é cultural, mas como defende Jesus (2012), “o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012, p.8). Além disso, a noção biológica de diferença entre sexo e gênero ainda contribui para a patologização de identidades trans, sendo imprescindível uma concepção de saúde “que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas [...] sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico” (JESUS, 2012, p.29).

Ainda nessa linha de divulgação da mudança da resolução do CFM, o **G1** publicou no dia 9 de janeiro, a segunda matéria que trata sobre as novas regras para a cirurgia de redesignação de gênero, sendo a redução da idade mínima para 18 anos

⁹⁶ CFM, Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2.265/2019, 2020. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2019/2265_2019.pdf Acesso em 19 jan 2023

e o início de terapias hormonais a partir dos 16 anos⁹⁷. A matéria, feita de forma colaborativa por três jornalistas, trata de forma extensa sobre a resolução, mas mais uma vez deixa de fora as principais envolvidas, que são as mulheres travestis e transexuais.

Foram ouvidas enquanto fontes para a matéria: o vice-presidente do CFM, Donizetti Dimer Giamberardino Filho; a representante do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha; o psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP); e o médico do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), José Carlos De Lima; mas não há nenhuma menção a qualquer pessoa trans que possa problematizar ou destacar a relevância da resolução no texto.

A terceira matéria publicada pelo **G1** no dia 16 de janeiro, originalmente escrita pela **BBC**, empresa pública de comunicação do Reino Unido, chama a atenção usando do sensacionalismo relacionado à polêmica dos bloqueadores de puberdade. O título *“o que são bloqueadores de puberdade e por que estão no centro de uma controvérsia”*⁹⁸ desperta o interesse do leitor a partir do uso exagerado e desproporcional, como vimos anteriormente no capítulo 2, e do uso da palavra ‘controvérsia’, o que indica conflito. Logo no primeiro parágrafo, o jornalista ainda traz um tom de divergência entre uma possível redução da oferta do serviço no Reino Unido e uma ampliação no Brasil, como vemos no trecho a seguir: *“Remédios bloqueadores de puberdade estão no centro de uma disputa legal que envolve o sistema de saúde pública do Reino Unido (o NHS), ao mesmo tempo em que, no Brasil, seu uso em tratamentos pode ser expandido.”*

Diferente do tom sensacionalista visto no título e no *lead*, a questão ao longo da matéria não envolve uma controvérsia no Brasil, mas sim um caso específico de uma mãe que moveu uma ação judicial na Suprema Corte Britânica contra *“a Tavistock and Portman NHS Trust, fundação que comanda o único serviço britânico voltado à identidade de gênero, chamado Gids”*. É preciso destacar que a diferença de enquadramento visto entre o título e o corpo da matéria pode ocorrer devido a

⁹⁷ G1. **Conselho Federal de Medicina reduz a 18 anos idade mínima para cirurgia de transição de gênero**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/09/conselho-federal-de-medicina-estabelece-novas-regras-para-cirurgia-de-transicao-de-genero-no-sus.ghtml>
Acesso em 23 jan 2023

⁹⁸

divisão de funções nas redações jornalísticas, que permite que a pessoa que editou o título não seja a mesma que apurou e escreveu o texto. O que, muitas vezes, gera conflitos entre os repórteres e os editores.

A longa matéria, que traça um paralelo com o Brasil, traz como fonte brasileira para explicar sobre os bloqueadores o urologista Tiago Elias Rosito, cirurgião-chefe do Programa de Identidade de Gênero (Protig) do Hospital de Clínicas em Porto Alegre. Durante a matéria, ele explica de forma detalhada a importância dos bloqueadores de puberdade, sendo que o jornalista opta por dar a voz em discurso direto para as citações específicas do médico, e em discurso indireto para as citações relacionadas à **Gids**, serviço britânico.

O urologista defende que para analisar o caso de cada paciente, “*é preciso vê-lo da maneira mais neutra possível, deixando de lado questões religiosas ou sociais que causam uma névoa. A questão é se cercar dos melhores especialistas e estrutura (para avaliar cada caso)*”. No entanto, apesar da colocação do médico ser oportuna e chamar a atenção para o olhar da ciência, novamente reforçamos que não há a inclusão de uma pessoa trans na entrevista para falar sobre o seu ponto de vista sobre a questão.

Já a matéria 4, publicada no dia 27 de janeiro, tem como título “*Profissionais da rede pública são capacitados para atendimentos a pessoas trans, em Macapá*”⁹⁹ e traz a voz de uma pessoa trans enquanto fonte para falar sobre a importância de um atendimento humanizado nos serviços de saúde. A ação se dá no âmbito das celebrações da 1ª Semana Municipal pela Visibilidade das Pessoas Travestis e Transexuais na cidade de Macapá (AP) e tem como objetivo oferecer informações para que os profissionais de saúde realizem um atendimento humanizado dentro do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre os relatos de Roan Nascimento, homens trans mencionado na matéria, consta o fato de muitas pessoas trans não terem o nome social respeitado durante o atendimento, como vemos no trecho a seguir:

"Eu tenho um amigo que ele já teve a experiência infeliz em um ginecologista. Ele chegou com sua carteira de identidade com o nome retificado,

⁹⁹ G1. **Profissionais da rede pública são capacitados para atendimentos a pessoas trans, em Macapá**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/01/27/profissionais-da-rede-publica-sao-capacitados-para-atendimentos-a-pessoas-trans-em-macapá.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

completamente modificado e simplesmente não foi atendido como homem. Ele foi atendido como uma mulher. Esse problema é muito comum e acaba gerando constrangimentos”, relatou o jovem.”

Segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), o uso de declarações textuais é importante, pois valoriza o texto. Ou seja, “mostra ao leitor que houve preocupação do repórter em recolher opiniões ou frases originais, expressivas, marcantes, de efeito ou espirituosas” (ESTADÃO, 1997, p.86). No entanto, seu uso deve ser pensado para que não seja feito em excesso, o que claramente não acontece nesta matéria em questão.

Mesmo que a matéria 4 busque uma abordagem diferente e a pluralidade de fontes para relatar a situação enfrentada por pessoas trans nos espaços de saúde, novamente não é possível identificar nenhum tipo de abordagem específica por parte do jornalista em relação à vulnerabilidade de pessoas travestis, sendo feita apenas uma menção no nome da semana municipal. Moraes e Silva (2020) explicam que mesmo em serviços de atenção básica, geralmente considerados locais de acolhimento e proteção, a discriminação “é bem perceptível, o que faz com que as travestis só busquem assistência médica em último caso, passando muito tempo com os sintomas e sem querer procurar ajuda pela forma como são tratadas nos centros de saúde (Muller & Knauth, 2008 Apud. Moraes e Silva, 2020, p.176).

Entre as principais discriminações enfrentadas principalmente por travestis, segundo Muller (2007) Apud. Moraes e Silva (2020), estão “a associação direta das pessoas travestis com o HIV como um elemento discriminador. Elas percebem e relacionam certas atitudes dos profissionais com a ideia de que seriam portadoras do vírus” (MULLER, 2007 Apud. MORAES; SILVA, 2020, p.180). Outro ponto é a constante “associação das pessoas travestis com a prostituição e com comportamentos sexuais desviantes da heteronorma (sic.), sendo enquadradas na concepção ultrapassada de ‘grupos de risco’” (MULLER, 2007 Apud. MORAES; SILVA, 2020, p.180), termo também comumente utilizado por jornalistas ao tratar pautas relacionadas à saúde.

Segundo a **Cartilha de Zero Discriminação nos Serviços de Saúde**¹⁰⁰ do Programa das Nações Unidas sobre HIV e AIDS (UNAIDS), os países precisam

¹⁰⁰ UNAIDS. **Zero Discriminação nos Serviços de Saúde**, 2019. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2019/02/2018-Zero-Discrimina%C3%A7ao_A5.pdf Acesso em 20 jan 2023

“fornecer serviços oportunos e de qualidade para todas as pessoas que deles necessitem, independente de identidade de gênero, [...] origem étnica, orientação sexual, religião, [...] ou outra condição de saúde, ou quaisquer outros motivos” (UNAIDS, 2019, p.10). Sendo a oferta de serviços específicos um ponto importante para acabar com a discriminação nos serviços de saúde, também é importante destacar as duas últimas notícias publicadas no **G1** relacionados à saúde em 2020 que mencionam a inauguração de ambulatórios trans no Piauí e no Rio Grande do Norte.

No dia 29 de janeiro, **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, o Ambulatório de Saúde Integral da População Trans Makelly Castro foi inaugurado no Hospital Getúlio Vargas em Teresina, no Piauí. Já no dia 31 de janeiro, foi inaugurado no Hospital Giselda Trigueiro, em Natal, o Ambulatório Estadual de Saúde Integral de Transexuais e Travestis no Rio Grande do Norte. Na matéria 5, intitulada “*Ambulatório voltado para travestis e transexuais é inaugurado no PI e homenageia vítima de homofobia*”¹⁰¹, o jornalista não só relata sobre a inauguração do novo serviço, como também destaca a homenagem à Makelly, travesti que foi assassinada no dia 18 de julho de 2014. Segundo a matéria, “*o caso foi o 1º do Piauí a ir a júri popular por crime de homofobia, mas o único acusado foi absolvido*”.

Como vimos no capítulo 1, o uso do termo homofobia deveria ser substituído e enquadrado enquanto transfobia, termo usado para caracterizar os crimes cometidos contra travestis e transexuais. A adequação do termo ainda se faz necessária principalmente pela necessidade de caracterizar a identidade de gênero como principal fator motivador para o crime, como veremos na formação discursiva de violência e morte.

Ainda na matéria 5, em entrevista com o diretor do Hospital, Gilberto Albuquerque, o jornalista destaca a importância de serviços humanizados e especializados para evitar a evasão e agravamentos relacionados à saúde. No trecho a seguir, o jornalista usa tanto do recurso indireto quanto direto para se referir à importância da inauguração do atendimento.

De acordo com o professor Rodrigo Aragão, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que é pesquisador na área, a iniciativa é uma forma de tentar reparar

¹⁰¹ G1. **Ambulatório voltado para travestis e transexuais é inaugurado no PI e homenageia vítima de homofobia**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/01/29/ambulatorio-voltado-para-travestis-e-transexuais-e-inaugurado-no-pi-e-homenageia-vitima-de-homofobia.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

os problemas desta parcela da população ao procurar atendimento nos serviços formais de saúde.

“Ainda existe muita resistência quando essa população tenta acessar esses serviços, principalmente por conta do despreparo de alguns profissionais na perspectiva de acolhimento, de garantir o acesso dessa população, é o que chamamos de violência institucionalizada”, explicou.

Já a matéria 6 atende principalmente a função de jornalismo de serviço, vista anteriormente como um jornalismo com o objetivo de trazer informações básicas a exemplo de serviços oferecidos e quadro clínico.

Não foram encontradas matérias publicadas em fevereiro de 2020 que tivessem como pauta principal a saúde de pessoas travestis. Também não foram encontradas matérias relativas à formação discursiva da saúde no ano de 2021. Apesar da pandemia de covid-19 ter afetado de forma desproporcional as pessoas travestis, nenhuma matéria relativa a este aspecto específico de saúde foi publicada no **G1**. Segundo Benevides (2022), com o avanço de pandemia foi possível observar um “acirramento das vulnerabilidades da população LGBTI+, além de um aumento das pessoas trans em situação de rua e prostituição, assim como aumento de pessoas LGBTI+ desempregadas” (Benevides, 2022, p.97).

Segundo Ferreira e Santos (2020), o avanço da covid-19 ainda fez com que muitas pessoas trans fossem afastadas do sistema de saúde e de serviços relacionados a outros aspectos da saúde de corpos trans, como a hormonização ou cirurgias de readequação de sexo. Com as medidas de isolamento social, esses e outros tipos de atendimento foram suspensos, pois não eram considerados essenciais, bem como cirurgias eletivas e consultas até mesmo para pacientes de doenças graves, como câncer.

É importante destacar que apesar de não ter sido considerado essencial, para muitas pessoas trans, o tratamento hormonal é a materialização da garantia de adequação do corpo à identidade e o rompimento do tratamento tem um impacto significativo na sua vida. Sendo a “falta de informações sobre efeitos da suspensão do tratamento hormonal e adiamento das cirurgias, motivo de ansiedade para pessoas transgênero, que a cada ano têm usado mais e mais o SUS para o processo transexualizador” (FERREIRA; SANTOS, 2020, s/p).

No caso desta formação discursiva em específico, é possível observar no quadro 8 que não há mudança de discurso da categoria de “travesti” para “transexual”, uma vez que todas as matérias publicadas em 2020 se sobrepõem às encontradas

em 2020 pelo buscador “travesti”. A única matéria que não se repete neste buscador em comparação com “travesti” foi a publicada originalmente pela BBC, a respeito dos bloqueadores de puberdade.

Quadro 8 – Notícias da FD de Saúde do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	09-jan.	Centro LGBT de Campinas tem cerca de 250 trans na fila para cirurgias de mudança de sexo*
	2	09-jan.	Conselho Federal de Medicina reduz a 18 anos idade mínima para cirurgia de transição de gênero*
	3	27-jan.	Profissionais da rede pública são capacitados para atendimentos a pessoas trans, em Macapá*
	4	29-jan.	Ambulatório voltado para travestis e transexuais é inaugurado no PI e homenageia vítima de homofobia*
	5	31-jan.	Ambulatório de transexuais e travestis é inaugurado no Hospital Giselda Trigueiro, em Natal*

Fonte: Autora (2022)

Traquina (2020) explica que segundo a teoria interacionista, “os jornalistas não são simples observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade” (TRAQUINA, 2020, p.157), ou seja, “o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e “dura” que os jornalistas ‘refletem’: a atividade jornalística é, para estes teóricos, bem mais complexa do que a ideologia jornalística sugere” (TRAQUINA, 2020, p.158). A partir dessa afirmação, é possível afirmar que ao não ampliar o espectro de visibilidade de aspectos de saúde relevantes que afetam diretamente a vida de pessoas transexuais e travestis, o jornalista acaba auxiliando na construção dessa realidade onde essas pessoas e suas particularidades médicas praticamente não existem.

Em entrevista para o Observatório da Imprensa, Christofolletti explica que o jornalismo enfrenta uma crise sem precedentes que afeta não só a estrutura das redações, mas também a sua credibilidade. Para enfrentá-la não basta olhar apenas para o aspecto econômico, mas é preciso “refazer pactos com os públicos e assumir uma função de mediação social e de defesa de valores humanos, muitas vezes ignorados” (IMPrensa, 2019, s/p). Assim, assumir uma postura de jornalismo mais atento ao cotidiano sob o pilar da subjetividade, que discutimos no Capítulo 2, pode ser extremamente importante para que o jornalismo reforce seu papel enquanto agente ativo na construção da realidade, assumindo um lugar de fala importante frente às realidades e existências das pessoas trans.

No Quadro 9, apresentada abaixo, é possível observar que em 2021 apenas três matérias foram publicadas no mês de fevereiro com foco na formação discursiva da saúde para pessoas transexuais. Um destaque que vale ser mencionado em relação às matérias encontradas nesta categoria, é que em nenhum momento da coleta de dados o buscador foi influenciado a procurar “travesti” ou “transexual” com artigo masculino ou feminino. No entanto, apenas duas matérias foram encontradas sobre as experiências de homens trans, sendo uma delas a matéria com o título “Homem trans relata experiência após ser atendido em ambulatório na PB: ‘não me assumi, me aceitei’”¹⁰². Isso mostra que mesmo diante da invisibilidade de pessoas transexuais, homens trans ainda são mais invisibilizados.

Segundo Nascimento (2019), “os estudos de “temas trans”, em sua maioria, abordam a trajetória e militância de mulheres trans e travestis. Já os homens trans [...] são pesquisados apenas quando o assunto é estudar a comunidade transexual em geral” (NASCIMENTO, 2019, p.97). No entanto, ainda no bojo da visibilidade de homens trans, Lopes (2022) vai mais a fundo e defende que “os avanços em termos de visibilidade ainda são precários” (LOPES, 2022, p.68), mesmo em espaços de discussão promovidos pela própria comunidade LGBT¹⁰³.

Quadro 9 – Notícias da FD de Saúde do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Título
2021	1	29-jan.	Homem trans relata experiência após ser atendido em ambulatório na PB: ‘não me assumi, me aceitei’
	2	09-fev.	Prefeitura de SP diz que oferece hormonização para transexuais em 28 UBSs, mas ao menos 8 unidades não fazem o atendimento
	3	12-fev.	Gêmeas trans de 19 anos fazem cirurgia de readequação de sexo em SC

Fonte: Autora (2022)

¹⁰² G1. **Homem trans relata experiência após ser atendido em ambulatório na PB: ‘não me assumi, me aceitei’**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/01/29/homem-trans-relata-experiencia-apos-ser-atendido-em-ambulatorio-na-pb-nao-me-assumi-me-aceitei.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹⁰³ O autor exemplifica a falta de visibilidade a partir da discussão em 2021, após a 25ª parada do orgulho LGBT+ de São Paulo, em que o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e o Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS) produziram uma petição pública cobrando representatividade transmasculina em eventos LGBT. Segundo a petição, em um evento com mais de dez horas de duração, homens trans e transmasculines tiveram apenas dois minutos de espaço de fala (LOPES, 2022, p.68). In: LOPES, Bernardo Mota. Arquivo transmasculino: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44728> Acessado em 19 jan 2023

A matéria 1, publicada no dia 29 de janeiro, sendo a única que trata sobre a realidade de homens trans, ainda escancara na fala do próprio personagem, Raí Barbosa, a invisibilidade enfrentada por eles diariamente. O jornalista usa no título a frase “*não me assumi, me aceitei*”, atribuída ao personagem, e logo no *lead* traz as aspas para ilustrar a experiência pessoal: “*Ser trans é ser você mesmo, é encarar e assumir uma identidade, [já] que a sociedade te coloca num lugar que você nem existe*”.

Segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), “declarações textuais só devem abrir notícia ou reportagem quando forem realmente de grande importância” (ESTADÃO, 1997, p.88), o que mostra uma escolha feita pelo jornalista em priorizar a experiência pessoal antes de seguir com o resto da notícia sobre o atendimento no ambulatório trans. Mostrar que as pessoas trans existem, e que o atendimento de saúde é um direito importante para a garantia plena de sua identidade, denota uma visão diferente do jornalista enquanto seu papel como agente ativo na construção da formação da opinião pública.

A matéria 2, publicada em 9 de fevereiro, traz como foco a denúncia, recurso bastante utilizado por jornalistas, e chama a atenção por dois motivos principais. O título “*Prefeitura de SP diz que oferece hormonização para transexuais em 28 UBSs, mas ao menos 8 unidades não fazem o atendimento*”¹⁰⁴, confronta as informações passadas pelo órgão municipal, geralmente considerado como fonte oficial pela imprensa, ao informar que ele diz que oferece, mas que em checagem observou-se informação contraditória. Segundo Schmitz (2011), uma fonte é considerada oficial quando se trata de “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos [...], bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.)” (SCHMITZ, 2011, p.25).

Neste caso, a fonte utilizada pelo jornalista foi a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da cidade de São Paulo, e o que se nota é justamente a intenção do jornalista de revelar que a informação passada não é exatamente verdadeira. Mesmo sendo um tipo de fonte bastante utilizado pela imprensa, é importante estar atento às

¹⁰⁴ G1. **Prefeitura de SP diz que oferece hormonização para transexuais em 28 UBSs, mas ao menos 8 unidades não fazem o atendimento**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/09/prefeitura-de-sp-diz-que-oferece-hormonizacao-para-transexuais-em-28-ubss-mas-8-unidades-nao-fazem-o-atendimento.ghtml> Acesso em 23 jan 2023

possibilidades de ela “falsear a realidade para preservar seus interesses ou do grupo político” (SCHMITZ, 2011, p.25).

O levantamento feito pelo **G1** através da Lei de Acesso à Informação (LAI) para verificar as informações da SMS mostra que “*além das unidades que não fizeram nenhum atendimento de terapia hormonal, há aquelas que fizeram três ou quatro*”. Segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), ao noticiar informações conflitantes ou divergentes, é importante mencionar “quais as fontes responsáveis pelas informações ou pelo menos os setores dos quais elas partem [...]. Toda cautela é pouca e o máximo cuidado nesse sentido evitará que o jornal tenha de fazer desmentidos desagradáveis” (ESTADÃO, 1997, p.19).

Também chama a atenção a preocupação do jornalista em trazer o ponto de vista da ANTRA, que foi além ao defender no texto que “*o único centro de referência entre as 28 unidades da Prefeitura de São Paulo que realmente cumpre as orientações do chamado “fluxo de hormonização” estabelecido pelo Ministério da Saúde é a UBS Santa Cecília, na região central [...]*”. Keila Simpson é referenciada enquanto “presidenta” da ANTRA, e a jornalista deixa que ela explique com suas próprias palavras, com o recurso do discurso direto e das aspas, a importância dos tratamentos hormonais sob o olhar das experiências trans, como vemos no trecho a seguir, extraído da matéria 2:

“Ao menos, as prefeituras poderiam indicar o real panorama, o que ainda não alcançou e o que se pretende. Além de proteger a saúde das pessoas, evitando que se automediquem por meios clandestinos, é uma política preventiva, que evita que um dia as pessoas trans precisem de um tratamento de alta complexidade, após anos de uso indiscriminado dos medicamentos”, Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Por fim, a segunda e última matéria encontrada no buscador “transexual” em 2021 faz referência à pauta já discutida anteriormente na formação discursiva de direitos humanos a respeito das irmãs gêmeas trans que fizeram a cirurgia de redesignação sexual aos 19 anos em Santa Catarina (SC). Diferente da abordagem apresentada anteriormente, nesta matéria em específico o foco é na cirurgia de redesignação, em como ela funciona, e a importância de serem oferecidos estes serviços de saúde para pessoas trans tanto no sistema privado quanto público de saúde. As duas gêmeas ,personagens da história, não têm nem ao menos o nome revelado ao leitor, e servem como um fio condutor para que o jornalista fale sobre os

serviços de forma ampla. Como chamamos no jornalismo, a situação foi um gancho, ou “(literalmente, ‘cabide’ para pendurar a notícia) para outro acontecimento ligado a esse assunto” (TRAQUINA, 2020, p.63).

Entre os intertítulos utilizados pelas jornalistas que escreveram as matérias estão “legislação”, “cirurgia é último recurso procurado”, “procedimento pelo SUS”, “avanço”, “ambulatório trans” e “primeira cirurgia”. Exceto pelo último intertítulo, que tem como foco o percurso histórico das primeiras cirurgias de redesignação realizadas no Brasil, os demais focam na perspectiva médica do procedimento, e o principal entrevistado da matéria é pesquisador e professor Rodrigo Moretti, do departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde.

Mesmo sob a perspectiva médica da escolha do entrevistado, é importante destacar que as aspas escolhidas pelas jornalistas para ilustrar a importância da cirurgia possuem uma perspectiva humanizada dos profissionais de saúde. As pacientes que buscam pela cirurgia no Sistema Único de Saúde (SUS) chegam a esperar pelo menos 5 anos pelo procedimento cirúrgico. No trecho a seguir Moretti ilustra a importância do procedimento e a importância de tratar a questão não só entre os profissionais da saúde, mas também na sociedade:

"Esse procedimento não é tranquilo, é algo que mesmo depois da cirurgia demora tempo para a pessoa se adaptar. É uma modificação muito profunda. No fim, essas mulheres já são mulheres desde sempre, mas foram lidas como homens pela questão genital e por uma certa incompreensão da sociedade. Tem que limpar uma vida aí, toda uma trajetória de opressão", concluiu.

Assim, o que vemos é que por mais que as experiências de saúde de pessoas trans e travestis perpassem às cirurgias de readequação de sexo e tratamento hormonal, temas majoritariamente abordados na formação discursiva, é importante discutir que suas experiências não se resumem a isso, e é imprescindível pensar em como abranger novos aspectos que garantam inclusive saúde integral a essas pessoas.

4.1.3 As identidades transexuais e travestis atravessadas pela violência e morte

A terceira formação discursiva (FD) apresentada neste trabalho faz referência à violência e morte. Entre as formações discursivas encontradas, esta é a

que aparece com maior incidência para o buscador “travesti”, tanto em 2020 quanto em 2021, e é a que possui maior linearidade ao longo dos dois meses de análise. Isso quer dizer que durante todo o mês de janeiro e fevereiro foram noticiadas situações de violência envolvendo travestis, diferente da FD de direitos humanos, que concentra maior número de matérias em torno do **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, e da FD de saúde, que nem ao menos foi pautada em fevereiro de 2020 e em 2021.

Ao longo desta dissertação debatemos o quanto os ciclos de violência marcam as experiências e vivências das identidades trans, abrangendo o núcleo familiar, escolar, social, político, laboral e institucional, e o quanto pode ser ainda mais grave este ciclo de violência a partir da maneira como os jornalistas noticiam pessoas travestis e transexuais. Nas 27 matérias elencadas abaixo, vemos a imprensa cobrir casos de assassinatos de travestis cometidos com crueldade, como também vemos travestis acusadas de cometerem crimes violentos. Entretanto, um fato que chama a atenção é que nas matérias relacionadas à assassinatos de pessoas travestis, apenas duas não relacionam violência e prostituição. Isso nos faz refletir a frase publicada pela ANTRA: “até quando nossas mortes terão + (sic.) visibilidade que nossas potências em vida?”¹⁰⁵.

Quadro 10 – Notícias da FD de Violência do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	4-jan.	Viatura da Guarda Civil capota no Centro de Santo André, no ABC
	2	6-jan.	Travesti é morta a tiros no Centro de Fortaleza
	3	7-jan.	Polícia indícia travesti por morte de idoso de 77 anos que caiu de barranco
	4	13-jan.	Travesti está desaparecida há 5 dias após sair do trabalho em MT
	5	17-jan.	Garota de programa é morta a facada no DF por 'cliente em fúria', diz polícia
	6	19-jan.	Travesti é achada morta dentro de saco de estopa em Boa Vista
	7	20-jan.	Suposto 'cliente' assalta travesti durante a madrugada no Centro de Presidente Prudente
	8	21-jan.	IML identifica travesti encontrada morta em saco de estopa em Boa Vista
	9	21-jan.	MP denuncia suspeito de envolvimento nas mortes de 4 motoristas de app em Salvador
	10	24-jan.	Suspeitos de participarem da morte de travesti que desapareceu há mais de 15 dias são presos em MT
	11	24-jan.	Homem é encontrado morto dentro de casa em Bauru; móveis foram levados
	12	25-jan.	Polícia libera suspeitos de envolvimento na morte de travesti desaparecida em MT devido à Lei de Abuso de Autoridade
	13	26-jan.	Travesti é assassinada a tiros na Zona Norte de Natal

¹⁰⁵ ANTRA. **Mês da Visibilidade Trans**. 19 jan 2023. Instagram: @antra.oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnmmHLLt6ci/> Acesso em 20 jan 2023

14	27-jan.	Cães auxiliam bombeiros nas buscas por travesti desaparecida em MT
15	28-jan.	Polícia prende travesti suspeita de matar homem a facadas e furtar móveis da casa dele em Bauru
16	29-jan.	Suspeitos de matar travesti em RR são identificados, mas 9 meses após crime ninguém foi preso
17	29-jan.	Ceará tem o 2º maior número de assassinatos de pessoas trans em 2019
18	30-jan.	Travesti é morta com facada no peito em Rolim de Moura, RO
19	31-jan.	Rapaz de 24 anos é morto a facadas no mesmo bairro onde travesti foi assassinada há 24h, em RO
20	4-fev.	Travesti confessa à polícia que empurrou idoso de barranco após discussão
21	5-fev.	Homem é preso por agredir travesti durante programa sexual em Patos de Minas
22	6-fev.	Estupro e tortura: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos
23	14-fev.	Corpo de travesti é encontrado acorrentado em cachoeira no interior do Ceará
24	14-fev.	Polícia prende suspeita de assaltar moradores na Zona Sul do Rio
25	16-fev.	Transexual foi morta 3 dias antes de retornar ao Ceará para visitar familiares; 'ela veio, mas veio morta', lamenta amiga
26	17-fev.	Cinco acusadas de matar travesti em agência dos Correios no DF vão a júri popular
27	21-fev.	Travesti é morta a tiros em Itaperuna, no RJ

Fonte: Autora (2022)

As matérias elencadas nesta formação discursiva ainda retratam o que Jesus (2013) mostrou em sua pesquisa, de que cerca de 16,42% dos crimes contra pessoas travestis e transexuais acontecem na rua, principalmente devido à vulnerabilidade daquelas que trabalham como profissionais do sexo. A matéria 2, publicada no dia 6 de janeiro de 2020, traz o título *“Travesti é morta a tiros no Centro de Fortaleza”*¹⁰⁶, e relata em pequenos quatro parágrafos que a vítima fazia programa na região e foi alvejada por tiros na cabeça.

O que chama a atenção neste caso é que a mulher assassinada é tratada pelo jornalista sempre como “a travesti” ou “a vítima”, sem ao menos ter sua identidade mencionada. O relato do jornalista neste caso colabora com a ideia de Moraes e Gouveia (2018) de que o jornalismo não só “afirma [...] ‘quem’ deve ser noticiado, ele também afirma [...] ‘quem’ não devem sê-lo” (MORAES; GOUVEIA, 2018, p.102). A travesti assassinada a tiros não teve sua identidade reconhecida enquanto sujeito, tornando a personagem da notícia um número a mais numa estatística de violência e morte.

¹⁰⁶ G1. **Travesti é morta a tiros no Centro de Fortaleza**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/06/travesti-e-morta-a-tiros-no-centro-de-fortaleza.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

O mesmo formato e estilo encontramos em outras matérias, a exemplo da 13, com o título “*Travesti é assassinada a tiros na Zona Norte de Natal*”¹⁰⁷, e da 27, publicada com o título “*Travesti é morta a tiros em Itaperuna, no RJ*”¹⁰⁸. As duas seguem a mesma política de silenciamento acerca dos sujeitos do fato noticiado. Essa questão, observa Benevides (2022), contribui para o aumento da subnotificação e da dificuldade de identificação de casos para fins de pesquisa.

A escolha de não citar o nome da pessoa envolvida, tratando-a de forma impessoal como “a travesti” também se repete na matéria 3, publicada no dia 7 de janeiro de 2020, e matéria 20, que dá continuidade ao caso¹⁰⁹, publicada no dia 4 de fevereiro com o título “*Travesti confessa à polícia que empurrou idoso de barranco após discussão*”¹¹⁰. Dessa vez a travesti não é a vítima e foi indiciada pela morte de um idoso de 77 anos após uma discussão.

Entende-se que neste caso a não divulgação do nome pode estar relacionada ao fato da investigação ainda estar em andamento, com o objetivo de preservar a identidade da pessoa envolvida e evitar retaliações ou mesmo processos ao jornal. Mas o que vale destacar é que não fica claro o porquê da identidade da vítima enquanto “travesti” ganhar tanta notoriedade por parte do jornalista.

Um ponto de vista surge do fato de que segundo Traquina (2020), “o valor-notícia da violência está ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração. Por infração, refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras”. Revisitando Foucault (2020b), pode-se afirmar que a transgressão neste caso faz referência não só ao crime, mas a identidade de gênero travesti, vista pelo jornalista enquanto uma violação, uma transgressão às condutas que se vinculam ao exercício do poder disciplinar em uma sociedade heterocisnormativa, comportamento inclusive que se repete em outras matérias encontradas nesta mesma categoria. Se para Traquina (2020b) a presença da violência física por si só já fornece noticiabilidade por representar um tipo de quebra do normal, a menção recorrente à travesti enquanto

¹⁰⁷ G1. **Travesti é assassinada a tiros na Zona Norte de Natal**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/26/travesti-e-assassinada-a-tiros-na-zona-norte-de-natal.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹⁰⁸ G1. **Travesti é morta a tiros em Itaperuna, no RJ**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2020/02/21/travesti-e-morta-a-tiros-em-itaperuna-no-rj.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹⁰⁹ Segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), as matérias que têm como finalidade dar continuidade a uma pauta são chamadas de *suítes*.

¹¹⁰ G1. **Travesti é morta a tiros em Itaperuna, no RJ**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/02/04/travesti-confessa-a-policia-que-empurrou-idoso-de-barraco-apos-discussao.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

criminosa não cumpre outra função se não o de reforçar o mito da travesti violenta explicado por Benevides e Nogueira (2020).

Já as matérias 4, 10, 12 e 13, fazem referência a um caso já abordado anteriormente na formação discursiva de direitos humanos, e trata do desaparecimento da travesti Mari de Bastos Lima após sair do trabalho em uma pizzaria. Como mencionado anteriormente, estas notícias em sequência, segundo o Manual de Redação do Estadão (1997), são chamadas de *suítes*.

Diferente dos demais casos noticiados, neste não há nenhum tipo de relação com a prostituição, já que Mari trabalhava como pizzaiola em Santo Antônio de Leverger, no Mato Grosso (MT). Na matéria 4¹¹¹, vale destacar que em um momento do texto o jornalista entrevista a chefe de Mari e faz uma citação direta a respeito da opinião dela sobre a funcionária, como vemos no trecho: *“Ela sempre foi muito trabalhadeira (sic.). Trabalho com ela há mais de cinco anos e ela nunca faltou no serviço. [Mari] não era de sair, não bebia, sempre saía de casa para o trabalho e depois direto para a casa de novo”, disse*”.

A respeito deste trecho em específico, destaca-se a referência ao contexto de vida de Mari, não relacionado à prostituição, e a opção do jornalista de usar a aspa como forma de expressar a vida “normal” de Mari, como se de alguma forma o fato de não sair e nem beber não a fizessem vulnerável a crimes de ódios cometidos contra pessoas trans de forma constante no Brasil.

O mesmo tipo de argumentação se segue na matéria 10, intitulada *“Suspeitos de participarem da morte de travesti que desapareceu há mais de 15 dias são presos em MT”*¹¹². O jornalista remete ao fato de que a travesti saía do trabalho para a casa, e não faz nenhum tipo de menção a algum tipo de motivação para o crime, mesmo ao citar a prisão dos suspeitos que teriam enterrado o corpo.

Já a matéria 5, 6 e 21 novamente fazem referência à violência em relação à prostituição. O título da matéria 5, *“Garota de programa é morta a facada no DF por*

¹¹¹ G1. **Travesti está desaparecida há 5 dias após sair do trabalho em MT**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/13/travesti-esta-desaparecida-ha-5-dias-apos-sair-do-trabalho-em-mt.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹¹² G1. **Suspeitos de participarem da morte de travesti que desapareceu há mais de 15 dias são presos em MT**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/24/suspeitos-de-participarem-da-morte-de-travesti-que-desapareceu-ha-mais-de-15-dias-sao-presos-em-mt.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

'cliente em fúria', diz polícia"¹¹³, não faz referência inicial à identidade trans da mulher, sendo esta citada no *lead*. O recurso das aspas usado no título para a expressão "cliente em fúria", como explica Schmitz (2011), acontece quando "o jornalista busca a ratificação do que deseja confirmar em uma declaração, usando 'aspas' pinçadas de contextos, como muletas para se isentar de responsabilidades e apresentar um conteúdo objetivo" (SCHMITZ, 2011, p.15). O mesmo recurso da aspa também é usado na matéria 6.

O uso da expressão "em fúria" na matéria 5, para relatar o contexto da facada que Ana Clara Lima recebeu na barriga, remete ao que Jesus (2012) define como um padrão para crimes de ódio, geralmente "caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento" (JESUS, 2012, p.11). Os crimes podem ser motivados inclusive por "preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido [...]" (JESUS, 2012, p.11).

A matéria 6, "*Travesti é achada morta dentro de saco de estopa em Boa Vista*"¹¹⁴ evidencia ainda mais a vulnerabilidade de travestis e transexuais a crimes de ódio, que "seguem uma intensidade de repetições de métodos, golpes e artefatos utilizados na morte e acontecem de acordo com o meio em que a vítima se encontra no ato do assassinato" (BENEVIDES, 2022, p. 63). Na matéria em questão publicada pelo **G1**, a vítima ainda não havia sido identificada, e foi encontrada "*dentro de um saco de estopa com uma perfuração de faca na barriga e uma câmara de borracha em volta do pescoço*". A identificação enquanto travesti, segundo o que consta no texto, ocorreu após identificar que "*a vítima usava roupas femininas*".

Dados do **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** levantados por Benevides (2022), mostram que entre os assassinatos elencados no relatório, "pelo menos 72% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade, como o uso excessivo de violência e a associação com mais de um método e outras formas brutais de

¹¹³ G1. **Garota de programa é morta a facada no DF por 'cliente em fúria', diz polícia**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/17/travesti-e-morta-a-facada-no-df-por-cliente-em-furia-diz-policia.ghtml> Acesso em 23 jan 2023

¹¹⁴ G1. **Travesti é achada morta dentro de saco de estopa em Boa Vista**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/19/travesti-e-achada-morta-dentro-de-saco-de-estopa-em-boa-vista.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

violência” (BENEVIDES, 2022, p.64). Realidade que se vê refletida no presente *corpus* das matérias publicadas pelo **G1** na formação discursiva de violência e morte.

Na matéria 8¹¹⁵, o jornalista dá continuidade ao caso e retoma alguns fatos, uma técnica corrente usada por jornalistas, pois “nem todo leitor pode ter tomado conhecimento do fato que deu origem à *suíte*” (ESTADÃO, 1997, p.18). Ele revela que “o corpo da travesti encontrado dentro de um saco de estopa no domingo (19) era da estudante Leticia, de 17 anos”. Logo em seguida, a vítima tem seu nome de registro civil citado, segundo informação ao Instituto Médico Legal (IML)¹¹⁶. A exposição do nome de registro configura mais uma violência e uma violação dos direitos humanos. Segundo Benevides (2022), “os direitos das pessoas trans devem ser pensados desde a concepção ao *post mortem*. Visto que são comuns o vilipêndio de sua memória e o apagamento de suas identidades e nome social após a morte” (BENEVIDES, 2022, p.91).

Como vimos anteriormente, a morte de Leticia segue o que estudiosas trans reconhecem enquanto crime de ódio. O jornalista inclusive faz referência à nota emitida pela Associação de Travestis e Transexuais do Estado de Roraima (ATERR) no Facebook que pede que o caso seja investigado e sinalizado como crime de ódio, como é possível ver no trecho a seguir:

Leticia, travesti, tinha apenas dezessete anos. Depois de ser assassinada, foi colocada em um saco de estopa e jogada num terreno baldio da Zona Oeste de nossa cidade. Apesar de muito jovem e cheia de vida, Leticia já tinha conhecido a violência e a prostituição e sua história trágica repete a história de milhares de pessoas TRANS. A condição em que seu corpo foi encontrado pode sinalizar mais um crime de ódio, a exemplo de tantos que vêm sendo cometidos contra travestis na história do Brasil (ATERR, 2020)¹¹⁷.

A matéria 10¹¹⁸, publicada no dia 29 de janeiro, **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, também faz referência ao assassinato da jovem Sandrielly Vasconcelos, de 24 anos, vítima de uma série de agressões e até tortura em Boa Vista

¹¹⁵ G1. **IML identifica travesti encontrada morta em saco de estopa em Boa Vista**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/21/iml-identifica-travesti-encontrada-morta-em-saco-de-estopa-em-boa-vista.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹¹⁶ O nome masculino não será citado nesta dissertação em respeito e reconhecimento ao nome social de Leticia.

¹¹⁷ ATERR. **Nota de Pesar**. 21 jan 2020. Facebook: ATERR. Disponível em: <https://www.facebook.com/transderr/posts/pfbid023GF7JeJVTM7gurNQC3s1W6zpwVJFgywfAkFrnS9QtryybTnJXgyP635jzGmsuEi>. Acesso em 23 jan 2023

¹¹⁸ G1. **Suspeitos de participarem da morte de travesti que desapareceu há mais de 15 dias são presos em MT**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/24/suspeitos-de-participarem-da-morte-de-travesti-que-desapareceu-ha-mais-de-15-dias-sao-presos-em-mt.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

(RR). A matéria foca nos dados divulgados pela ANTRA que denunciam as violências empregadas às pessoas travestis e transexuais e na falta de resolução desses casos. Roraima liderava em 2020 como estado com maior número de registros de morte de transexuais e travestis.

Outro ponto importante que chama a atenção é o intertítulo usado pelo jornalista que remete à fala de outra travesti chamada Thamires Silva, de 31 anos: *“Tive que me fazer de morta para não morrer”*. No relato há a menção de que a travesti apanhou após dois homens gritarem *“ela não é Bolsonaro”*. A menção política faz referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que ao longo de sua campanha e mandato fez uma série de alegações e ataques contra a população LGBTQIA+. Em 2022 ainda foi registrada uma queixa-crime no STF contra ele por transfobia ao alegar em encontro com evangélicos em Imperatriz, no Maranhão, que *“o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda”*, que *“a Mariazinha seja Maria a vida toda”* e que o modelo de família é composto por *“homem, mulher e prole”*¹¹⁹.

Thamires foi agredida a pauladas e só conseguiu sobreviver após se fingir de morta. Ainda segundo relato da matéria do **G1**, *“começou a caminhar, encontrou uma amiga e em seguida desmaiou. Ela foi levada ao Hospital Geral de Roraima onde ficou cerca de 11 dias internada”*. A crueldade empregada na morte de travestis também é encontrada na matéria 18, intitulada *“Travesti é morta com facada no peito em Rolim de Moura, RO”*¹²⁰, e na matéria 23, intitulada *“Corpo de travesti é encontrado acorrentado em cachoeira no interior do Ceará”*¹²¹. Em ambas as matérias o jornalista faz referência que nem os culpados nem as motivações dos crimes haviam sido identificados, mas é possível identificar novamente o padrão comportamental relacionado a crimes de ódio aos quais constantemente travestis são submetidas. Na matéria sobre o caso ocorrido no Ceará, o jornalista ainda relembra que o assassinato

¹¹⁹ SÃO PAULO, Folha de. **Bolsonaro é alvo de queixa-crime no STF por transfobia após fala sobre 'Joãozinho'**, 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/07/bolsonaro-e-denunciado-ao-stf-por-homofobia-e-transfobia-apos-fala-sobre-joaozinho.shtml> Acesso em 23 jan 2023

¹²⁰ G1. **Travesti é morta com facada no peito em Rolim de Moura, RO**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/01/30/travesti-e-morta-com-facada-no-peito-em-rolim-de-moura-ro.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹²¹ G1. **Corpo de travesti é encontrado acorrentado em cachoeira no interior do Ceará**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/14/corpo-de-travesti-e-encontrado-acorrentado-em-cachoeira-no-interior-do-ceara.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

aconteceu um dia antes “*de a morte da travesti Dandara dos Santos*¹²² *completar três anos*”.

Como vimos anteriormente, nem só como vítimas são retratadas as travestis no **G1**. Isso acontece na matéria 9, “*MP denuncia suspeito de envolvimento nas mortes de 4 motoristas de app em Salvador*”¹²³, na matéria 11, “*Homem é encontrado morto dentro de casa em Bauru; móveis foram levados*”, na matéria 15, “*Polícia prende travesti suspeita de matar homem a facadas e furtar móveis da casa dele em Bauru*”¹²⁴, e na matéria 24, “*Polícia prende suspeita de assaltar moradores na Zona Sul do Rio*”¹²⁵ as travestis aparecem sob a imagem da figura perigosa e violenta. Serra (2018) explica que a partir do ponto de vista jurídico, essa construção

tem como efeito um reconhecimento ambíguo, que incorpora argumentos de defesa das travestis nos casos em que são vítimas de homicídio, mas que quando são réus ou corréus tenham a possibilidade de que sejam criminosas transformada em *probabilidade*. Nesse processo que chamo de criminalização, a expectativa social do desvio se concretiza, com todos os seus perversos efeitos sobre toda uma categoria populacional já marginalizada (SERRA, 2018, p.18).

Na matéria 9, por exemplo, o jornalista cita o nome de registro masculino de um dos acusados da morte dos quatro motoristas de aplicativo em Salvador seguido da identidade travesti e da frase “*também conhecido como Amanda*”, como se o nome social fosse um apelido, crítica feita anteriormente pela ANTRA em campanha. Apesar da posição enquanto acusada, e de existirem outros envolvidos no crime, o jornalista faz o tempo todo referência ao nome masculino da travesti e o uso

¹²² O assassinato de Dandara Kettley, segundo Benevides (2022), é um dos casos mais emblemáticos de transfeminicídio no país, e ganhou visibilidade após a repercussão de um vídeo nas redes sociais. “As imagens mostravam Dandara sendo espancada, com pontapés no rosto, golpes de madeira no ombro e na barriga, uma paulada na cabeça, além de xingamentos, chineladas na cara, tiros e um paralelepípedo afundando a cabeça para finalizar a execução” (BENEVIDES, 2022, p.92). In: BENEVIDES, Bruna. **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**, 2022. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em 23 jan 2023

¹²³ G1. **MP denuncia suspeito de envolvimento nas mortes de 4 motoristas de app em Salvador**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/21/mp-denuncia-suspeito-de-envolvimento-nas-mortes-de-4-motoristas-por-app-em-salvador.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹²⁴ G1. **Polícia prende travesti suspeita de matar homem a facadas e furtar móveis da casa dele em Bauru**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/28/policia-prende-travesti-suspeito-de-matar-homem-a-facadas-e-furtar-moveis-da-casa-dele-em-bauru.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹²⁵ G1. **Polícia prende suspeita de assaltar moradores na Zona Sul do Rio**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/28/policia-prende-travesti-suspeito-de-matar-homem-a-facadas-e-furtar-moveis-da-casa-dele-em-bauru.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

de pronomes masculinos, a exemplo do trecho a seguir: “*Durante a prisão, o suspeito disse à polícia que o objetivo do grupo era roubar os veículos das vítimas*”.

Segundo a Resolução nº 270/2018 do Conselho Nacional de Justiça, deve ser assegurado a pessoas transexuais e travestis o uso do nome social nos serviços judiciários por membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados¹²⁶. Na matéria em questão, o direito da acusada não foi respeitado pelo Ministério Público e nem pelo jornalista. O mesmo desrespeito à identidade feminina acontece na matéria 11, em que no final da matéria o jornalista usa do verbo “relatar” para expressar que vizinhos viram “*um travesti*” saindo da casa de Amauri Arruda dos Santos, homem que foi morto e teve os móveis roubados. Ainda no mesmo parágrafo, novamente o jornalista se refere a “*o travesti*” e em seguida usa “*o suspeito*”.

Na continuação da matéria em questão, publicada no dia 28 de janeiro, um dia antes do **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, o título já destaca a identidade de gênero da acusada e faz referência no feminino: “*Polícia prende travesti suspeita de matar homem a facadas e furtar móveis da casa dele em Bauru*”. No entanto, novamente vale ressaltar que a identidade travesti usada como destaque não tem nenhum tipo de relação com a motivação do crime.

O que se vê é uma tentativa de usar a travesti enquanto sujeito ‘anormal’ para chamar a atenção do público leitor. Como explica Foucault (2020), a sociedade, ao definir mecanismos de controle que estabelecem uma norma que classifica e distribui os indivíduos, impõe uma hierarquia que se baseia na desqualificação de alguns em comparação com outros. Segundo relato da travesti acusada do crime, que não foi identificada na matéria, ela morava com o homem na casa e o golpe foi desferido após uma discussão.

Outro exemplo, na matéria 24, é o uso no título dos termos “*polícia prende suspeita*” para se referir à acusada do assalto, sem identificar a identidade de gênero como se fosse um determinante para a ocorrência do crime. No entanto, logo no intertítulo diz que a “*suspeita do crime é uma travesti*”. O que fica confuso é que ao mencionar um “*comparsa motorista de aplicativo*”, o jornalista cita um nome masculino, sem que seja possível identificar se o nome se refere à travesti ou ao ‘comparsa’. Durante o texto não é feito nenhum tipo de referência ao nome social, e a

¹²⁶ TRABALHO, Justiça do. Lei garante uso de nome social a transexuais e travestis, 2019. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2019/11/lei-garante-uso-de-nome-social-a-transexuais-e-travestis> Acesso em 23 jan 2023

ação é toda narrada no masculino e no singular, apesar de serem dois suspeitos, como é possível observar no trecho a seguir: “A polícia informou que Ian Felipe¹²⁷ confessou cinco assaltos na Zona Sul com dois comparsas. Ele foi preso por roubo, associação criminosa e importunação sexual. Somadas, as penas podem chegar a 15 anos de prisão”.

Segundo Benevides (2022), “a violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans [...] fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária [...]” (BENEVIDES, 2022, p.9). Nesse contexto, a omissão do Estado em reconhecer “a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos” (BENEVIDES, 2022, p.10), leva a uma série de violações, inclusive dentro do sistema prisional.

A matéria 22, publicada no dia 6 de fevereiro, denuncia essa realidade. Intitulada “*Estupro e tortura: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos*”¹²⁸, mostra que travestis e transexuais “*sofrem constantes violências emocionais, físicas e sexuais, assim como práticas de tortura específicas da sua condição de gênero, dentro das prisões masculinas*”. O jornalista inclui relatos e dados, e usa o depoimento de Gabriela¹²⁹ para ilustrar a série de violências físicas sofridas por mulheres travestis e transexuais. O jornalista também usa um nome fictício para preservar a identidade da vítima e se refere a ela sempre no feminino. Entre os relatos de violência estão o corte de cabelo, interrupção do tratamento hormonal, tratamento no nome masculino, isolamento, humilhações, estupro, tortura e espancamentos, tanto por parte de outros presos quanto de agentes penitenciários e policiais. Segundo Butler (2020),

A população de mulheres ainda vivas vive, até certo ponto, aterrorizada com a prevalência dos assassinatos contra elas. Algumas aceitam a subordinação para evitar esse funesto destino, mas essa subordinação serve apenas para lembrá-las de que são, em princípio, uma classe *assassinável*. “Submeta-se ou morra” se torna o imperativo imposto às mulheres que vivem nessas situações de terror. E é esse poder de aterrorizar que, é claro, recebe o

¹²⁷ O nome masculino foi citado neste caso, pois não se tem informação se o nome se refere à travesti em questão ou ao homem cisgênero que também foi acusado.

¹²⁸ G1. **Estupro e tortura**: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/06/estupro-e-tortura-relatorio-inedito-do-governo-federal-aponta-o-drama-de-trans-encarceradas-em-presidios-masculinos.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

¹²⁹ Nome fictício usado pelo jornalista na matéria do G1 para proteger a identidade da vítima

respaldo, o apoio, o reforço da polícia que se nega a proteger, ou a processar, ou que inflige ela mesma violência às mulheres que se atrevem a denunciar legalmente a violência que sofrem ou testemunham, ou que se unem em grupos para protestar ou se juntam a alianças transregionais ou transnacionais para enfrentar a violência contra as mulheres e as pessoas trans (BUTLER, 2020, s/p).

A matéria 25, penúltima publicada em fevereiro de 2020, conta o caso da travesti cearense Karina Silva, assassinada em São Paulo. O título “*Transexual foi morta 3 dias antes de retornar ao Ceará para visitar familiares; 'ela veio, mas veio morta', lamenta amiga*”¹³⁰ faz uma referência à realidade de muitas mulheres travestis, que são assassinadas longe em contextos de marginalidade e vulnerabilidade nas ruas. No entanto, um ponto importante é que o jornalista, em nenhum momento, faz referência à motivação e contexto do crime, colocando apenas fala de familiares que lamentam a partida de Karina, que tinha o sonho de ajudar a mãe.

Segundo Butler (2020), “podemos dizer que as mulheres são assassinadas não por causa de qualquer coisa que tenham feito, mas pelo que os outros percebem que são” (BUTLER, 2020, s/p), por isso é importante que no texto não se exponha nenhum tipo de contexto ou motivo que justifique a morte enquanto culpa da vítima. As mulheres trans ainda possuem uma particularidade ainda maior “porque são femininas, ou estão feminizadas, e são punidas não apenas por rejeitar o caminho da masculinidade, mas por abraçar abertamente sua própria feminilidade” (BUTLER, 2020, s/p).

No Quadro 11, apresentada a seguir, um outro contexto de violência que marca a vida de mulheres transgênero se apresenta nas matérias publicadas pelo **G1** no ano de 2021: a violência política. Em outubro de 2020 os brasileiros foram às urnas para as eleições municipais, onde elegeram prefeitos e vereadores, mas apesar do número de candidaturas de pessoas travestis e transexuais ter triplicado entre 2016 e 2020, “a existência trans na política eletiva ainda enfrenta uma série de desafios, pois apesar do aumento, apenas 30 candidaturas transgênero e travestis foram eleitas em 2020” (Gonçalves et Al., 2021, p.5).

¹³⁰ G1. **Transexual foi morta 3 dias antes de retornar ao Ceará para visitar familiares; 'ela veio, mas veio morta', lamenta amiga**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/16/transexual-foi-morta-3-dias-antes-de-retornar-ao-ceara-para-visitar-familiares-ela-veio-mas-veio-morta-lamenta-amiga.ghtml> Acesso em 24 jan 2023

Quadro 11 – Notícias da FD de Violência do buscador “travesti” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	1-jan.	Vereador Wesley ironiza e diz que a mais votada de BH foi Marli, colega que teve menos da metade dos votos de Duda Salabert
	2	4-jan.	Adolescente homossexual é morto a pauladas, chutes e socos em Camocim, no interior do Ceará
	3	5-jan.	Polícia investiga morte de travesti espancada em São Roque
	4	7-jan.	Travesti é suspeita de matar homem que recusou pagar por programa em Belo Horizonte
	5	8-jan.	Padrasto é suspeito de matar jovem a facadas no Piauí
	6	9-jan.	Daniel Carvalho, criador da Katylene, morre aos 32 anos
	7	9-jan.	Daniel Carvalho: famosos lamentam morte de criador da Katylene aos 32 anos
	8	10-jan.	Corpo de Daniel Carvalho, criador da Katylene, será enterrado neste domingo no Rio
	9	11-jan.	Jovem é atropelado por carro enquanto caminhava pela calçada em Cambé, diz PM; VÍDEO
	10	12-jan.	Vítima atropelada em calçada no Paraná acredita em ato homofóbico
	11	20-jan.	Travesti é presa suspeita de matar homem e diz à polícia que se vingou porque vítima abusou da sobrinha dela em MT
	12	27-jan.	Casa de covereadora negra e travesti é alvo de tiros em SP, diz bancada feminista do PSOL
	13	28-jan.	Vereadora Erika Hilton registra boletim de ocorrência por ameaça após ser perseguida dentro da Câmara de SP
	14	29-jan.	Número de assassinatos de trans dobra no Ceará em 2020; Estado é o 2º do país no número de mortes
	15	29-jan.	Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê
	16	29-jan.	80% das pessoas trans de São Paulo relatam ter sofrido violência verbal na cidade, aponta estudo inédito da prefeitura
	17	1-fev.	Covereadora do PSOL registra boletim de ocorrência após homem atirar para o alto na porta da sua casa em SP
	18	1-fev.	Polícia de SP investiga se há relação entre atentados contra 3 parlamentares trans do PSOL
	19	1-fev.	Mulher trans é agredida e morta e família reclama de demora para liberação do corpo pelo IML
	20	1-fev.	Câmara de SP reforça segurança de vereadores após três casos de ataque
	21	3-fev.	Adolescente de 14 anos é apreendido suspeito de balear travesti no rosto em Teresina
	22	4-fev.	Procuradoria da Câmara de SP diz que não reconhece a existência de bancadas coletivas; PSOL pede escolta para covereadoras
	23	9-fev.	Morador de rua esfaqueia segurança após discussão em padaria no litoral de SP
	24	13-fev.	Polícia investiga tentativa de homicídio contra travesti em Pereira Barreto
	25	13-fev.	Homem é preso por matar travesti a facadas após discordar do valor de programa na Bahia
	26	17-fev.	Acusados de matar travesti em Londrina vão a júri popular
	27	22-fev.	Polícia Civil indícia por latrocínio travesti suspeita de matar um homem em Belo Horizonte

Fonte: Autora (2022)

Na formação discursiva sobre direitos humanos vimos que a participação trans na política apareceu de forma secundária. Já nesta vemos uma série de matérias que abordam diretamente a violência sofrida por candidatas travestis eleitas para cargos públicos. Gonçalves et. Al. (2021) defende que “a inserção deste grupo dentre os representantes amplia a possibilidade de que as suas perspectivas sejam consideradas sobre cada questão — de acordo com a trajetória de cada um dos eleitos” (GONÇALVES et. Al, 2021, p.5), incluindo ainda suas intersecções de raça, gênero e classe social.

Em entrevista para o jornal Brasil de Fato em janeiro de 2021, Bruna Benevides observa que a “agenda anti-gênero de Bolsonaro torna população trans uma inimiga” (FATO, 2021, s/p), e que a posição pública do ex-presidente Jair Bolsonaro contra o debate da diversidade e de gênero estimula o ódio nos cidadãos. “É um ciclo da violência que se inicia no discurso, que às vezes é dito em forma de piada e que se transforma em uma morte extremamente violenta e cruel” (FATO, 2021, s/p)¹³¹.

A violência na ordem do discurso, como explicado por Benevides em entrevista, pode ser notada já na primeira matéria publicada em 2021, intitulada “Vereador Wesley ironiza e diz que a mais votada de BH foi Marli, colega que teve menos da metade dos votos de Duda Salabert”¹³². Nesse caso, como explica Orlandi (2007), sob a ótica de política do silêncio, é possível desmembrar o silenciamento em silêncio constitutivo e silêncio local. O primeiro deles representa “um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73). Já o silêncio local, “é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer” (ORLANDI, 2007, p.74), a exemplo da censura.

Na matéria em questão é possível identificar o emprego do anti-implícito. Por mais que não seja dito claramente pelo vereador a sua intenção ao parabenizar a outra colega parlamentar, fica claro o não reconhecimento da identidade travesti de Duda Salabert enquanto mulher, e, portanto, a mais votada em Belo Horizonte.

¹³¹ FATO, Brasil de. **Agenda anti-gênero de Bolsonaro torna população trans uma inimiga**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/agenda-anti-genero-de-bolsonaro-torna-populacao-trans-uma-inimiga-diz-ativista> Acesso em 25 jan 2023

¹³² G1. **Vereador Wesley ironiza e diz que a mais votada de BH foi Marli, colega que teve menos da metade dos votos de Duda Salabert**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/01/vereador-wesley-ironiza-e-diz-que-a-mais-votada-de-bh-foi-prof-marli-colega-que-teve-menos-da-metade-dos-votos-de-duda-salabert.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

As matérias 12, 13, 17, 18 e 22 também tratam a questão da violência política. Segundo Gonçalves et Al. (2021), a definição para o termo violência política foi definida no Projeto de Lei nº 2462, aprovado no Senado Federal com vetos do Presidente Jair Bolsonaro, que dispõe sobre crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade. Segundo o artigo, configura violência política “restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (REPÚBLICA, 2021)¹³³.

A matéria 12, intitulada “*Casa de vereadora negra e travesti é alvo de tiros em SP, diz bancada feminista do PSOL*”¹³⁴ expõe para além da discriminação verbal, um tipo de ameaça. Durante a matéria, a situação é descrita de acordo com as informações disponibilizadas pela bancada feminista do PSOL, composta por quatro mulheres, entre elas Carolina Iara, “*negra, travesti e portadora do vírus HIV*”. A jornalista usa de aspas e do discurso direto para relatar que a banca considera o ato um “*crime político*”, por tudo que representa “*como liderança de movimentos de pessoas trans*”.

“Um dos maiores desafios enfrentados pelas/os candidatas/os e eleitas/os transgênero e travestis hoje, no Brasil, é a violência política, tanto no período de campanha quanto no exercício do mandato” (GONÇALVES et. Al, 2021, p.38), por isso é importante que a mídia noticie e dê visibilidade a estes casos, gerando um debate para respostas efetivas a estas ameaças. A matéria 13¹³⁵ também expõe a violência sofrida por uma terceira vereadora travesti, desta vez Erika Hilton, eleita pela cidade de São Paulo.

De acordo com relatos da matéria, “*a vereadora Erika Hilton (PSOL) registrou um boletim de ocorrência por ameaça nesta quarta-feira (27), após ser perseguida por um homem dentro da Câmara Municipal de São Paulo na tarde da*

¹³³ REPÚBLICA, Presidência da. **Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/14197.htm#:~:text=Restringir%2C%20impedir%20ou%20dificultar%2C%20com,da%20pena%20correspondente%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia Acesso em 25 jan 2023

¹³⁴ G1. **Casa de vereadora negra e travesti é alvo de tiros em SP, diz bancada feminista do PSOL**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/27/casa-de-vereadora-negra-e-travesti-e-alvo-de-tiros-em-sp-diz-bancada-feminista-do-psol.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹³⁵ G1. **Vereadora Erika Hilton registra boletim de ocorrência por ameaça após ser perseguida dentro da Câmara de SP**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/vereadora-erika-hilton-registra-boletim-de-ocorrencia-por-ameaca-apos-ser-perseguida-dentro-da-camara-de-sp.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

última terça (26)". O homem, que *"portava uma bandeira e usava máscaras com símbolos religiosos entrou no gabinete pedindo insistentemente para falar com a parlamentar"*. Além dos relatos, a jornalista se preocupa em dar espaço à própria vereadora, que se sentiu constrangida e passou a temer pela sua integridade física.

Novamente em fevereiro, na matéria 17¹³⁶, o **G1** publicou um caso de violência política, desta vez contra Samara Sosthenes, travesti e também covereadora do PSOL em São Paulo, *"após um homem armado em uma moto ter parado em frente a sua casa no sábado (30) e disparado para o alto"*. Logo no subtítulo da matéria a jornalista lembra que as outras duas parlamentares também sofreram ameaças, um dado importante ao considerar que os fatos ocorreram todos na mesma semana e afetaram três parlamentares da mesma cidade. Na matéria, ainda há menção ao fato de que a motivação do crime pode ser tanto política quanto de gênero, principalmente porque ocorreram na semana do **Dia Nacional da Visibilidade Trans**.

Por fim, as matérias 18¹³⁷, 20¹³⁸ e 22¹³⁹, debatem sobre a investigação dos três casos e a proteção contra as violências políticas enfrentadas pelas parlamentares. Entre as abordagens estão a dificuldade das integrantes dos mandatos coletivos Bancada Feminista e Quilombo Periférico de receber proteção, uma vez que a Procuradoria da Câmara de São Paulo alegou não reconhecer a existência de bancadas coletivas.

Ao trazer esta discussão sobre a violência política em vários momentos, retomando as situações que ocorreram com vereadoras diferentes, podemos destacar que o jornalismo cumpre o papel enquanto mediador de debates importantes na esfera pública. É preciso registrar que pessoas trans mesmo em espaços de decisão sofrem violência para barrar essa epidemia "que segue vitimando corpos dissidentes que tem

¹³⁶ G1. **Covereadora do PSOL registra boletim de ocorrência após homem atirar para o alto na porta da sua casa em SP**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/covereadora-do-psol-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-homem-atirar-para-o-alto-na-porta-da-sua-casa-em-sp.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹³⁷ G1. **Polícia de SP investiga se há relação entre atentados contra 3 parlamentares trans do PSOL**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/policia-de-sp-investiga-se-ha-relacao-entre-atentados-contra-3-parlamentares-trans-do-psol.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹³⁸ G1. **Câmara de SP reforça segurança de vereadores após três casos de ataque**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/camara-de-sp-reforca-seguranca-de-veredores-apos-tres-casos-de-ataque.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹³⁹ G1. **Procuradoria da Câmara de SP diz que não reconhece a existência de bancadas coletivas; PSOL pede escolta para covereadoras**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/04/procuradoria-da-camara-de-sp-diz-que-nao-reconhece-a-existencia-de-bancadas-coletivas-bancada-do-psol-pede-escolta-para-covereadoras.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

se organizado para disputar espaços de poder como forma de representar a luta de quem anseia por democracia, acesso a direitos e a dignidade [...]” (GONÇALVES et. Al, 2021, p.11).

Como vimos, mesmo nos espaços de debate político, pessoas trans estão expostas a ameaças e até mesmo a crimes motivados por ódio. Segundo Benevides (2021), estes crimes podem variar a depender do local onde ocorrem. “Seja via pública, de difícil acesso e/ou local privado, há uma diferença entre os métodos utilizados pelos assassinos” (BENEVIDES, 2021, p.63). Se no caso de pessoas públicas, como covereadoras, a violência se configura em formato de ameaça e intimidação, para mulheres travestis em situação de vulnerabilidade a violência física é muito mais agressiva.

A matéria 3¹⁴⁰, por exemplo, reflete mais uma vez a realidade de travestis que vivem na prostituição e são assassinadas de forma cruel. Na matéria, o jornalista apresenta que Amanda foi espancada até a morte sem que houvesse qualquer tipo de menção a motivação, e ainda não respeita seu nome social, sendo este identificado enquanto apelido. Como vemos refletido nos enquadramentos presentes nas matérias de violência, a prostituição é constantemente relacionada à violação do direito à vida de pessoas trans. Benevides (2021), no **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras**, desataca que em 2021 foram registradas 79 tentativas de homicídio, sendo que 94% das vítimas eram profissionais do sexo.

A mesma denúncia da morte de pessoas trans aparece na matéria 15¹⁴¹, intitulada “*Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê*”. Um dos casos citados é o de Keron Ravach, de 13 anos, que foi assassinada com pauladas, chutes e socos¹⁴². A jornalista cita que “*a idade de Keron corresponde à idade média estimada em que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa pelos pais*”, e se propõe a traçar um panorama sobre a vulnerabilidade de pessoas trans e os motivos pelos quais estão sendo assassinadas

¹⁴⁰ G1. **Polícia investiga morte de travesti espancada em São Roque**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/01/05/policia-investiga-morte-de-travesti-por-espantamento-em-sao-roque.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹⁴¹ G1. **Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/jovens-e-criancas-trans-estao-sendo-mortas-cada-vez-mais-cedo-diz-autora-de-dossie.ghtml> Acesso em 25 jan 2023

¹⁴²O caso foi listado no Quadro 4 e analisado com maior profundidade na formação discursiva de direitos humanos.

cada vez mais novas, respeitando a identidade e o nome social, e apresentando aspectos sociais relevantes para a discussão sobre crimes de ódio e transfobia.

Outra ótica da violência a qual são submetidas pessoas trans ainda é a violência institucional, entendida como

violações e abusos sistemáticos, decorrentes de ações ou omissões de agentes de entidades públicas ou privadas, escorados em relações de poder e motivados por desigualdades de condição socioeconômica, raça, etnia, idade, religião e gênero, entre outras (TRINDADE, 2015, p.211).

Durante toda a sua vida, e mesmo em sua morte, mulheres travestis e transexuais enfrentam barreiras no âmbito institucional, fruto da falta de “políticas públicas que enfrentem o estigma e o preconceito e contemplem as necessidades sociais elementares deste segmento populacional” (TRINDADE, 2015, p.211). Na matéria 19, *“Mulher trans é agredida e morta e família reclama de demora para liberação do corpo pelo IML”*¹⁴³, vemos retratada a violência pós-morte as quais são submetidas pessoas trans e seus familiares. Michele Almeida, de 46 anos, foi morta com perfurações no pescoço e nas costas, e trabalhava como prostituta em Belo Horizonte (MG). Se já não bastasse a violência física enfrentada por Michele, a família ainda não conseguiu liberação do corpo.

Como vemos no trecho a seguir, há uma aspa do irmão da vítima na matéria 19: *“Ela já sofreu violência por causa da vida que vivia. A sociedade tem muito preconceito e, às vezes, a única alternativa é a prostituição. O ser humano precisa ser menos preconceituoso e dar mais oportunidades. Queremos agora é justiça”, disse o irmão.* Em seguida, uma menção a uma postagem nas redes sociais da então vereadora Duda Salabert denuncia a burocratização pela liberação do corpo: *“Estão burocratizando a liberação, pois segundo o IML é um homem com documento de mulher, então tem que fazer outros processos. Lembremos que a expectativa de vida de uma travesti no Brasil é 35 anos. [...]”*.

Ao olharmos o Quadro 12, onde estão classificadas as notícias com o buscador “transexual” em 2020, também é possível identificar casos que remetam a constante violência institucional ao qual pessoas trans estão expostas.

¹⁴³ G1. **Mulher trans é agredida e morta e família reclama de demora para liberação do corpo pelo IML**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/01/mulher-trans-e-agredida-e-morta-e-familia-reclama-de-demora-para-liberacao-do-corpo-pelo-impl.ghtml>
Acesso em 25 jan 2023

Quadro 12 – Notícias da FD de Violência do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Título
2020	1	2-jan.	Transexual morre após ser atingida por tiros em Dilermando de Aguiar
	2	6-jan.	São Paulo registra primeiros casos de feminicídio com mulheres como suspeitas
	3	7-jan.	Universidade Federal do Tocantins altera edital de mestrado para retirar cotas de LGBTI
	4	11-jan.	Atriz Glamour Garcia diz ter sido agredida; ex-namorado nega acusação
	5	12-jan.	Atriz Glamour Garcia registra queixa por agressão contra ex-namorado
	6	14-jan.	Presos por morte de transexual em Tramandaí vão passar por acareação, diz polícia
	7	17-jan.	Polícia prende terceiro suspeito de agressão a transexuais em Niterói
	8	21-jan.	Homem acusado de matar transexual é julgado em São Borja
	9	21-jan.	Acusado de matar transexual em São Borja é condenado a 24 anos de prisão
	10	23-jan.	Polícia Civil prende suspeito da morte de transexual em Santa Maria
	11	23-jan.	'Pedi documento para provar', diz mulher trans barrada em casa de shows no interior de SP
	12	29-jan.	Ceará tem o 2º maior número de assassinatos de pessoas trans em 2019*
	13	29-jan.	Suspeitos de matar travesti em RR são identificados, mas 9 meses após crime ninguém foi preso*
	14	5-fev.	Mulher morre após aplicar silicone industrial em clínica clandestina, em João Pessoa
	15	6-fev.	Polícia investiga morte de mulher após aplicar silicone industrial em clínica clandestina, na PB
	16	6-fev.	Mulher trans é morta a facadas e outra fica ferida em Florianópolis
	17	6-fev.	Estupro e tortura: relatório inédito do governo federal aponta o drama de trans encarceradas em presídios masculinos*
	18	6-fev.	Mulheres trans acusam motorista de aplicativo de agressão e transfobia no DF; veja vídeo
	19	11-fev.	Polícia indícia dois homens pela morte de transexual em Dilermando de Aguiar
	20	12-fev.	Técnica de enfermagem transexual morre dentro de hospital no norte do estado
	21	12-fev.	Transexual é encontrada morta a facadas na Zona Leste de São Paulo
	22	15-fev.	Polícia prende acusado de matar transexual a facadas na Zona Leste de SP
	23	16-fev.	Transexual foi morta 3 dias antes de retornar ao Ceará para visitar familiares; 'ela veio, mas veio morta', lamenta amiga*
	24	18-fev.	Polícia encontra carro usado por suspeito preso de matar transexual em SP
	25	24-fev.	Mulher trans esfaqueada em Florianópolis morre no hospital

Fonte: Autora (2022)

A matéria 11, publicada no dia 23 de janeiro, relata o caso de Hellen Monterromero, que foi barrada em um estabelecimento de Barra Bonita (SP)¹⁴⁴. No título fica explícita a violência a qual Hellen passou: *“Pedi documento para provar”*¹⁴⁵. Já a matéria 3¹⁴⁶ expõe uma série de retaliações à Universidade Federal do Tocantins após a publicação de edital que previa cotas para pessoas LGBTI. Segundo Trindade (2015), “de fato, a ausência de políticas inclusivas, fundamentadas no respeito à diversidade sexual, resulta em altos índices de evasão escolar de meninas e meninos transexuais [...]” (TRINDADE, 2015, p.226), mas essa perspectiva nem ao menos é citada na matéria. Entre as opiniões mencionadas estão apenas a de dois deputados contrários à medida e que usam de argumentos preconceituosos, a exemplo do trecho a seguir:

“O vereador Filipe Martins (PSC), da Câmara de Palmas, também repudiou a iniciativa da Universidade Federal e se disse contra a oferta de privilégios. “Não tenho nada contra os travestis, transexuais, que fique claro, mas porque discriminar o restante da sociedade? Assim teriam que criar cota para obeso, magro, alto, baixo, gestante, lactante, idosos, etc. Justiça é garantir direitos iguais para todos e privilégio especial para ninguém”, afirmou em seu site oficial.”

No que tange ao uso das fontes, Schmitz (2011) defende que “a maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes” (SCHMITZ, 2011, p.23), e, portanto, o jornalista precisa utilizar dessa pluralidade enquanto ferramenta para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos, o que não acontece na matéria 3, onde apenas opiniões contrárias às cotas para pessoas LGBTI são ouvidas.

É importante que o jornalista enquanto formador de opinião ajude a visibilizar determinadas situações de vulnerabilidade, mas também é essencial que contraponha opiniões a fim de promover um debate sobre a importância de uma mudança de comportamento em relação a pessoas trans. Já sob a ótica do jornalismo

¹⁴⁴ A história de Hellen Monterromero também foi analisada sob a formação discursiva de direitos humanos, por isso não serão retomados os detalhes do caso.

¹⁴⁵ G1. **‘Pedi documento para provar’, diz mulher trans barrada em casa de shows no interior de SP**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/23/pedi-documento-para-provar-diz-mulher-trans-barrada-em-casa-de-shows-no-interior-de-sp.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁴⁶ G1. **Universidade Federal do Tocantins altera edital de mestrado para retirar cotas de LGBTI**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/01/07/universidade-federal-do-tocantins-altera-edital-de-mestrado-para-retirar-cotas-de-lgbti.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

de subjetividade, é também importante “empregar uma abordagem não espetacularizada sobre tais grupos; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; ao não tornar repórteres como heróis e/ou heroínas, salvadores” (MORAES, 2019, p.212). Como vimos até agora nas análises das formações discursivas, há sempre essa orientação enquanto enquadramento, principalmente a de vítimas ou violentas.

Segundo Bento (2016),

O transfeminicídio, tal qual o feminicídio, se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação das travestis, mulheres trans e mulheres transexuais, motivada pela negação de humanidade às vítimas. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo-sexual-generificado, o faz publicamente e demanda esse reconhecimento das instituições sociais (BENTO, 2016, p.51).

A partir da explicação do transfeminicídio enquanto política sistemática, e da análise das matérias desta formação discursiva, é possível afirmar que o assassinato de pessoas trans em contextos de prostituição pode ter se tornado pauta corriqueira do jornalismo, e portanto, não exige uma problematização. Como explica Traquina (2020b), a tribo jornalística possui uma visão bipolar da realidade, com o mundo “estruturado em polos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra etc. As regras de objetividade, bem como a vontade de simplificar e/ou estruturar o acontecimento de forma dramática, explicam esta visão bipolar” (TRAQUINA, 2020b, 36), que quase nunca abre espaço para outro ponto de vista, se não o de dar ênfase aos acontecimentos.

Outro ponto que chama a atenção é que casos que apareceram na categoria “transexual” e que não apareceram na categoria “travesti” são aqueles que não estão ligados ao assassinato de mulheres trans que atuavam na prostituição. As pautas 4 e 5, por exemplo, partem do valor-notícia da notoriedade. O título “*Atriz Glamour Garcia diz ter sido agredida; ex-namorado nega acusação*”, faz referência direta ao nome da atriz trans ficou conhecida após interpretar um papel na novela “A Dona do Pedaço” da Rede Globo, e por vencer o “troféu Domingão - Melhores do Ano”. Durante a matéria o jornalista usa da controvérsia entre os depoimentos da atriz e do namorado acusado para relatar o caso, o que nos leva a perceber que o fato de a atriz ser conhecida foi o ponto principal pelo qual o caso foi noticiado.

Por fim, das matérias elencadas no Quadro 12, é possível avaliar ainda uma relação entre as formações discursivas da violência e da saúde nas matérias 14¹⁴⁷ e 15¹⁴⁸, que relatam a morte de Maísa Andrade após a aplicação de silicone industrial em uma clínica clandestina. Como explica Trindade (2015), a violência institucional está ainda ligada “a naturalização das enormes filas de espera e as incertezas quanto à inserção nos programas de transexualização” (TRINDADE, 2015, p.211), o que faz com que muitas mulheres trans busquem de serviços clandestinos para conseguir realizar as mudanças corporais desejadas. No entanto, apesar de ser um problema que merece atenção enquanto saúde pública, na matéria o jornalista novamente se atém ao fato sem trazer nenhum tipo de problematização do porquê muitas mulheres recorrem a este tipo de procedimento apesar de todos os riscos envolvidos.

Dando continuidade à análise da formação discursiva da violência e morte, no Quadro 13 estão listadas as matérias relacionadas ao buscador “transexual” no ano de 2021. Em comparação com o buscar “travesti” e com o ano de 2020, a maioria das pautas segue o enquadramento da transexual vítima de violência em contextos de vulnerabilidade, mas algumas matérias em específico chamam a atenção.

Quadro 13 – Notícias da FD de Violência do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	6-jan.	Loren Alesxandre, criadora da Parada LGBT de Madureira, morre aos 62 anos
	2	8-jan.	Jovem trans de 13 anos foi morta a pauladas no Ceará por cobrar dívida de R\$ 50 do suspeito
	3	12-jan.	Transexual goiana é encontrada morta em praia de Portugal após relatar ameaças em live
	4	12-jan.	Família pretende trazer cinzas de transexual goiana achada morta em praia de Portugal para fazer enterro simbólico em Goiás
	5	12-jan.	Desaparecimento de Nataly Lily completa um mês, em Mogi; familiares e amigos cobram investigação
	6	12-jan.	Advogado se torna réu acusado de homofobia contra promotora durante júri de policiais em SP
	7	21-jan.	Polícia Civil prende suspeito de matar transexual a tiros em Piracicaba

¹⁴⁷ G1. **Mulher morre após aplicar silicone industrial em clínica clandestina, em João Pessoa**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/05/mulher-morre-apos-aplicar-silicone-industrial-em-joao-pessoa.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁴⁸ G1. **Polícia investiga morte de mulher após aplicar silicone industrial em clínica clandestina, na PB**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/06/policia-investiga-morte-de-mulher-apos-aplicar-silicone-industrial-em-clinica-clandestina-na-pb.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

8	21-jan.	Cães farejadores fazem buscas próximo à região onde Nataly Lily desapareceu, em Mogi
9	21-jan.	Justiça determina internação de jovem que matou a pauladas trans de 13 anos no Ceará
10	22-jan.	Estado de SP tem aumento de 17% nos registros de violência contra transgêneros em 2020
11	28-jan.	Familiares denunciam abusos e pedem transferência imediata de mulher trans presa na ala masculina da Penitenciária da Papuda, no DF
12	28-jan.	Vereadora Erika Hilton registra boletim de ocorrência por ameaça após ser perseguida dentro da Câmara de SP*
13	29-jan.	Associação aponta que 175 pessoas transexuais foram mortas no Brasil em 2020 e denuncia subnotificação
14	29-jan.	Número de assassinatos de trans dobra no Ceará em 2020; Estado é o 2º do país no número de mortes*
15	29-jan.	80% das pessoas trans de São Paulo relatam ter sofrido violência verbal na cidade, aponta estudo inédito da prefeitura*
16	29-jan.	Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê*
17	1-fev.	Covereadora do PSOL registra boletim de ocorrência após homem atirar para o alto na porta da sua casa em SP*
18	1-fev.	Polícia de SP investiga se há relação entre atentados contra 3 parlamentares trans do PSOL*
19	1-fev.	Mulher trans é agredida e morta e família reclama de demora para liberação do corpo pelo IML*
20	2-fev.	Mulher trans é assassinada a tiros em Itajaí
21	4-fev.	Corpo de transexual de 34 anos é encontrado dentro de casa em Piracicaba
22	5-fev.	Mulher trans acusa cartório no Acre de negar troca de nome: 'Me senti uma pessoa inválida'
23	8-fev.	Corpo de transexual é encontrado na Zona Sul de Aracaju, diz SSP
24	11-fev.	Transexual de 17 anos é apreendida suspeita de tráfico de drogas em Contagem
25	14-fev.	PM mata transexual com tiro no peito e destrói portão de motel ao fugir em Manaus; Veja vídeo
26	16-fev.	PM suspeito de matar transexual em motel se entrega à polícia em Manaus
27	16-fev.	Corpo de transexual morta em Portugal é cremado, mas irmã não consegue voltar com cinzas ao Brasil devido à pandemia
28	22-fev.	Policia trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: 'Quero reconhecimento'
29	24-fev.	Mulher trans pode ter morrido ao inalar fumaça tóxica durante incêndio em clínica de SP, aponta prontuário médico do HC
30	26-fev.	Inspeção identifica práticas 'cruéis, desumanas e métodos medievais de tortura' contra presos em MT
31	27-fev.	Polícia Civil de SC divulga vídeo para tentar identificar suspeitos de matarem jovem trans

Fonte: Autora (2022)

Nas matérias vistas anteriormente para o buscador “travesti” na formação discursiva de violência e morte, é possível notar um certo distanciamento do jornalista em relação a vítima ou a acusada, sendo estas sempre nominadas como “a travesti” em destaque nos títulos. No entanto, ao olhar para a identidade “transexual”, na

matéria 1 já vemos o jornalista trazendo o nome como destaque acima da identidade de gênero. O título “*Loren Alesxandre, criadora da Parada LGBT de Madureira, morre aos 62 anos*”¹⁴⁹ faz referência à pessoa enquanto sujeito, e não uma referência impessoal como se fosse apenas mais um número para a estatística.

Por mais que Loren fosse uma figura pública, e, portanto, fosse possível aplicar do valor-notícia da notoriedade enquanto principal critério para a pauta, o mesmo acontece na matéria 5, intitulada “*Desaparecimento de Nataly Lily completa um mês, em Mogi; familiares e amigos cobram investigação*”¹⁵⁰. Antes de ser “a transexual”, a vítima é Nataly¹⁵¹, e foi denominada como tal, tendo seu nome e sua identidade respeitada do começo ao fim da matéria¹⁵².

A covid-19, que também não foi pautada no buscador “travesti”, aparece em 2021 de forma transversal ao assassinato de Angelita Seixas Alves. As matérias 3¹⁵³ e 4¹⁵⁴ foram publicadas no dia 12 de janeiro, e a matéria 27¹⁵⁵ que dá continuidade ao caso, foi publicada no dia 16 de fevereiro. As três matérias relatam a dificuldade da família em ter mais informações e velar a transexual que morreu em Portugal. No intertítulo da matéria 3 o jornalista descreve: “*Ela desapareceu no dia 1º de janeiro, após ir visitar uma amiga. Devido à pandemia, irmã da vítima não consegue viajar para ter mais informações sobre o caso e tentar trazer o corpo para o Brasil*”. O mesmo foco sob a dificuldade de viajar diante da covid-19 aparece nas demais, sendo que na matéria 27 o problema é agravado pelo fechamento das fronteiras aéreas.

¹⁴⁹ G1. **Loren Alesxandre, criadora da Parada LGBT de Madureira, morre aos 62 anos**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/06/loren-alexander-criadora-da-parada-lgbt-de-madureira-morre-aos-62-anos.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁵⁰ G1. **Desaparecimento de Nataly Lily completa um mês, em Mogi; familiares e amigos cobram investigação**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2021/01/12/desaparecimento-de-nataly-lily-completa-um-mes-em-mogi-familiares-e-amigos-cobram-investigacao.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁵¹ O caso de Nataly também foi abordado na formação discursiva de direitos humanos.

¹⁵² A mesma identificação de Nataly Lily acontece no título da matéria 9, continuidade do caso publicada em 21 de janeiro de 2021.

¹⁵³ G1. **Transexual goiana é encontrada morta em praia de Portugal após relatar ameaças em live**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/12/transexual-goiana-e-encontrada-morta-em-praia-de-portugal-apos-relatar-ameacas-em-live.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁵⁴ G1. **Família pretende trazer cinzas de transexual goiana achada morta em praia de Portugal para fazer enterro simbólico em Goiás**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/12/familia-pretende-trazer-cinzas-de-transexual-goiana-achada-morta-em-praia-de-portugal-para-fazer-enterro-simbolico.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁵⁵ G1. **Corpo de transexual morta em Portugal é cremado, mas irmã não consegue voltar com cinzas ao Brasil devido à pandemia**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/16/corpo-de-transexual-morta-em-portugal-e-cremado-mas-irma-nao-consegue-voltar-com-cinzas-ao-brasil-devido-a-pandemia.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

Mesmo que a covid-19 apareça na matéria em questão, é importante destacar que ela aparece enquanto um fator transversal, não sendo tema principal. Segundo a ANTRA (2021), “no contexto da pandemia, não foram pensadas ações específicas para a população LGBTI+ a fim de enfrentar a crise provocada pela COVID-19” (ANTRA, 2021, p.44), e este apagamento está refletido na imprensa, que não chegou a abordar o tema enquanto questão essencial que afeta mais de 70% da população trans que não teve acesso às medidas emergenciais ou auxílio (ANTRA, 2021).

Cabe aqui retomar a discussão do papel crítico que o jornalista possui enquanto formador de opinião a respeito de temas de interesse público. Em 2021, diante de um contexto pandêmico e de avanço da extrema-direita, como já debatemos anteriormente, ampliar o debate público frente a estas questões seria extremamente relevante para reduzir a invisibilidade das pessoas transgênero. No entanto, apenas publicar essas matérias em torno do dia 29 de janeiro, **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, não é suficiente. É importante que o jornalista também se proponha a mudar os demais enquadramentos nos quais constantemente são inseridas as pessoas travestis e transexuais.

Outro tema também retomado na formação discursiva relacionada a transexualidade é a violência institucional a qual estão inseridas mulheres trans em privação de liberdade. Segundo a ANTRA (2022), “usar “Sexo biológico” para definir “o que é ser mulher” tem sido usado ainda por fundamentalistas e feministas trans excludentes como pauta anti-trans como nos esportes, uso de banheiros, no sistema prisional [...]” (ANTRA, 2022, p.134). Essa realidade está presente na matéria 11¹⁵⁶, intitulada “*Familiares denunciam abusos e pedem transferência imediata de mulher trans presa na ala masculina da Penitenciária da Papuda, no DF*” e na matéria 30¹⁵⁷, intitulada “*Inspeção identifica práticas 'cruéis, desumanas e métodos medievais de tortura' contra presos em MT*”. O uso do verbo “denunciar” no título da matéria 11 dá

¹⁵⁶ G1. **Familiares denunciam abusos e pedem transferência imediata de mulher trans presa na ala masculina da Penitenciária da Papuda, no DF**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/28/familiares-denunciam-abusos-e-pedem-transferencia-imediata-de-mulher-trans-presa-na-ala-masculina-da-penitenciaria-da-papuda-no-df.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

¹⁵⁷ G1. **Inspeção identifica práticas 'cruéis, desumanas e métodos medievais de tortura' contra presos em MT**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/02/26/inspecao-aponta-praticas-cruéis-desumanas-e-metodos-medievais-de-tortura-contra-presos-em-mt.ghtml> Acesso em 26 jan 2023

o sentido de tornar conhecido um fato que passa despercebido por muitas pessoas cisgênero sobre a realidade de pessoas trans, função importante do jornalismo.

Outra violência institucional presente nos noticiários em relação às identidades transexuais e que não foi encontrada na análise do buscador “travesti” é a dificuldade para a retificação dos documentos com o nome feminino. A matéria 22¹⁵⁸, por exemplo, expõe a acusação de Duda Velozo, mulher trans, contra um cartório que não quis aceitar a troca de nome na certidão de nascimento. Já a matéria 28¹⁵⁹, intitulada “*Policia trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: 'Quero reconhecimento'*”, relewa o caso de espera de Priscila Diana, policial trans que teve seus documentos retificados depois de 11 meses, como vimos na formação discursiva de direitos humanos.

É importante observar que ambas as situações tratam de personagens e casos específicos para retratar situações que são corriqueiras para a maioria das mulheres trans. Duda Velozo é digital influencer no Acre, e isso confere-lhe um certo tipo de notoriedade. Já Priscila é uma policial trans em um espaço dominado por homens e pelo machismo, o que também apresenta notoriedade que justifique uma matéria no jornal.

¹⁵⁸ G1. **Mulher trans acusa cartório no Acre de negar troca de nome: 'Me senti uma pessoa inválida'**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/05/mulher-trans-acusa-cartorio-no-acre-de-negar-troca-de-nome-me-senti-uma-pessoa-invalida.ghtml> Acesso em 27 jan 2023

¹⁵⁹ G1. **Policia trans de SC aguarda há meses atualização de documentos militares para voltar a trabalhar nas ruas: 'Quero reconhecimento'**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/22/policia-trans-de-sc-aguarda-ha-meses-atualizacao-de-documentos-militares-para-voltar-a-trabalhar-nas-ruas-quero-reconhecimento.ghtml> Acesso em 17 jan 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a respeito das formações discursivas sobre pessoas transgênero na imprensa definitivamente não se esgota nesta dissertação, principalmente pelas mil outras possibilidades de análise da discursividade sob o ponto de vista da experiência e vivência de outros pesquisadores e outras pesquisadoras trans, o qual não é possível oferecer a partir do lugar de fala da minha cisgeneridade. Sabendo da dificuldade de me colocar diante da vivência trans, e entendendo meu lugar de fala enquanto jornalista, e, portanto, profissional da comunicação, me propus a analisar as matérias sob a ótica das teorias do jornalismo e dos processos comunicacionais. Também busquei autoras e pesquisadoras trans que pudessem embasar as teorias de gênero e feminismos discutidas ao longo da dissertação.

A escolha da análise do discurso francesa enquanto percurso teórico-metodológico mostrou-se bastante oportuna e alinhada ao objetivo da pesquisa, que era estudar os efeitos de sentido do discurso sobre pessoas transgênero (travestis e transexuais) nas matérias publicadas no **Portal de Notícias G1** entre janeiro e fevereiro de 2020 e de 2021. Durante a análise foram apresentadas três formações discursivas: 1. Os direitos humanos e as identidades transexuais e travestis; 2. Saúde como um direito de pessoas transexuais e travestis; e 3. As identidades transexuais e travestis atravessadas pela violência e morte.

Encontrar as três principais formações discursivas era essencial para alcançar os objetivos da pesquisa e empreender a análise. A primeira delas, relativa aos direitos humanos, chamou a atenção por aparecer majoritariamente em torno do **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, veiculando principalmente denúncias de transfobia, a reivindicação de proteção social para a população trans, histórias de vida e de superação de mulheres trans, e demandas por maior segurança e justiça para crimes de ódio. Mesmo com a tentativa de oferecer um enquadramento de visibilidade e empoderamento às pautas de travestis e transexuais, é comum vermos a presença da violência como motor dos valores-notícias mesmo que de forma secundária nessas situações. Em alguns momentos, ainda é possível identificar a menção ao nome de registro em sobreposição ao nome social, uma violência presente na vida de muitas mulheres trans e travestis. Além disso, a efeméride, presente no processo jornalístico, tende ainda a causar um certo tipo de superficialidade e previsibilidade às pautas, que se repetem em ambos os anos e em ambos os buscadores.

Um outro ponto importante que ainda cabe ressaltar em relação ao conteúdo publicado no **G1** sob a formação discursiva de direitos humanos, e que se repete nas demais formações discursivas, é que há uma diferença de abordagem entre as palavras-chave “transexual” e “travesti”, sendo a primeira apresentada de forma mais humanizada em relação a outra, comumente apresentada de forma marginal e impessoal.

Na formação discursiva relacionada aos aspectos de saúde, novamente vemos um enquadramento focado na violência institucional, sendo as pautas majoritariamente relacionadas a filas e a dificuldades de acesso a tratamentos e serviços específicos para as pessoas transexuais e travestis, como cirurgias para readequação de sexo e tratamentos hormonais. As matérias também se repetem em relação aos temas, mesmo que muitas vezes sejam de regiões diferentes do Brasil, o que mostra uma tendência de problema estrutural em relação à oferta de serviços de saúde para pessoas transexuais e travestis.

O que se percebe é que ainda há um longo caminho para que os jornalistas enxerguem as pessoas trans e suas especificidades de saúde como algo pautável na imprensa, uma vez que a pauta de saúde aparece em quantidade muito menor de matérias em comparação com as demais FDs, e possui uma frequência mais linear, sem grandes mudanças em torno do dia 29 de janeiro, o que acontece em direitos humanos. Entretanto, nas poucas matérias apresentadas na categoria, cabe destacar a importância de oferecer espaço para as experiências vividas por travestis e transexuais.

Ainda vale mencionar que durante a busca por palavras-chave não foi feita nenhuma menção ao artigo “o” ou “a”, o que ampliaria a busca para encontrar matérias de homens ou mulheres transexuais. No entanto, a única matéria que faz menção a homens trans aparece em saúde, reforçando um outro tipo de silenciamento das experiências de homens transexuais, que também possuem particularidades e demandas específicas, diferente das apresentadas em relação às mulheres transexuais e travestis.

A terceira formação discursiva, da violência e morte, é a que mais aparece, e consequentemente escancara o problema das violências as quais estão sujeitas mulheres transgênero, sejam elas políticas, institucionais, verbais ou físicas. Como dito anteriormente, é a formação discursiva que está inserida de forma mais intrínseca nas demais formações discursivas. Cabe destacar a presença de uma constante

relação entre as violências físicas e crimes de ódio a mulheres travestis e transexuais que trabalham como profissionais do sexo, e a diferença de tratamento para as violências relativas às vivências travestis em comparação com as experiências transexuais. Enquanto travestis são tratadas de forma impessoal como estatística, mulheres transexuais têm suas identidades respeitadas enquanto sujeito, tendo seu nome social mencionado nas matérias e muitas vezes no título.

Assim, a partir desta análise, destaca-se que é importante buscar uma mudança de enquadramento no que tange às matérias relacionadas a travestis e transexuais na imprensa para que elas não foquem, de maneira secundária ou primária, apenas às violências que marcam as vivências transgênero, uma vez que os estereótipos no jornalismo não servem apenas aos interesses relativos ao processo de construção da notícia ou à linha editorial, mas também a um importante processo de disputa no campo de formação das ideias, influenciando a opinião pública e política e a manutenção do *status quo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico**, 2007. Santos: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r0832-2.pdf>> Acesso em 28 nov. 2021

ANTRA. **Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020**, 2020. Disponível em: < <https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>> Acesso em 6 jan 2023

ANTRA. **Direitos Humanos e o “direito dos banheiros”**, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/07/19/direitos-humanos-e-o-direito-dos-banheiros/> Acesso em 7 jan 2023

ANTRA. **ANTRA REPRESENTA O BRASIL EM AUDIÊNCIA NA CIDH SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS LGBTI**, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/> Acesso em 7 jan 2023

ANTRA. **NOTA DA ANTRA SOBRE COTAS E RESERVAS DE VAGAS EM UNIVERSIDADES DESTINADAS ÀS PESSOAS TRANS**, 2020b. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/> Acesso em 11 jan 2023

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <[dossieantra2022-web.pdf \(wordpress.com\)](https://dossieantra2022-web.pdf)> Acesso em 26 jun. 2022

AMARAL, M. F.; **Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa**. Contracampo, n. 12, p.103-114, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17388/11025>> Acesso em 19 jul. 2022

ARRAIS, Diogo. **A língua portuguesa é machista? Veja a resposta de um professor**, 2017. In: EXAME. Disponível em: <https://exame.com/carreira/a-lingua-portuguesa-e-machista-veja-a-resposta-de-um-professor/> Acesso em 19 jan 2023

BALEM, I.F; SOUZA, L.S.; NASCIMENTO V. R.; Os corpos que (não) importam: uso do direito na normalização biopolítica do gênero a partir de uma perspectiva Foucaultiana. **Revista de Direito Brasileira**, v. 26, n. 10, p.5-24. Florianópolis, 2020. Disponível em <<file:///C:/Users/55619/Downloads/5309-19949-1-PB.pdf>> Acesso em 06 mai. 2021

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicos**, n.5, v.1, maio-out, 2016. p.87-100. Disponível em: <[A diferença trans no gênero para além da patologização | Revista Periódicos \(ufba.br\)](https://www.ufba.br/revista-periodicos/2016/05/08/a-diferenca-trans-no-genero-para-alem-da-patologizacao/)> Acesso em 3 jul 2022

BARROS, Antonio Teixeira de. A natureza interdisciplinar da Comunicação e o novo cenário da produção de conhecimento. **Ciber legenda, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense**, n. 9, p. 1-15. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36816>> Acesso em 28 nov. 2021

BARONAS, Roberto. **Formação Discursiva e Discurso em Foucault e Pêcheux**: notas de leitura para discussão, 2011. V Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RobertoLaiserBaronas.pdf>> Acesso em 1 dez 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: [beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf \(wordpress.com\)](#) Acesso em 23 jul. 2022

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org). **Dossiê assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136p. Disponível em: < [dossie-trans-2021-29jan2021.pdf \(wordpress.com\)](#)> Acesso em 17 jul. 2022

BENEVIDES, Bruna (Org). **Dossiê assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2022. 144p. Disponível em: <[dossieantra2022-web.pdf \(wordpress.com\)](#)> Acesso em 17 jul. 2022

BENEVIDES, Bruna (Org). **Dossiê assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, 2023. 109p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>> Acesso em 1 fev 2023

BENEVIDES, Bruna; LEE, Debora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Volume 9, nº 2, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/12858/pdf_12> Acesso em 1 dez 2022

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro. (Org.) **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. 240p.

BUTLER, Judith. **Judith Butler**: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”. El País, 2020. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>> Acesso em 7 jan 2023

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

CAETANO, Ivone Ferreira. O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade, 2017. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf> Acesso em 21 out. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> Acesso em 29 set. 2022

CAVALCANTI, Ivo Henrique França de Andrade Dantas. **O webjornalismo e suas potencialidades**: um estudo de caso do portal NE10, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10786/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20IVODANTAS.pdf> Acesso em 19 jan 2023

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar**: objetividade e autoria na reportagem. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

DARDE, Vicente William da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da *Folha e do Estadão***, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54524/000850909.pdf?sequence=1>> Acesso em 17 de jul. 2022

ESTADÃO. Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo. Eduardo Martins (Org.). 3ª edição, revista e ampliada — São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Manual-de-Reda%C3%A7%C3%A3o-e-Estilo-Estad%C3%A3o.pdf> Acesso em 19 jan 2023

FERREIRA, Lola; SANTOS, Sanara. **Isolamento social limita acesso de população a tratamento transexualizador no SUS**, 2020. Disponível em: <https://www.generationnumero.media/reportagens/isolamento-acesso-trans-saude/#:~:text=Isolamento%20social%20limita%20acesso%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20a%20tratamento%20transexualizador%20no%20SUS,-16%20de%20abril&text=%E2%80%9CMinha%20prioridade%20nessa%20pandemia%20%C3%A9,Aru%20Macedo%2C%20de%2023%20anos.> Acesso em 20 jan 2023

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória - ES: FENARJ, 2007 Disponível em <<https://fenaj.org.br/legislacao-profissional/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>> Acesso em 16 jul. 2022.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M.Leal. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo. In: **Revista Digital**

Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen
ISSN:2446-5941. Acesso em 24 ago. 2022

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Criação & Crítica**, n. 10, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/55619/Downloads/138143-Texto%20do%20artigo-290774-1-10-20180419.pdf>> Acesso em 27 set. 2021.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. 2ª ed. São Paulo: 2012.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. Ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de Saber**. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2021.

GLOBO. **Princípios editoriais das organizações Globo**, 2011. Disponível em: <<https://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>> Acesso em 19 jul. 2022

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, 1963. Disponível em: <<file:///C:/Users/55619/Downloads/GOFFMAN,%20E.%20Estigma%20notas%20sobre%20a%20manipula%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade%20deteriorada..pdf>> Acesso em 20 de set. 2021.

GONÇALVES, Alice; et. Al. **Candidaturas Trans e Travestis: obstáculos e violências na política brasileira**, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30757/Nota%20t%c3%a9cnica.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em 27 jan 2023

GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo**, 2005. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2605/1/A%20Abordagem%20do%20Enquadramento%20nos%20Estudos%20do%20Jornalismo.pdf> Acesso em 25 jan 2023

GROSGOUEL, R.; **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado, volume 31, nº 1, 2016.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUMANISTAS. Jornalismo e Direitos Humanos. **“Discurso de ódio pode não puxar o gatilho, mas direciona o alvo”, denuncia ativista trans**, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2021/04/01/discurso-de-odio-pode-nao-puxar-o-gatilho-mas-direciona-o-alvo-denuncia-ativista-trans/>> Acesso em 3 jul 2022

IMPrensa, Observatório da. **A crise do jornalismo é multidimensional, dinâmica e complexa**, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/entrevista/a-crise-do-jornalismo-e-multidimensional-dinamica-e-complexa/> Acesso em 24 jan 2023

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Haley. **#Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**, 2010. Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN dossiês. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiJy-Taz6zAhXCpJUCHUtdAzcQFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.periodicos.ufrn.br%2Fcronos%2Farticle%2Fview%2F2150&usq=AOvVaw0VH_8b1H3Nfiz1XPBWBG13> Acesso em 03 out. 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **(In)visibilidade Trans 2**. História Agora, [s.1], v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <[Transfobia-e-crimes-de-odio-Assassinatos-de-pessoas-transgenero-como-genocidio.pdf \(researchgate.net\)](#)> Acesso em 26 jun 2022

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. 42p. Disponível em: <[ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO CONCEITOS E TERMOS \(diversidadessexual.com.br\)](#)> Acesso em 3 jul 2022

KLEAIM, Luiz Claudio; OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. **“Cadeia é hotel, policiais são garçons”**: algumas análises acerca da relação entre os programas jornalísticos sensacionalistas e as travestis acessadas/vítimas de crime, 2012. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/gepss/article/view/3869/3084>> Acesso em 17 jul. 2022

LAGE, Nilson. **Ideologia e Tecnologia da Notícia**. 2ª edição, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1982. 116 p.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5537295/mod_resource/content/1/%28Em%20Portuguese%20do%20Brasil%29%20%20-%20Teoria%20E%20T%C3%A9cnica%20Do%20Texto%20Jornal%C3%ADstico-Elsevier%20Acad%C3%AAmico%20%282004%29.pdf Acesso em 19 jan 2023

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

LIMA, Fátima. **A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões da Norma**, 2013. Disponível em: <[A Construção do Dispositivo Trans: Saberes, Singularidades e Subversões Normativas \(anpocs.com\)](http://anpocs.com)> Acesso em 26 jun 2022

LOPES, Bernardo Mota. **Arquivo transmasculino: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44728> Acessado em 19 jan 2023

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 3ª ed, 1997.

McCOMBS, Maxwell E. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis:Vozes, 2009.

MORAES, Ângela Teixeira de; MACHADO, Liliane Maria Macedo. **Comunicação e discursividade: teoria e dispositivos analíticos da AD**. Goiânia: Editora FAC/UnB, Kelps, 2019. 92p.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. São Paulo: Extrapensa, 2019. V.12, n.2, p.204-219

MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. In: **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. Marta R. Maia e Monica Martinez (Org.). Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. p.99-114. Disponível em: <[29 Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade \(Em Narrativas midiáticas contemporâneas - perspectivas metodológicas\) | fabiana.moraes - Academia.edu](http://fabiana.moraes - Academia.edu)> Acesso em 16 jul. 2022

MORAES, Antonia; SILVA, Geórgia. Travestis e o Cuidado Humanizado em Saúde. Phenomenological Studies - **Revista da Abordagem Gestáltica**, 2020. Vol. XXVI-2 2020. p.175-187. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v26n2/v26n2a06.pdf> Acesso em 20 jan 2023

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A lutas das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragetes às *sufragistas*. **Direito e Desenvolvimento**. João Pessoa: 2017, v.8, n.2, p.261-278. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/321843050 A luta das mulheres pelo espaço publico na primeira onda do feminismo de sufragettes as sufragistas](https://www.researchgate.net/publication/321843050)> Acesso em 21 out. 2021.

RIBEIRO, Ana Lúcia Lira. **Discriminação em Algoritmos de Inteligência Artificial: Uma análise acerca da LGPD como instrumento normativo mitigador de vieses discriminatórios**, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/57947/1/2021_tcc_allribeiro.pdf Acesso em 10 jan 2023

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D.; **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; et al. **Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4sX9R9TRSNk4hzdC8dwrsQb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19 jan 2023

RODRIGUES, Leilane Menezes. **Jornalismo e transexualidade: A construção da personagem Gisberta na mídia portuguesa**, 2021. Disponível em: <[Dissertacao_Mestrado_Leilane.final.docx \(up.pt\)](#)> Acesso em 17 jul. 2022

ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. In: **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 407-424. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/HGq4zkXpLLHBkHWszSRfmPz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19 jan 2023

SANTOS, B. S.; **Epistemologias del Sur**. Mexico: Siglo XXI, 2010.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <https://www.faculdadeparque.edu.br/ebooks/Fontes_noticias.pdf> Acesso em 7 jan 2023

SERRA, Victor Siqueira. **“PESSOA AFEITA AO CRIME”**: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista. Franca, 2018. 126p. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182087/Serra_VS_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 24 jan 2023

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. II, n. 1, 2005. p. 95 – 107 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>> Acesso em 19 jul. 2022

SPIVAK, G. C.; **Pode o subalterno falar?** (1942) Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>> Acesso em 18 jul. 2022

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do Jornalismo no Ocidente**, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>> Acesso em 18 jul 2022

SOUZA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental**: uma perspectiva ibérica, 2008. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf> Acesso em 25 jan 2023

SOUZA, Tataiana de; CASCAES, Tânia Rosa F. **Gênero e Poder: Categorias úteis na análise histórica da ciência e da tecnologia**. Divers@ Rev. Elet. Interdisc., Matinhos, n. 0, v. 1, p. 83-89, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/diver/article/download/34041/21201>> Acesso em 26 jun 2022

SILVA, Gabriela da. **Mulheres Travestis e Transexuais em tempos de Covid-19**, 2020. Disponível em: <<https://ieq.ufsc.br/noticias/277>> Acesso em 29 nov 2021.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de (Org.) **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Flórida: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>> Acesso em 27 set. 2021

TGEU. Transgender Europe. **TMM Update TDoR 2021**, 2021. Disponível em: [TMM Update TDoR 2021 - TvT \(transrespect.org\)](http://www.transrespect.org). Acesso em 21 jul. 2022

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são – Volume I**. 1ª ed. Florianópolis, Santa Catarina: Insular Livros, 2020a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A Tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional – Volume II**. 1ª ed. Florianópolis, Santa Catarina: Insular Livros, 2020b.

TRINDADE, Mably. Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social, 2015. In: **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, 2015. V.25, n.1, p.209-233

TOSTA, André Luiz Zanzão. **Pensando identidades e políticas: notas sobre a constituição da “travesti” como sujeito político**, 2010. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278186430_ARQUIVO_ArtigoTosta,Andre.pdf> Acesso em 28 nov 2021

TÓTORA, Silvana; Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. **REU**. Sorocaba, v.37, n.2, p.81-100, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/646/629>> Acesso em 06 mai. 2021

UNAIDS. **Zero Discriminação nos Serviços de Saúde**, 2019. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2019/02/2018-Zero-Discrimina%C3%A7ao_A5.pdf Acesso em 20 jan 2023

VAN DIJK, Teun A.; **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción de la información. Editora Paidós Ibérica: Barcelona, 1990. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldbooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20La%20Noticia%20como%20Discurso.pdf> Acesso em 21 set. 2021

VASCONCELOS, Caê; SILVA, Vitória Régia da. **Jornalismo Transfóbico? Uma análise da imprensa na cobertura sobre pessoas trans**. In: ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, 2022. p.115-122. Disponível em: <<dossieantra2022-web.pdf> (wordpress.com)> Acessado em 18 jul. 2022.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. **Jornalismo de Serviço: O gênero utilitário na mídia impressa brasileira**, 2009. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/852/1/1-90.pdf> Acesso em 19 jan 2023

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2ª edição, Curitiba: Appris, 2019. 216 p.

VEJA. **Linn da Quebrada no BBB22: qual a diferença entre trans e travesti**, 2022. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/linn-da-quebrada-no-bbb22-qual-a-diferenca-entre-trans-e-travesti/>>

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1999. Disponível em: <<https://www.inovaconsulting.com.br/wp-content/uploads/2016/09/teorias-da-comunicacao-by-mauro-wolf.pdf>> Acesso em 28 nov. 2022

WÜNSCH, Guilherme. **Mercado de trabalho e transexualidade: algumas ponderações sobre a proteção à identidade de gênero no ambiente laboral**. Empório do Direito, 2016. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/mercado-de-trabalho-e-transexualidade-algumas-ponderacoes-sobre-a-protecao-a-identidade-de-genero-no-ambiente-laboral-1508703204> Acesso em 7 jan 2023

ANEXO A – LISTA DE QUADROS COM LINKS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS

Quadro 3 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	4-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/travesti-denuncia-que-foi-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.ghtml
	2	4-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/governador-determina-apuracao-rigorosa-sobre-o-caso-da-travesti-impedida-de-utilizar-banheiro-de-shopping-em-maceio.ghtml
	3	6-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/06/travesti-que-denunciou-ser-impedida-de-entrar-em-banheiro-feminino-entra-com-acao-por-danos-morais-contr-shopping-de-maceio.ghtml
	4	22-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/22/amigos-organizam-manifestacao-para-cobrar-agilidade-em-caso-de-travesti-que-esta-desaparecida-ha-quase-15-dias-em-mt.ghtml
	5	25-jan.	https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/01/25/quem-pode-falar-por-nos-e-tema-de-encontro-de-travestis-e-transexuais-em-santarem.ghtml
	6	27-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/27/amigos-de-travesti-desaparecida-ha-quase-20-dias-fazem-protesto-para-cobrar-agilidade-nas-investigacoes-em-mt.ghtml
	7	27-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/27/mp-al-cobra-explicacoes-sobre-conduta-da-policia-no-caso-da-travesti-impedida-de-entrar-em-banheiro-de-shopping-em-maceio.ghtml
	8	27-jan.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/01/27/projeto-realiza-formatura-de-trans-travestis-e-vitimas-de-violencia-domestica-em-curso-de-moda-e-costura-em-goiania.ghtml
	9	29-jan.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/29/estudante-baiana-cria-projeto-de-empoderamento-socioeconomico-para-populacao-trans-e-travesti-precisamos-continuar-essa-luta.ghtml
	10	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/01/29/no-dia-da-visibilidade-trans-advogado-tira-duvidas-sobre-direitos-de-transexuais.ghtml
	11	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2020/01/29/campos-rj-recebe-segunda-semana-da-visibilidade-trans-a-partir-desta-quarta.ghtml
	12	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/01/29/em-busca-de-inclusao-araraquara-cria-banco-de-curriculos-lgbtqia-e-tem-80-cadastros-em-2-meses.ghtml
	13	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/01/29/sou-trans-voce-me-abracaria-acao-conquista-mais-de-100-abracos-pelas-ruas-no-dia-da-visibilidade-trans.ghtml
	14	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2020/01/29/levantamento-do-estado-aponta-37-detentos-lgbtqi-em-unidades-prisionais-da-regiao-de-piracicaba.ghtml
	15	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/01/29/sem-oportunidades-de-trabalho-transexuais-encontram-alternativa-no-empreendedorismo.ghtml
	16	29-jan.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/01/29/de-prostituta-a-lider-nacional-lgbti-symmy-larrat-revisita-sua-trajetoria-e-fala-de-desafios-no-dia-da-visibilidade-trans.ghtml
	17	30-jan.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/30/trans-negra-e-nordestina-atriz-paraibana-que-atuou-em-bacurau-fala-sobre-transicao-de-genero.ghtml
	18	2-fev.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/01/02/aplicativo-dandarah-reune-dados-informacoes-e-denuncias-de-crime-contr-lgbtis-no-para.ghtml

	19	3-fev.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/02/03/familia-de-travesti-desaparecida-ha-quase-um-mes-em-mt-faz-manifestacao-pedindo-por-justica.ghtml
	20	6-fev.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/06/paraiba-e-quarto-estado-do-pais-com-mais-presidios-com-celas-para-pessoas-lgbt.ghtml
	21	13-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/13/travestis-e-transgeneros-podem-usar-nome-social-em-concursos-no-df.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 4 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “travesti” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	7-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/06/07/justica-condena-seguranca-de-shopping-de-maceio-por-impedir-travesti-de-usar-banheiro-feminino.ghtml
	2	7-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/07/justica-nega-pedido-de-indenizacao-a-associacao-de-travestis-por-frases-do-deputado-douglas-garcia-na-alesp.ghtml
	3	12-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/12/maes-pela-diversidade-fazem-caminhada-pedindo-justica-pela-morte-de-garota-trans-em-camocim-no-ceara.ghtml
	4	28-jan.	https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2021/01/28/prefeitura-de-petrolina-realiza-mapeamento-virtual-e-presencial-da-populacao-trans-da-cidade.ghtml
	5	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/01/29/bandeira-do-movimento-trans-e-hasteada-pela-1a-vez-na-camara-municipal-de-araraquara.ghtml
	6	29-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/29/lei-garante-uso-do-nome-social-de-pessoas-trans-e-travestis-em-lapides-de-tumulos-no-df.ghtml
	7	29-jan.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/01/29/mulheres-trans-paraenses-relatam-cotidiano-de-luta-por-direitos.ghtml
	8	29-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-senhoras-do-df-contam-desafios-e-conquistas-do-envelhecer.ghtml
	9	29-jan.	https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/01/29/maranhenses-transgeneros-falam-sobre-os-desafios-da-busca-pela-propria-identidade.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 5 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	3-jan.	https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/01/03/mestrado-em-letras-da-uft-oferece-cotas-para-lgbti-no-tocantins-pela-1a-vez.ghtml
	2	4-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/travesti-denuncia-que-foi-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.ghtml ¹⁶⁰
	3	4-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/governador-determina-apuracao-rigorosa-sobre-o-caso-da-travesti-impedida-de-utilizar-banheiro-de-shopping-em-maceio.ghtml *

¹⁶⁰ Matérias com asterisco estão identificadas como matérias que se repetem em ambos os buscadores. Elas podem ser mencionadas de forma repetida em ambos os marcadores ou não durante a análise.

4	6-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/06/travesti-que-denunciou-ser-impedida-de-entrar-em-banheiro-feminino-entra-com-acao-por-danos-morais-contr-shopping-de-maceio.ghtml *
5	13-jan.	https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/13/associacao-realiza-programacao-alusiva-ao-dia-da-visibilidade-trans-em-rr.ghtml
6	22-jan.	https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/22/casa-de-shows-e-condenada-a-pagar-r-4-mil-por-impedir-entrada-de-mulher-trans-no-interior-de-sp.ghtml
7	22-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/22/isso-fere-o-orgulho-e-a-dignidade-diz-mulher-trans-abordada-por-segurancas-em-banheiro-feminino-no-df.ghtml
8	24-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/24/ministerio-publico-investiga-segurancas-que-abordaram-mulher-trans-em-banheiro-feminino-no-df.ghtml
9	24-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/24/juiz-aplica-lei-maria-da-penha-em-favor-de-transsexual-agredida-em-arapiraca.ghtml
10	25-jan.	https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2020/01/25/quem-pode-falar-por-nos-e-tema-de-encontro-de-travestis-e-transsexuais-em-santarem.ghtml *
11	27-jan.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/01/27/projeto-realiza-formatura-de-trans-travestis-e-vitimas-de-violencia-domestica-em-curso-de-moda-e-costura-em-goiania.ghtml *
12	27-jan.	https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/27/mp-al-cobra-explicacoes-sobre-conduta-da-policia-no-caso-da-travesti-impedida-de-entrar-em-banheiro-de-shopping-em-maceio.ghtml *
13	28-jan.	https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/01/28/roda-de-conversa-celebra-dia-da-visibilidade-trans-em-volta-redonda.ghtml
14	28-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/28/gdf-define-regras-para-tratamento-de-jovens-lgbtqi-em-unidades-de-internacao.ghtml
15	29-jan.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/01/29/de-prostituta-a-lider-nacional-lgbti-symmy-larrat-revisita-sua-trajetoria-e-fala-de-desafios-no-dia-da-visibilidade-trans.ghtml *
16	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/01/29/sem-oportunidades-de-trabalho-transsexuais-encontram-alternativa-no-empendedorismo.ghtml *
17	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/01/29/no-dia-da-visibilidade-trans-advogado-tira-duvidas-sobre-direitos-de-transsexuais.ghtml
18	29-jan.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/29/transsexuais-na-pb-enfrentam-preconceito-e-restaurante-da-emprego-essa-familia-me-adoptou.ghtml
19	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2020/01/29/campos-rj-recebe-segunda-semana-da-visibilidade-trans-a-partir-desta-quarta.ghtml
20	29-jan.	https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/01/29/sou-trans-voce-me-abracaria-acao-conquista-mais-de-100-abracos-pelas-ruas-no-dia-da-visibilidade-trans.ghtml *
21	29-jan.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/01/29/acao-cadastra-curriculos-de-trans-e-travestis-para-insercao-no-mercado-de-trabalho-em-teresina.ghtml
22	29-jan.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/29/estudante-baiana-cria-projeto-de-empoderamento-socioeconomico-para-populacao-trans-e-travesti-precisamos-continuar-essa-luta.ghtml *
23	29-jan.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/29/feira-de-empregos-e-servicos-para-populacao-lgbt-acontece-em-joao-pessoa-nesta-quarta-feira.ghtml
24	30-jan.	https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/30/estado-dos-eua-debate-lei-que-pune-com-prisao-medicos-que-tratarem-adolescentes-transsexuais.ghtml

25	31-jan.	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/01/31/detentos-transexuais-garantem-direito-de-usar-nome-social-em-penitenciarias-do-am.ghtml
26	13-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/13/travestis-e-transgeneros-podem-usar-nome-social-em-concursos-no-df.ghtml
27	13-fev.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/13/familia-de-transexual-encontrada-morta-em-sp-espera-translado-do-corpo-para-o-ceara-diz-amigo.ghtml
28	13-fev.	https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/13/defensoria-pede-transferencia-de-presas-transexuais-para-presidios-femininos-de-rondonia.ghtml
29	18-fev.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/02/18/mutirao-de-retificacao-registra-nome-e-genero-de-transexuais-em-goiania.ghtml
30	27-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/27/primeira-transexual-da-fab-ganha-na-justica-direito-a-permanecer-em-imovel-funcional-em-brasilia.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 6 – Notícias da FD Direitos Humanos do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	1-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2020/noticia/2021/01/01/milton-leite-e-eleito-presidente-da-camara-municipal-de-sp-vereador-teve-a-campanha-mais-cara-na-cidade-gastando-r-25-milhoes.ghtml
	2	1-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/01/bruno-covas-e-veredores-tomam-posse-em-sao-paulo-veja-lista-de-eleitos.ghtml
	3	1-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/01/posse-dos-55-veredores-de-sp-e-marcada-por-protesto-em-favor-da-vacina-contr-a-covid-19.ghtml
	4	1-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/01/bruno-covas-e-o-vice-ricardo-nunes-tomam-posse-em-sao-paulo-nesta-sexta-feira.ghtml
	5	7-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/07/justica-nega-pedido-de-indenizacao-a-associacao-de-travestis-por-frases-do-deputado-douglas-garcia-na-alesp.ghtml *
	6	12-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/12/maes-pela-diversidade-fazem-caminhada-pedindo-justica-pela-morte-de-garota-trans-em-camocim-no-ceara.ghtml *
	7	15-jan.	https://g1.globo.com/pr/parana/podcast/pod-parana/noticia/2021/01/15/podparana-8-toni-reis-conta-como-saiu-da-busca-por-cura-de-homossexualidade-para-endossar-luta-por-direitos.ghtml
	8	16-jan.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/01/16/policia-abre-inquerito-e-investiga-empresa-que-se-recusou-a-registrar-casamento-entre-lesbicas-em-teresina.ghtml
	9	28-jan.	https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2021/01/28/prefeitura-de-petrolina-realiza-mapeamento-virtual-e-presencial-da-populacao-trans-da-cidade.ghtml
	10	28-jan.	https://g1.globo.com/pe/paranaguaba-noticia/2021/01/28/carteira-de-estudante-de-2021-pode-ser-pedida-pela-internet-no-grande-recife.ghtml
	11	28-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/01/28/usp-sao-carlos-abre-50-vagas-em-escola-de-verao-para-garotas-aprenderem-a-criar-aplicativos.ghtml
	12	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/01/29/apos-superarem-preconceito-transexuais-falam-sobre-o-dia-da-visibilidade-trans-precisamos-avancar-mais.ghtml
	13	29-jan.	https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-recebe-homenagem-em-ato-na-camara-municipal-de-uberlandia.ghtml

14	29-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/29/dia-da-visibility-trans-senhoras-do-df-contam-desafios-e-conquistas-do-envelhecer.ghtml *
15	29-jan.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/01/29/mulheres-trans-paraenses-relatam-cotidiano-de-luta-por-direitos.ghtml *
16	29-jan.	https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/29/no-dia-da-visibility-trans-google-lanca-pagina-com-evolucao-das-buscas-sobre-o-tema.ghtml
17	29-jan.	https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/01/29/maranhenses-transgeneros-falam-sobre-os-desafios-da-busca-pela-propria-identidade.ghtml
18	29-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/29/justica-do-df-determina-que-mulher-trans-presa-em-cela-masculina-na-papuda-seja-transferida-a-unidade-feminina.ghtml
19	29-jan.	https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/01/29/no-dia-da-visibility-trans-prefeita-de-juiz-de-fora-assina-decreto-sobre-uso-do-nome-social-para-servidores-municipais.ghtml
20	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/01/29/bandeira-do-movimento-trans-e-hasteada-pela-1a-vez-na-camara-municipal-de-araraquara.ghtml *
21	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/29/justica-de-sp-torna-obrigatoria-a-inclusao-de-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-em-boletins-de-ocorrencia-no-estado.ghtml
22	14-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/14/nunca-tive-rejeicao-familiar-diz-gemea-trans-que-passou-por-cirurgia-de-readequacao-de-sexo-em-sc.ghtml
23	16-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/16/gemea-trans-que-passou-por-cirurgia-de-readequacao-de-sexo-em-sc-fala-sobre-o-futuro-mal-comecei-minha-luta.ghtml
24	16-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/02/16/campanha-da-fraternidade-2021-critica-violencia-contracomunidade-lgbtqi-e-gestao-do-governo-na-pandemia.ghtml
25	17-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/17/as-travestis-e-transformistas-que-frequentavam-a-cena-alternativa-de-sp-em-plena-ditadura-militar.ghtml *
26	18-fev.	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2021/02/18/justica-decreta-prisao-de-quatro-suspeitos-de-participar-do-desaparecimento-de-nataly-lily.ghtml
27	20-fev.	https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/02/20/agora-a-farda-nao-pesadiz-primeira-mulher-transgenero-da-guarda-civil-de-macapa.ghtml
28	22-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/22/pm-atualiza-sistema-e-sargento-trans-de-sc-tera-documentos-alterados-para-voltar-a-trabalhar-nas-ruas-apos-espera-de-meses.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 7 – Notícias da FD de Saúde do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	9-jan.	https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/01/09/centro-lgbt-de-campinas-tem-cerca-de-250-trans-na-fila-para-cirurgias-de-mudanca-de-sexo.ghtml
	2	9-jan.	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/09/conselho-federal-de-medicina-estabelece-novas-regras-para-cirurgia-de-transicao-de-genero-no-sus.ghtml
	3	16-jan.	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/16/o-que-sao-bloqueadores-de-puberdade-e-por-que-estao-no-centro-de-uma-controversia.ghtml

	4	27-jan.	https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/01/27/profissionais-da-rede-publica-sao-capacitados-para-atendimentos-a-pessoas-trans-em-macapa.ghtml
	5	29-jan.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/01/29/ambulatorio-voltado-para-travestis-e-transexuais-e-inaugurado-no-pi-e-homenageia-vitima-de-homofobia.ghtml
	6	31-jan.	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/31/ambulatorio-de-transexuais-e-travestis-e-inaugurado-no-hospital-giselda-trigueiro-em-natal.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 8 – Notícias da FD de Saúde do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	09-jan.	https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/01/09/centro-lgbt-de-campinas-tem-cerca-de-250-trans-na-fila-para-cirurgias-de-mudanca-de-sexo.ghtml *
	2	09-jan.	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/09/conselho-federal-de-medicina-estabelece-novas-regras-para-cirurgia-de-transicao-de-genero-no-sus.ghtml *
	3	27-jan.	https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/01/27/profissionais-da-rede-publica-sao-capacitados-para-atendimentos-a-pessoas-trans-em-macapa.ghtml *
	4	29-jan.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/01/29/ambulatorio-voltado-para-travestis-e-transexuais-e-inaugurado-no-pi-e-homenageia-vitima-de-homofobia.ghtml *
	5	31-jan.	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/31/ambulatorio-de-transexuais-e-travestis-e-inaugurado-no-hospital-giselda-trigueiro-em-natal.ghtml *

Fonte: Autora (2022)

Quadro 9 – Notícias da FD de Saúde do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	29-jan.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/01/29/homem-trans-relata-experiencia-apos-ser-atendido-em-ambulatorio-na-pb-nao-me-assumi-me-aceitei.ghtml
	2	09-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/09/prefeitura-de-sp-diz-que-oferece-hormonizacao-para-transexuais-em-28-ubss-mas-8-unidades-nao-fazem-o-atendimento.ghtml
	3	12-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/03/04/gemeas-que-passaram-por-cirurgia-de-readequacao-de-sexo-em-sc-tem-liberacao-medica-e-voltam-para-casa.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 10 – Notícias da FD de Violência do buscador “travesti” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	4-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/04/viatura-da-guarda-civil-colide-com-picape-e-capota-no-centro-de-santo-andre-no-abc.ghtml
	2	6-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/08/11/travesti-e-assassinada-a-tiros-no-centro-de-fortaleza.ghtml
	3	7-jan.	https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/01/07/policia-indicia-travesti-por-morte-de-idoso-de-77-anos-que-caiu-de-barranco.ghtml

4	13-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/13/travesti-esta-desaparecida-ha-5-dias-apos-sair-do-trabalho-em-mt.ghtml
5	17-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/01/17/travesti-e-morta-a-facada-no-df-por-cliente-em-furia-diz-policia.ghtml
6	19-jan.	https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/19/travesti-e-achada-morta-dentro-de-saco-de-estopa-em-boa-vista.ghtml
7	20-jan.	https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2020/01/20/suposto-cliente-assalta-garota-de-programa-durante-a-madrugada-no-centro-de-presidente-prudente.ghtml
8	21-jan.	https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/21/iml-identifica-travesti-encontrada-morta-em-saco-de-estopa-em-boa-vista.ghtml
9	21-jan.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/01/21/mp-denuncia-suspeito-de-envolvimento-nas-mortes-de-4-motoristas-por-app-em-salvador.ghtml
10	24-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/24/suspeitos-de-participarem-da-morte-de-travesti-que-desapareceu-ha-mais-de-15-dias-sao-presos-em-mt.ghtml
11	24-jan.	https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/24/homem-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-em-bauru-moveis-foram-levados.ghtml
12	25-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/25/policia-libera-suspeitos-de-envolvimento-na-morte-de-travesti-desaparecida-em-mt-devido-a-lei-de-abuso-de-autoridade.ghtml
13	26-jan.	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/01/26/travesti-e-assassinada-a-tiros-na-zona-norte-de-natal.ghtml
14	27-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/01/27/caes-auxiliam-nas-buscas-por-travesti-que-esta-desaparecida-ha-quase-20-dias-em-mt.ghtml
15	28-jan.	https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/28/policia-prende-travesti-suspeito-de-matar-homem-a-facadas-e-furtar-moveis-da-casa-dele-em-bauru.ghtml
16	29-jan.	https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/29/suspeitos-de-matar-travesti-em-rr-sao-identificados-mas-9-meses-apos-crime-ninguem-foi-preso.ghtml
17	29-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/29/ceara-tem-o-2o-maior-numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2019.ghtml
18	30-jan.	https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/01/30/travesti-e-morta-com-facada-no-peito-em-rolim-de-moura-ro.ghtml
19	31-jan.	https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/01/31/rapaz-de-24-anos-e-morto-a-facadas-no-mesmo-bairro-onde-travesti-foi-assassinada-ha-24h-em-ro.ghtml
20	4-fev.	https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/02/04/travesti-confessa-a-policia-que-empurrou-idoso-de-barraco-apos-discussao.ghtml
21	5-fev.	https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/02/05/homem-e-preso-por-agredir-travesti-durante-programa-sexual-em-patos-de-minas.ghtml
22	6-fev.	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/06/estupro-e-tortura-relatorio-inedito-do-governo-federal-aponta-o-drama-de-trans-encarceradas-em-presidios-masculinos.ghtml
23	14-fev.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/14/corpo-de-travesti-e-encontrado-acorrentada-em-cachoeira-no-interior-do-ceara.ghtml
24	14-fev.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/02/14/policia-prende-travesti-suspeito-de-praticar-assaltos-a-moradores-na-zona-sul-do-rio.ghtml
25	16-fev.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/16/transsexual-foi-morta-3-dias-antes-de-retornar-ao-ceara-para-visitar-familiares-ela-veio-mas-veio-morta-lamenta-amiga.ghtml
26	17-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/17/cinco-acusadas-de-matar-travesti-em-agencia-dos-correios-no-df-vaio-a-juri-popular.ghtml
27	21-fev.	https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2020/02/21/travesti-e-morta-a-tiros-em-itaperuna-no-rj.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 11 – Notícias da FD de Violência do buscador “travesti” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	1-jan.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/01/vereador-wesley-ironiza-e-diz-que-a-mais-votada-de-bh-foi-prof-marli-colega-que-teve-menos-da-metade-dos-votos-de-duda-salabert.ghtml
	2	4-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/04/adolescente-homossexual-e-morto-a-pauladas-chutes-e-socos-em-camocim-no-interior-do-ceara.ghtml
	3	5-jan.	https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/01/05/policia-investiga-morte-de-travesti-por-espantamento-em-sao-roque.ghtml
	4	7-jan.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/07/travesti-e-suspeita-de-matar-homem-que-recusou-pagar-por-programa-em-belo-horizonte.ghtml
	5	8-jan.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/01/08/homem-e-morto-a-facadas-e-padrasto-e-suspeito-do-crime-no-piaui.ghtml
	6	9-jan.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/09/daniel-carvalho-criador-da-katylene-morre-aos-32-anos.ghtml
	7	9-jan.	https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/01/09/daniel-carvalho-famosos-lamentam-morte-de-criador-da-katylene-aos-32-anos.ghtml
	8	10-jan.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/10/corpo-de-daniel-carvalho-criador-da-katylene-sera-enterrado-neste-domingo-no-rio.ghtml
	9	11-jan.	https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/01/11/travesti-e-atropelada-por-carro-enquanto-caminhava-pela-calcada-em-cambe-diz-pm-video.ghtml
	10	12-jan.	https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/01/12/vitima-atropelada-em-calcada-no-parana-acredita-em-ato-homofobico.ghtml
	11	20-jan.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/01/20/travesti-e-presa-suspeita-de-matar-homem-e-diz-a-policia-que-se-vingou-porque-vitima-abusou-da-sobrinha-dela-em-mt.ghtml
	12	27-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/27/casa-de-covereadora-negra-e-travesti-e-alvo-de-tiros-em-sp-diz-bancada-feminista-do-psol.ghtml
	13	28-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/vereadora-erika-hilton-registra-boletim-de-ocorrencia-por-ameaca-apos-ser-perseguida-dentro-da-camara-de-sp.ghtml
	14	29-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/29/numero-de-assassinatos-de-trans-dobra-no-ceara-em-2020-estado-e-o-2o-do-pais-no-numero-de-mortes.ghtml
	15	29-jan.	https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/jovens-e-criancas-trans-estao-sendo-mortas-cada-vez-mais-cedo-diz-autora-de-dossie.ghtml
	16	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/29/80percent-das-pessoas-trans-de-sao-paulo-relatam-ter-sofrido-violencia-verbal-na-cidade-aponta-estudo-inedito-da-prefeitura.ghtml
	17	1-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/covereadora-do-psol-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-homem-atirar-para-o-alto-na-porta-da-sua-casa-em-sp.ghtml
	18	1-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/policia-de-sp-investiga-se-ha-relacao-entre-atentados-contr-3-parlamentares-trans-do-psol.ghtml
	19	1-fev.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/01/mulher-trans-e-agredida-e-morta-e-familia-reclama-de-demora-para-liberacao-do-corpo-pelo-iml.ghtml
	20	1-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/camara-de-sp-reforca-seguranca-de-vereadores-apos-tres-casos-de-ataque.ghtml
	21	3-fev.	https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/05/11/adolescente-de-14-anos-e-apreendido-suspeito-de-balear-travesti-no-rostro-em-teresina.ghtml
	22	4-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/04/procuradoria-da-camara-de-sp-diz-que-nao-reconhece-a-existencia-de-bancadas-coletivas-bancada-do-psol-pede-escolta-para-covereadoras.ghtml

23	9-fev.	https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/02/09/morador-de-rua-esfaqueia-seguranca-apos-discussao-em-padaria-no-litoral-de-sp.ghtml
24	13-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2021/02/13/policia-investiga-tentativa-de-homicidio-contravestido-em-pereira-barreto.ghtml
25	13-fev.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/02/13/homem-e-presos-por-matar-travesti-a-facadas-apos-discordar-do-valor-de-programa-na-bahia.ghtml
26	17-fev.	https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/02/17/acusados-de-matar-travesti-em-londrina-vaio-a-juri-popular.ghtml
27	22-fev.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/22/policia-civil-indicia-por-latrocinio-travesti-suspeita-de-matar-um-homem-em-belo-horizonte.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 12 – Notícias da FD de Violência do buscador “transexual” em 2020

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2020	1	2-jan.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/02/transexual-morre-apos-ser-atingida-por-tiros-em-dilermando-de-aguiar.ghtml
	2	6-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/06/sao-paulo-registra-primeiros-casos-de-feminicidio-com-mulheres-como-suspeitas.ghtml
	3	7-jan.	https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/01/07/universidade-federal-do-tocantins-altera-edital-de-mestrado-para-retirar-cotas-de-lgbti.ghtml
	4	11-jan.	https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/01/11/atriz-glamour-garcia-acusa-ex-namorado-de-agressao.ghtml
	5	12-jan.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/12/atriz-glamour-garcia-registra-queixa-por-agressao-contravestido.ghtml
	6	14-jan.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/14/presos-por-morte-de-transexual-em-tramandai-vaio-passar-por-acareacao-diz-policia.ghtml
	7	17-jan.	https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/01/17/policia-prende-terceiro-suspeito-de-agressao-a-transexuais-em-niteroi.ghtml
	8	21-jan.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/21/homem-acusado-de-matar-transexual-e-julgado-em-sao-borja.ghtml
	9	21-jan.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/21/acusado-de-matar-transexual-em-sao-borja-e-condenado-a-24-anos-de-prisao.ghtml
	10	23-jan.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/01/23/policia-civil-prende-suspeito-da-morte-de-transexual-em-santa-maria.ghtml
	11	23-jan.	https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/01/23/pediu-documento-para-provar-diz-mulher-trans-barrada-em-casa-de-shows-no-interior-de-sp.ghtml
	12	29-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/29/ceara-tem-o-2o-maior-numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2019.ghtml
	13	29-jan.	https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/29/suspeitos-de-matar-travesti-em-rr-sao-identificados-mas-9-meses-apos-crime-ninguem-foi-presos.ghtml *
	14	5-fev.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/05/mulher-morre-apos-aplicar-silicone-industrial-em-joao-pessoa.ghtml
	15	6-fev.	https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/06/policia-investiga-morte-de-mulher-apos-aplicar-silicone-industrial-em-clinica-clandestina-na-pb.ghtml
	16	6-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/02/06/mulher-trans-e-morta-a-facadas-e-outra-fica-ferida-em-florianopolis.ghtml
	17	6-fev.	https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/06/estupro-e-tortura-relatorio-inedito-do-governo-federal-aponta-o-drama-de-trans-encarceradas-em-presidios-masculinos.ghtml *

18	6-fev.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/06/mulheres-trans-acusam-motorista-de-aplicativo-de-agressao-e-transfobia-no-df-veja-video.ghtml
19	11-fev.	https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/11/policia-indicia-dois-homens-pela-morte-de-transexual-em-dilermando-de-aguiar.ghtml
20	12-fev.	https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/02/12/enfermeira-transexual-morre-dentro-de-hospital-no-norte-do-estado.ghtml
21	12-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/12/travesti-e-encontrada-morta-a-facadas-na-zona-leste-de-sao-paulo.ghtml
22	15-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/15/policia-prende-acusado-de-matar-transexual-a-facadas-na-zona-leste-de-sp.ghtml
23	16-fev.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/16/transexual-foi-morta-3-dias-antes-de-retornar-ao-ceara-para-visitar-familiares-ela-veio-mas-veio-morta-lamenta-amiga.ghtml *
24	18-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/18/policia-encontrado-incendiado-carro-usado-por-suspeito-presos-de-matar-transexual-em-sp.ghtml
25	24-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/02/24/mulher-trans-esfaqueada-em-florianopolis-morre-no-hospital.ghtml

Fonte: Autora (2022)

Quadro 13 – Notícias da FD de Violência do buscador “transexual” em 2021

Ano	Nº	Data	Link da notícia
2021	1	6-jan.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/06/loren-alexander-criadora-da-parada-lgbt-de-madureira-morre-aos-62-anos.ghtml
	2	8-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml
	3	12-jan.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/12/transexual-goiana-e-encontrada-morta-em-praia-de-portugal-apos-relatar-ameacas-em-live.ghtml
	4	12-jan.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/12/familia-pretende-trazer-cinzas-de-transexual-goiana-achada-morta-em-praia-de-portugal-para-fazer-enterro-simbolico.ghtml
	5	12-jan.	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2021/01/12/desaparecimento-de-nataly-lily-completa-um-mes-em-mogi-familiares-e-amigos-cobram-investigacao.ghtml
	6	12-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/12/advogado-se-tornou-acusado-de-homofobia-contra-promotora-durante-juri-de-policiais-em-sp.ghtml
	7	21-jan.	https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/01/21/policia-civil-prende-suspeito-de-matar-transexual-a-tiros-em-piracicaba.ghtml
	8	21-jan.	https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2021/01/21/caes-farejadores-fazem-buscas-proximo-a-regiao-onde-nataly-lily-desapareceu-em-mogi.ghtml
	9	21-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/21/justica-determina-internacao-de-jovem-que-matou-a-pauladas-trans-de-13-anos-no-ceara.ghtml
	10	22-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/22/estado-de-sp-tem-aumento-de-17percent-nos-registros-de-violencia-contra-transgeneros-em-2020.ghtml
	11	28-jan.	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/01/28/familiares-denunciam-abusos-e-pedem-transferencia-imediata-de-mulher-trans-presona-ala-masculina-da-penitenciaria-da-papuda-no-df.ghtml
	12	28-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/28/vereadora-erika-hilton-registra-boletim-de-ocorrencia-por-ameaca-apos-ser-perseguida-dentro-da-camara-de-sp.ghtml *

13	29-jan.	https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/associacao-aponta-que-175-pessoas-transsexuais-foram-mortas-no-brasil-em-2020-e-denuncia-subnotificacao.ghtml
14	29-jan.	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/29/numero-de-assassinatos-de-trans-dobra-no-ceara-em-2020-estado-e-o-2o-do-pais-no-numero-de-mortes.ghtml *
15	29-jan.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/29/80percent-das-pessoas-trans-de-sao-paulo-relatam-ter-sofrido-violencia-verbal-na-cidade-aponta-estudo-inedito-da-prefeitura.ghtml *
16	29-jan.	https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/jovens-e-criancas-trans-estao-sendo-mortas-cada-vez-mais-cedo-diz-autora-de-dossie.ghtml *
17	1-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/covereadora-do-psol-registra-boletim-de-ocorrencia-apos-homem-atirar-para-o-alto-na-porta-da-sua-casa-em-sp.ghtml *
18	1-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/01/policia-de-sp-investiga-se-ha-relacao-entre-atentados-contr-3-parlamentares-trans-do-psol.ghtml *
19	1-fev.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/01/mulher-trans-e-agredida-e-morta-e-familia-reclama-de-demora-para-liberacao-do-corpo-pelo-impl.ghtml *
20	2-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/02/mulher-trans-e-morta-a-tiros-em-itajai.ghtml
21	4-fev.	https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/02/04/corpo-de-transsexual-de-34-anos-e-encontrado-dentro-de-casa-em-piracicaba.ghtml
22	5-fev.	https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/02/05/mulher-trans-acusa-cartorio-no-acre-de-negar-troca-de-nome-me-senti-uma-pessoa-invalida.ghtml
23	8-fev.	https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2021/02/08/corpo-de-transsexual-e-encontrado-na-zona-sul-de-aracaju-diz-ssp.ghtml
24	11-fev.	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/11/transsexual-de-17-anos-e-apreendida-suspeita-de-trafico-de-drogas-em-contagem.ghtml
25	14-fev.	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/pm-mata-travesti-com-tiro-no-peito-e-destroi-portao-de-motel-ao-fugir-em-manaus-veja-video.ghtml
26	16-fev.	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/16/pm-suspeito-de-matar-transsexual-em-motel-se-entrega-a-policia-em-manaus.ghtml
27	16-fev.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/16/corpo-de-transsexual-morta-em-portugal-e-cremado-mas-irma-nao-consegue-voltar-com-cinzas-ao-brasil-devido-a-pandemia.ghtml
28	22-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/22/policia-trans-de-sc-aguarda-ha-meses-atualizacao-de-documentos-militares-para-voltar-a-trabalhar-nas-ruas-quer-reconhecimento.ghtml
29	24-fev.	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/24/mulher-trans-morreu-porque-teria-inalado-fumaca-toxica-durante-incendio-em-clinica-de-sp-aponta-prontuario-medico-do-hc.ghtml
30	26-fev.	https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/02/26/inspecao-aponta-praticas-crueis-desumanas-e-metodos-medievais-de-tortura-contr-presos-em-mt.ghtml
31	27-fev.	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/02/27/policia-civil-de-sc-divulga-video-para-tentar-identificar-suspeitos-de-matarem-jovem-trans.ghtml

Fonte: Autora (2022)